

MESTRADO

HISTÓRIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO

**Têxtil no Vale do Ave e Internacionalização
– o caso de Santo Tirso na imprensa local
(1885 – 1980)
Cláudia Gabriela Caldas Coelho**

M

2018



Cláudia Gabriela Caldas Coelho

**Têxtil no Vale do Ave e Internacionalização – o caso de Santo
Tirso na imprensa local (1885-1980)**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e
Cooperação, na especialização em Relações Internacionais e Cooperação, orientada pelo
Professor Doutor Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Junho de 2018

Têxtil no Vale do Ave e Internacionalização – o caso de Santo Tirso na imprensa local (1885-1980)

Cláudia Gabriela Caldas Coelho

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, na especialização em Relações Internacionais e Cooperação, orientada pelo
Professor Doutor Jorge Fernandes Alves

Membros do Júri

Professor Doutor Manuel de Sousa Lima Loff
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Jorge Manuel Martins Ribeiro
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Jorge Fernandes Alves
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 31 de junho de 2018

Cláudia Gabriela Caldas Coelho

Resumo:

Nos finais do século XIX, em plena véspera da República, Portugal apresenta-se como país de periferia, pouco desenvolvido e “essencialmente agrícola”. As medidas protecionistas e pautas aduaneiras condicionam as possibilidades comerciais do país e o atraso na indústria é evidente.

O Vale do Ave assume-se então nos primórdios da industrialização em Portugal com um papel de relevo nomeadamente na indústria têxtil algodoeira. A sua posição geográfica, os recursos naturais envolventes e a disponibilidade de mão-de-obra apresentam-se como fatores favoráveis para o seu desenvolvimento e crescimento. A necessidade de importação da principal matéria-prima, o algodão, e o escoamento dos produtos finais exigem um mercado mais alargado que se começa a desenvolver graças à conjuntura internacional relativamente favorável: as duas guerras mundiais que deixam a indústria europeia caótica e o mercado colonial como fornecedor de matéria-prima e consumidor do produto final. Desde os anos 30, a indústria passou a estar sujeita ao regime de Condicionamento Industrial, que impedia e/ou dificultava os aumentos de capacidade de produção (novas fábricas ou introdução de máquinas), sob controlo da máquina corporativa e estatal, além da influência do Ato Colonial, que se traduzia, no caso vertente da têxtil, pela obrigação de consumo do algodão das colónias. A participação de Portugal nas organizações internacionais económicas, um pouco em contrário daquilo que a ditadura defendia, altera paradigma económico e quebra, gradualmente, com o protecionismo que existia até que se dá o 25 de Abril e a exigência de novas alternativas. As alterações económicas e políticas do país refletiam-se naturalmente na estruturação das fábricas e era no operariado que os efeitos derivados mais incidiam, como o desemprego, a falta de proteção laboral e a proibição de associação em sindicatos livres. O operariado era em grande parte analfabeto ou de poucas letras, de extração camponesa e maioritariamente feminino, bastante sujeito aos mais pequenos abalos que a economia causasse no tecido industrial. A luta por melhores condições de vida, garantia de empregos e melhoria de salários para além daquilo que era considerado suficiente para sobreviver foi uma constante e nas localidades do Vale do Ave ficaram com as marcas culturais dessas batalhas e as ruínas das grandes fábricas.

Palavras-chave: Indústria Têxtil Algodoeira, Vale do Ave, Comércio Internacional, Algodão, Movimento Operário

Abstract:

At the end of the 19th century, near the Republic Implantation, Portugal presents itself as a peripheral, underdeveloped and "essentially agricultural" country. It's evident how the protectionist measures and customs tariffs conditioned the country's commercial possibilities and the delay in the industry.

Ave's Valley has in the early stages of industrialization in Portugal a prominent role in the cotton textile industry. It's geographical position, the surrounding natural resources and the huge availability of labour force are presented as favourable factors for its development and growth. The necessity to import the main raw material, cotton, and the disposal of the end products demand a broader market that was being developed thanks to the relatively favourable international environment: the two world wars that leave the European industry chaotic and the colonial market as supplier of raw material and consumer of the final product. Since the 1930s, the industry was subject to the Industrial Conditioning regime, which prevented and / or delayed increases in production capacity (new factories or introduction of machines), under the corporate control of the state machine, in addition to the influence of the Colonial Act, which translated, in the case of the textile, by the cotton consumption obligation by the colonies. The Portuguese participation in international economic organizations, was somewhat opposed to what the dictatorship advocated, caused a change in the economic paradigm and gradually breaks with the protectionism existent until April 25, demanding for new alternatives.

The economic and political changes in the country were naturally reflected in the factories structure, and it was in the working class that the most dependent effects, such as unemployment, the lack of work protection and the prohibition of association in free trade unions. The working class was largely illiterate, consisting of former farmers and mostly constituted by woman, therefore, most likely to be subjected to the smallest shocks that the economy caused in the industrial fabric. The struggle for better living conditions, guaranteed jobs and improved wages beyond what was considered sufficient to survive was a constant and in the localities of Ave's Valley they were left with the cultural marks of these battles and the factories ruins.

Keywords: Cotton Textile Industry, Ave's Valley, International Trade, Cotton, Labour Movement

Índice

Agradecimentos	3
Abreviaturas.....	4
Introdução	5
Referências bibliográficas	5
Metodologia	8
I - A Indústria Têxtil e a Internacionalização da Economia	11
1.1 Contexto Histórico: Finais do Século XIX até à Primeira Guerra Mundial.....	11
1.2 Da I República à I Guerra Mundial	14
1.3 Estado Novo (1933- 1974)	16
1.3.1 Condicionamento Industrial	18
1.3.2 Estatuto Nacional de Trabalho	20
1.3.3 Reflexos do Estatuto Nacional do Trabalho na indústria têxtil	21
1.4 O Quadro Internacional e a Economia Portuguesa	24
1.4.1 Plano Marshall e OECE.....	25
1.4.2 Os Planos de Fomento	27
1.4.3 Participação portuguesa na EFTA	29
1.4.4 A participação de Portugal no GATT	32
1.4.5 Acordo de Comércio Livre entre Portugal e a CEE de 1972.....	36
1.5 Depois da Revolução de 25 de Abril.....	37
1.5.1 Entrada para a CEE.....	38
II – A Indústria Têxtil no Vale do Ave – Configurações	40
2.1 Caracterização e Contexto Histórico.....	40
2.2 O têxtil algodoeiro e a internacionalização	45
2.3 A mão de obra: o Operário	52
2.3.1 Dicotomias na linguagem da imprensa.....	56

2.3.2 A (falta de) formação escolar	59
2.3.3 A mulher na Indústria Têxtil	63
2.4 Condições Laborais	66
2.4.1 Tuberculose: A doença do Operário.....	67
2.5 Sindicatos / Associações de Classe	69
2.5.1 Movimentos Reivindicativos e as Greves	75
2.6 O papel da fábrica na vida social local.....	78
Considerações Finais	82
Fontes e Bibliografia	87
Fontes	87
Bibliografia.....	87
Anexos	95

Agradecimentos

Apesar de ser um processo solitário, a realização desta dissertação contou com vários contributos e a sua concretização só foi possível com o apoio prestado por algumas pessoas a quem eu quero prestar os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, ao Professor Jorge Fernandes Alves pela sua disponibilidade para orientar a investigação e pelo acompanhamento durante a sua execução assim como pela acessibilidade, paciência e simpatia demonstradas.

Ao diretor do *Jornal Entre Margens*, Américo Luís Fernandes que partilhou comigo toda a informação que eu procurava sobre jornais operários da região do Vale do Ave numa fase inicial e facultou algumas edições que foram fundamentais para o desenvolvimento da investigação que de outra forma teriam sido quase impossíveis de aceder. Igualmente aos funcionários da Biblioteca Municipal de Santo Tirso por todo o auxílio prestado durante a consulta dos jornais.

Um agradecimento aos amigos de sempre: à Kristina Sentyurina, por ter paciência em ouvir as minhas reclamações constantes e sempre me entender só com meias palavras e ao José Luís Carvalho pelos seus *inputs* e pelas histórias interessantes que sempre tem para contar. À Rachel Bins, pelo ombro amigo e aos meus “irmãos” de Santo Tirso, Gabriel Souto, Marcelo Viana e Hugo Gomes e em especial à Tânia Barros -que amavelmente se ofereceu para fazer a cronologia dos jornais presentes na dissertação- por sempre fomentarem a minha procrastinação mesmo depois de todos estes anos.

Também à minha família: À tia Júlia, tio Francisco e Sofia que estiveram presentes em todos os marcos importantes da minha vida e este não seria diferente. À avó Ana, pelas suas histórias e vivências dos tempos de operária na Fábrica do Rio Vizela e, claro, pelo amor incondicional.

Por último, um agradecimento em especial aos meus pais, Justina e Fernando, a quem quero em particular dedicar esta dissertação, por serem sempre os meus pilares. Não querendo dar ponto sem nó, se ambos não falassem tanto de agulhas e linhas o tema desta tese seria totalmente diferente.

Abreviaturas

AIP- Associação Industrial Portuense

CEE- Comunidade Económica Europeia

CNEA- Campanha Nacional de Educação de Adultos

EFTA- Associação Europeia de Livre Comércio

ETN – Estatuto do Trabalho Nacional

FFTRV – Fábrica de Fiação e Tecidos de Rio Vizela

GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

INTP- Instituto Nacional do Trabalho e Previdência

JST – Jornal de Santo Thyrso

OECE- Organização para a Cooperação Económica Europeia

PCP- Partido Comunista Português

Introdução

A herança das vivências fabris no Vale do Ave é intrínseca na cultura regional. Desde as vidas operárias aos grandes industriais, são múltiplas as referências em estátuas e ruas pela região, são também diversas as ruínas de grandes fábricas que ficaram esquecidas no tempo ao longo das margens do Ave. Atualmente o Vale do Ave continua a ser conotado com a indústria têxtil e podemos mesmo dizer que se atravessa uma renovação desta atividade embora com novos contornos, quer ao nível dos processos de produção, dos processos das abordagens comerciais e dos mercados de acesso.

O objetivo desta investigação passou, no entanto, por analisar algumas configurações da indústria têxtil no Vale do Ave, em perspetiva histórica e circunscrita a uma dimensão local – o concelho de Santo Tirso - e sua extensão na economia internacional. Para dar consecução a este objetivo, percorreu-se a bibliografia existente sobre a indústria algodoeira e procurou-se proceder ao reconhecimento histórico através da exploração da imprensa local.

Referências bibliográficas

Como objeto de estudo, a indústria do Vale do Ave tem sido maioritariamente analisada dentro do prisma da Sociologia, naturalmente devido aos movimentos sociais, e também da História Contemporânea. O desafio desta dissertação foi inserir o tema nas Relações Internacionais e tentar perceber de que forma a participação de Portugal em organizações internacionais económicas ou de comércio e outros grandes eventos como as duas grandes guerras pode ter provocado alterações económicas e políticas a nível interno que por sua vez se refletiram na indústria têxtil e afetaram toda a comunidade ligada às fábricas direta ou indiretamente.

Foram analisadas obras de diferentes áreas das ciências sociais, sendo que as publicações na *Análise Social*, a revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, serviram como ponto de partida para a pesquisa bibliográfica.

Prestou-se atenção ao processo de industrialização e à sua interligação com a conjuntura internacional em primeiro lugar antes de se analisar o Vale do Ave. Para que fosse possível ter uma visão global da história económica e social foram estudadas obras que se focavam em diferentes períodos em específico como a de Pedro Lains (1987, 1995)

sobre final da monarquia, José Manuel Ferraz (1975) na I República. José Silva Lopes (1996) e Edgar Rocha (1977) no período desde 1960 o interesse estava também em entender a perspetiva dos autores tendo em conta o período de publicação das suas obras.

A nova ordem económica e social que surge com o Estado Novo, o Corporativismo, causa mudanças que são fundamentais abordar para que possa compreender o que depois acontece no Vale do Ave. É de salientar a obra “A Evolução do Sistema Corporativo Português” de Manuel de Lucena (1976a,1976b) pois é basilar para compreender as relações do regime salazarista com a economia e o seu reflexo classes trabalhadoras. O autor escreve sobre a conexão entre o fascismo, o corporativismo e a forma como luta de classes é disciplinada institucionalmente.

O Estatuto Nacional do Trabalho e o Condicionamento Industrial são ambos instrumentos derivados desta política e Fátima Patriarca apresenta uma vasta investigação sobre movimentos sociais, sindicatos e sociologia histórica. “O Triângulo Corporativo. Acta e encenação de um despacho salarial (1946-47)” (1987) e “A institucionalização corporativa - das associações de classe aos sindicatos nacionais” (1991). Estas duas obras em particular foram essenciais para que se pudesse entender a constituição e funcionamento dos Sindicatos Nacionais após o Decreto-lei nº23.048, quais as alterações que sofreram, textos estes que depois integraram a sua obra central “A questão social no Salazarismo” (1995).

A abertura de Portugal ao exterior após a II Guerra Mundial no decorrer da sua participação em diversas organizações internacionais provoca uma mudança na forma como a indústria se organiza. Os produtos portugueses competem agora mais intensamente com os estrangeiros que têm mais qualidade e um preço mais baixo. As negociações realizadas entre Portugal e as organizações, em especial com a EFTA em 1960, possibilitaram a obtenção de um estatuto essencial que permitia por um lado uma posição mais favorável do Governo e da manutenção das trocas comerciais preferências com as colónias e por outro a integração de Portugal nos mercados europeus, tal como Andersen-Leitão (2004) salienta no seu artigo sobre a EFTA, apesar da economia portuguesa ter um grande atraso em comparação com os outros membros, o sucesso da adesão deve-se sobretudo ao sucesso da equipa diplomática.

O interesse e a manutenção do comércio com as colónias eram fundamentais não só como mercado consumidor, mas também como produtor de matéria-prima e para a indústria

têxtil isso refletia-se na importação de algodão colonial a preços mais baixos do que aquele que vinha do exterior.

Procurou-se também compreender o Vale do Ave e a sua relação histórica com a indústria. A têxtil tem raízes históricas muito anteriores ao século XIX, especialmente com o linho e a indústria caseira em conjunto com a complementaridade entre as atividades agrícolas e fabris é uma marca de extrema importância para a caracterização do operário e da sua relação com a fábrica. A obra de José Amado Mendes e Isabel Fernandes, “Património e Indústria no Vale do Ave” (2002), tem uma análise extensa de diferentes vertentes da História Económica e Social da região que inclui textos de vários investigadores. As principais características evidenciadas pelos autores sobre a região nos primórdios da sua industrialização é a sua ligação com os rios Ave e Vizela que permitiram a rentabilidade energética das fábricas ali instaladas e a quantidade abundante de mão-de-obra barata disponível. A tese de doutoramento de Madalena Fonseca (2001), “A Indústria Têxtil Algodoeira no Norte de Portugal”, faz uma análise detalhada aos motivos que promoveram a deslocação da têxtil do Porto para o Vale do Ave e quais as suas implicações, nomeadamente a afirmação internacional da região só possível devido à proximidade do centro comercial que existia no Porto.

O arranque da indústria têxtil e a sua fixação no Vale do Ave é abordado por Jorge Alves que, na obra “Fiar e Tecer” (1999b), analisa a indústria numa perspetiva histórica, sendo fundamental para o contexto e para a compreensão da sua evolução, quer no sentido técnico (a maquinaria, os teares, etc) como administrativo (salários, legislação, etc). Num outro artigo, “Para que servem os meus olhos” (2002a), o foco é sobre o trabalho feminino e o lugar da operária numa sociedade que, por um lado, quer a mulher como dona de casa mas que, por outro, a vê como uma vantagem por receber salários mais baixos.

Sobre as características e representações que fazem o operário do Vale do Ave distinguir-se dos restantes e a sua organização como classe é imprescindível a obra coordenada por Virgílio Pereira, “Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave” (2012). Esta obra, em que participam outros autores já mencionados, faz um apanhado geral da sociedade no Vale do Ave através dos mais variados contributos (como entrevistas a antigos operários) em diferentes pontos históricos e, apesar de não ser objeto de estudo da presente investigação, é importante salientar que esta obra se estende até ao século XXI, permitindo uma visão mais contemporânea sobre o assunto.

A breve abordagem sobre a consciência de classe no operariado nacional e local é feita tendo por base os trabalhos de Alice Ingerson, “Classes e consciência de classe em Vila Nova de Famalicão” e “Uma História cultural e comparada da Indústria Têxtil do Vale do Ave” (1981), e da obra de Filomena Mónica, “A Formação da Classe Operária Portuguesa - Antologia da Imprensa Operária (1850-1934)” (1982). Ambas as autoras analisam as diferentes características dos grupos operários o que permite que seja possível comparar a organização destes, as suas motivações e problemas com os da têxtil. Mónica (1982) afirma ainda que Portugal era um país onde “o proletariado não lutava contra os patrões que, caridosos e paternalistas, por eles olhavam com desvelo” e procura também abordar a relação entre as duas classes.

Este quadro bibliográfico, de que se traçou genericamente o estado da arte, ajuda a estabelecer a interrogação sobre a(s) forma(s) como as conjunturas internacionais durante o século XX provocaram alterações na economia nacional e influenciaram a indústria têxtil algodoeira e a vida das pessoas que com ela se relacionavam. Que impacto se verifica a nível local, no domínio da indústria e no domínio da população operária as variações de conjuntura e como se refletem na imprensa local? Eis algumas questões centrais que guiaram a presente investigação.

Metodologia

Como já foi dito, esta dissertação assenta essencialmente na exploração da imprensa local. Assim, foram analisados diferentes jornais locais, selecionando aquelas notícias, crónicas ou folhetins que tivessem algo de relacionado com a indústria têxtil local, nacional e em especial as notícias do quotidiano que envolvessem o operário, o patrão ou a relação entre ambos com a situação económica, política e social do mesmo período. Para tal, optou-se por dar centralidade ao *Jornal de Santo Thyrsó* (JST), um jornal semanal cujo primeiro número data de 1882 e ainda é publicado nos dias de hoje, como base para toda a investigação devido à sua grande extensão cronológica já que cobria todos os períodos a abordar. Teve-se a acesso a cerca de 39 anos completos (2 incompletos) o que faz um total de aproximadamente 1872 jornais entre 1885 e 1980 com falhas entre alguns anos. No entanto, é importante lembrar que esta publicação é concelhia e não especializada na indústria pelo que muitas das vezes nem sempre existiam referências que merecessem relevo para o tema. As que existem mostram especialmente o lado burguês e do patronato

de Santo Tirso e apesar de serem frequente as notícias relacionadas com outras áreas industriais, nomeadamente a de Famalicão e Riba D'Ave, elas são escritas por correspondentes e espaçadas entre si.

Por essa razão, prestou-se atenção à imprensa operária, com acesso a alguns números de 1910 dos jornais *Lucta Operária* e o *Fiandeiro*. Apesar de efémeros, não tendo a mesma extensão cronológica que o jornal anterior, foram fulcrais para se conseguir uma caracterização do operário na transição Monarquia/República e quais as condições laborais que existiam nas fábricas assim como tornou a análise da diferença de linguagem possível. A dimensão da própria dissertação não permitiu o uso de diferentes jornais, em especial de diferentes concelhos ou especializados em indústria.

Em termos de análise, no caso do JST o método de seleção de 'recortes' e excertos a usar foi estabelecer uma categorização simples: eram escolhidos todos aqueles que fizessem referência direta ou indireta a fábricas (inauguração, greves, contabilidade) ou às pessoas relacionadas com elas (grandes empresários, tecelões, operários), às indústrias (legislação, sociedades, crises económicas) situações do dia-a-dia fabril (acidentes, festas, histórias de vida, ações sociais) e também artigos de opinião sobre política, agricultura, educação. Já nos jornais *O Fiandeiro* e *Lucta Operária* optou-se por fazer a análise do conteúdo como um todo pois não se justificava separar as diferentes notícias por temas.

Como seria de esperar, não é possível que nos jornais da época exista a consciência da real extensão de uma crise, uma guerra ou até mesmo uma mudança de regime. Esses efeitos só podem ser analisados com alguma distância temporal e por esse motivo o uso de fontes secundárias foi fulcral para esse aspeto.

A escolha cronológica recaiu sobre os anos 1880 – 1980, dada a necessidade de envolver alguns dos grandes acontecimentos da conjuntura internacional – as grandes guerras e crises- e nacional – a queda da monarquia e o Estado Novo- deixando propositadamente de fora as alterações que a entrada na CEE provocaram no país.

Para referência, fez-se uma tabela geral com a frequência em que eram referidos assuntos relacionados com a têxtil ou a internacionalização dela no JST. Cada secção por mês corresponde em média a 4 jornais semanais, mas depois de uma seleção prévia nem todos os recortes feitos foram utilizados nesta dissertação optando-se por referenciar os tópicos que pareceram mais relevantes e que podem ser consultados na íntegra na análise documental que surge em anexo.

Tabela de frequência do Jornal de Santo Thyrsó

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1885												
1886												
1887												
1888												
1889												
1890												
1914												
1916												
1920	X	X	X	X								
1926												
1927					X	X	X	X	X	X	X	X
1928	X	X	X	X								
1929												
1930												
1931												
1932						X	X	X	X	X	X	X
1933	X	X	X	X								
1934												
1938												
1939												
1940												
1944												
1945												
1954												
1959												
1960												
1961												
1962												
1963												
1964												
1965												
1966												
1967												
1968												
1969												
1974												
1975												
1976												
1980												

Legenda: A azul: sem recortes A verde: com recortes X – Não publicado

I - A Indústria Têxtil e a Internacionalização da Economia

1.1 Contexto Histórico: Finais do Século XIX até à Primeira Guerra Mundial

Entre meados do séc. XIX até à Primeira Guerra Mundial a Europa cresceu económica e industrialmente num ritmo exponencial mesmo que não fosse homogénea por todos os países. No caso da indústria portuguesa, o crescimento apresentado não era tão significativo como no resto da Europa. Jaime Reis (1984) afirma que em termos de desenvolvimento económico Portugal estava na cauda da Europa e apresenta quatro possíveis explicações para esse atraso. A primeira seria a dependência do país numa economia dominante, a Inglaterra no caso, depois de ser forçado na especialização de produção de produtos primários que eram exportados para Inglaterra. A falta de protecionismo alfandegário provocou uma grande importação de manufaturas inglesas dificultando assim a industrialização nacional: "Não podíamos dar largas à nossa produção agrícola e manufatora e não podíamos dar trabalho ao nosso povo enquanto oprimidos com as importações britânicas." Afirma o cronista do *Jornal de Santo Thyrso* (JST) afirma quando, a 30 de janeiro 1890, avalia as relações comerciais com Inglaterra, na sequência da crise do *Ultimatum*, defendendo o corte dessas relações como oportunidade para emancipar a indústria portuguesa (JST, *O mais eficaz e o mais proveitoso dos desagravos*, 30 de janeiro de 1890, nº404, p.1)

No sistema livre-cambista que perdurou até às últimas décadas do século XIX, Portugal limitou-se a acompanhar a evolução da conjuntura económica mundial, funcionando como um importante parceiro e entreposto comercial ao serviço da hegemonia inglesa no comércio internacional, em conformidade com o Tratado Comercial celebrado com a Inglaterra, e em 1810 o qual acentuou a dependência económica e política de Portugal em relação à Grã-Bretanha. A pauta alfandegária de 1836 tentou proteger a indústria nacional da influência britânica. O novo tratado de 1842 com a Inglaterra voltou a estabelecer a normalidade das relações embora travando alguns dos privilégios que tinha. (Fernandes,2008).

A interferência do Estado na doutrina livre-cambista referente aos direitos aduaneiros era considerada negativa uma vez que alterava os preços absolutos e eventualmente os

relativos se não fossem proporcionais ao valor dos bens. O livre-cambismo considerava que a ausência de barreiras às relações económicas inter-regionais e internacionais levaria ao bem-estar de todos através do aumento da produção e do consumo globais no conjunto da economia mundial.

O desenvolvimento das redes de comunicação e transportes e os vários tratados internacionais negociados durante o período fontista contribuíram, ainda que forma moderada, para uma abertura comercial. Essa tendência só regrediu com a crise económica de 1892, regressando assim a um novo período protecionista.

A doutrina protecionista, ligada historicamente a questões políticas de estabelecimento de regimes de nacionalismo económico, considerava as desvantagens que a ausência de barreiras às relações económicas externas pode trazer. Por exemplo, podia implicar o desaparecimento de algumas atividades económicas ineficientes numa região cujos produtos passavam a ser fornecidos por outra com uma produção mais rentável, isto é, o que seria uma desvantagem extraeconómica. Como a produção desses bens era substituída por importações, as unidades económicas paravam a sua atividade e os seus recursos tinham de ser desviados. (Nunes e Valério, 1997).

Num sistema protecionista o grau de incidência das tarifas é definido pelo tipo de utilização dos produtos importados. Assim, as matérias primas pagam direitos baixos para não onerar as indústrias que as utilizam, enquanto aos produtos manufaturados são cobrados direitos mais elevados, de modo a se defenderem os preços praticados pela indústria nacional.

“O nível de proteção de uma determinada indústria depende não só dos direitos pagos pelos produtos importados concorrentes do produto final, mas também dos direitos cobrados na aquisição de matérias-primas e produtos intermédios estrangeiros e da diferença entre o valor destes últimos e o valor do produto final (isto é, do valor acrescentado).” (Lains, 1987:491).

Outra importante razão para justificar o atraso da indústria, seria a estrutura fundiária herdada do Antigo Regime, onde existia uma concentração elevada de propriedades nas mãos dos latifundiários do Sul em comparação com a dispersão da propriedade camponesa a Norte. Nos dois casos, a economia era frágil e os camponeses apresentavam baixa produtividade e fracos rendimentos culturais. Esta sociedade ainda muito rural não seria propícia às transformações necessárias que a revolução industrial exigia e essa é outra explicação para o atraso do desenvolvimento português já que a sociedade

continuava a ter uma dominação aristocrática-religiosa que a burguesia herdou: “Numa sociedade pré-industrial, ou numa sociedade em que se inicia a sua transição, é naturalmente forte a presença do passado.” (Reis, 1984:9.) Pedro Lains (1995) considera também que a falta de instrução da população (e, por conseguinte, o baixo nível de qualificação e produtividade) era um dos principais motivos para o atraso económico aliado a uma baixa competitividade com os mercados externos e também uma agricultura atrasada e rural que não recebia investimentos para novos métodos produtivos e maquinaria.

No final do século XIX, em geral, as pequenas economias da periferia da Europa beneficiaram do comércio internacional de manufaturas, mas em Portugal, devido à ausência de políticas fomentadoras deste tipo de industrialização e da falta de talento empresarial esta especialização não deixou a economia em posição de *take off*. Jaime Reis (1984) afirma ainda que apesar desses fatores terem atrasado o desenvolvimento económico eles tiveram menos influência do que a escassez de oportunidades reais determinadas pela configuração dos mercados externos e a falta de posse de recursos naturais e tecnologia.

“Uma conjuntura económica favorável facilita a adoção de políticas para a evolução no sentido do livre-cambismo, porque reduz os problemas económicos (e sociais) de curto prazo eventualmente associados a tal evolução, na medida em que a expansão da atividade económica cria incentivos para a mais rápida e vantajosa reafecção dos recursos que têm de alterar o seu sector de emprego por causa da intensificação da especialização produtiva.” (Nunes e Valério, 1997:45)

Os acessos às instâncias responsáveis pela política pautal estavam condicionados aos recursos financeiros e mobilidade dos industriais interessados. As indústrias com maior poder económico eram aquelas que tinham um nível de concentração elevado medido pelo número médio de operários nas maiores unidades do ramo. É fácil de perceber que a política pautal portuguesa determinada pela Pauta Alfandegária de 1892, era assim um resultado do entendimento entre os grupos de maior capacidade para reivindicar os interesses próprios a um governo cuja maior fonte de receitas era as taxas alfandegárias. A indústria têxtil foi proteger nesta conjuntura histórica, podendo dizer-se que o surto fabril da têxtil nos finais do século XIX teve muito a ver com esta proteção alfandegária. No entanto, a industrialização em Portugal não foi dificultada pela falta de proteção em relação à concorrência, mas sim por proteção mal canalizada para algumas indústrias que tinham grandes dificuldades em se impor tradicionalmente. (Reis, 1984).

Sobre esse assunto é noticiado no JST em 1890 (15 de maio, nº419, p.1) que o Ministro da Fazenda fala em déficit no relatório que apresentou nas cortes em 1890. A principal dívida era dos juros da dívida pública e o autor da notícia é da opinião que não se procurar a receita à indústria nem ao comércio, já que nenhuma das atividades tinha capacidades para poder competir com os seus similares estrangeiros. Numa outra notícia (JST, *União Monetária*, 9 de outubro de 1890, nº440, p.3) fala-se sobre as negociações entre Espanha e França que “correm bem” no sentido de criar uma união monetária e ficava expresso o desejo que Portugal pudesse integrar esse tipo de convenções para que se obtivesse os mesmos benefícios comerciais com outros países. No entanto essa união monetária foi um sonho precoce não tendo conduzido a algo concreto.

1.2 Da I República à I Guerra Mundial

A última década do século XIX ficou marcada pelo contexto de crise geral com o colapso da Monarquia Constitucional e a implantação da República. Mais do que uma mera crise política causa pela mudança de regime, está ainda associada uma crise económica e um mal-estar social generalizado. É neste contexto que o modelo económico protecionista sai reforçado ao ser aceite pela República que por sua vez considera a agricultura como uma prioridade.

No geral, a I República integra um período de evolução económica desequilibrada e irregular marcada pela crise que se manifesta nos finais da monarquia, na década de 90 que se acentua na primeira década do século XX e prolonga-se até à I Guerra Mundial. Para Rollo (2010) este período está caracterizado por um cenário de estagnação quando comparado com aquilo que se registava nos outros países europeus economicamente mais avançados. A Grande Guerra teve um impacto negativo na economia portuguesa de um modo global, dificultando as aproximadamente 0,5% e a do PIB per capita de -0,3%.

De acordo com o Censo de 1911, mais de metade dos habitantes tinha o seu sustento na agricultura. Dentro desses, os pequenos camponeses e rendeiros eram predominantes, representando cerca de 90% do sector. A estrutura agrária portuguesa era apoiada especialmente na produção de trigo, vinho e cortiça, explorações de média ou grande dimensão, mas os níveis de produtividade continuavam baixos já que havia pouca invenção tecnológica no setor e por consequência os produtos não eram competitivos

internacionalmente. Em 1910, os têxteis constituíam a principal atividade industrial, mas não tinham um peso muito grande no valor das exportações.

O setor industrial era maioritariamente explorado de forma artesanal e ocupava uma posição secundária com cerca de 21% da população ativa em 1911 (Rollo,2010) Com o desenvolvimento dos têxteis durante o período de 1910-26, em 1914 havia 40 000 trabalhadores no sector e 60 000 em 1930. (Ferraz, 1975). Era dominado pelas indústrias mais tradicionais como a têxtil, alimentar (conversas e moagem) e química (resinosos e adubos) mas tinha uma fraca estrutura industrial estava dependente do capital estrangeiro, sobretudo inglês.

Portugal era um dos países menos industrializados da Europa nas vésperas da I Guerra Mundial. Com elevada dependência externa, tinha um mercado interno bastante redutor, conservador e pouco diversificado. Devido ao protecionismo económico não tinha condições passibilidades de progresso económico a médio e longo prazo e interrompendo o equilíbrio orçamental conseguido por Afonso Costa. A agricultura sofreu uma grande queda na ocasião da Guerra e o tabelamento de preços e obrigatoriedade do manifesto das produções provocaram um grande descontentamento nos produtores agrícolas, mas a indústria beneficiou da conjuntura. A dificuldade em importar produtos serviu como incentivo para desenvolver as indústrias que noutra situação não teriam recebido esse investimento (Pires, 2014). No JST (*A Guerra*, 13 de agosto de 1914, nº16, p.1) considera-se que os efeitos da guerra afetam também os países que não fazem diretamente parte do conflito, mas que têm relações comerciais e industriais com os países beligerantes: "As indústrias sofrem um golpe terrível, porque não podem exportar os seus produtos, nem importar as matérias precisas para o fabrico devido à paralisação da navegação entre portos." Em Portugal, esse problema tinha ainda o acréscimo dos produtos coloniais: "Tenhamos todos energia, prudência e serenidade para evitar os perigos e não agravar a situação, que nada tem de alarmante para nós." As perturbações provocadas pelo conflito agravaram a situação social do operariado, dos pequenos agricultores, dos funcionários públicos das camadas mais baixas, etc. A carência de géneros, de produtos alimentares e a dificuldade no seu abastecimento aliadas com a desvalorização dos salários foram os grandes catalisadores da agitação social onde cada vez mais o movimento operário era contestatário. Uma das medidas tomadas pelo Governo para combater a situação foi a Lei das Subsistências, noticiada a 9 de março de 1916 no JST (nº45, p.3) que decretava que o Governo usaria de todos os meios

indispensáveis para que em nenhum ponto do país faltassem matérias primas e mercadorias de primeira necessidade em quantidade suficiente para o consumo.

A ordem internacional transformou-se com a I Guerra Mundial levando a ruturas no espaço europeu, mas o final do conflito trouxe um clima de otimismo para os principais setores económicos, resultando numa recuperação rápida no pós-guerra. As medidas protecionistas confrontam-se, pela primeira vez, com o reajustamento do país à realidade do pós-guerra. Assim que os efeitos mais profundos foram ultrapassados, Portugal principiou um ciclo de recuperação que seguiu a tendência global de crescimento nos anos 20.

1.3 Estado Novo (1933- 1974)

A nova ordem económica e social que surge com o Estado Novo abrange de forma totalitária todos os sectores da vida nacional.

Durante a década de 30, Portugal era um país essencialmente agrícola. A sociedade era na sua maioria paternalista com uma classe média tradicional fraca, trabalhadores rurais sem instrução escolar e um grupo de grandes industriais: “Coexistiam uma agricultura tradicional, com baixos índices de produção e produtividade, uma indústria dominada pelos sectores tradicionais de baixa tecnologia, pouca especialização e reduzido capital, dispersão empresarial, predomínio artesanal, oficinal e de pequenas empresas e um quase diminuto sector de serviços modernos.” (Carreira, 1996:43)

O corporativismo surge como uma ideologia que defende que a ordem política, social e económica que não pode ser centrada no indivíduo ou nas iniciativas individuais como acontece com o liberalismo nem nas classes sociais e nos conflitos entre elas como no marxismo. A alternativa é uma sociedade organizada em agrupamentos profissionais, as corporações, que são controladas por um Estado autoritário. No caso português, Brito (1987) caracteriza a corporativização da indústria como sendo não um processo de amadurecimento doutrinário gerador da organização e do comportamento corporativo, mas como um estrangulador de grande maioria dos setores industriais num já apertado condicionamento jurídico-administrativo que conduziu em poucos anos, devido ao aceleração da guerra, à criação de dezenas de organismos corporativos e de coordenação económica. O intervencionismo económico tinha-se desenvolvido não só

por opção ideológica do regime, mas também como resposta às dificuldades criadas pelos anos 30 e II Guerra Mundial. No final da guerra começou a seguir-se a tendência inversa especialmente no domínio das relações comerciais externas.

Apesar do corporativismo português ter sido influenciado pelo italiano tem características próprias, como o objetivo de evoluir para um corporativismo de associação. Para Lopes (1996), na prática nunca houve uma economia dirigida pelos organismos corporativos que se mantiveram sempre sujeitos à direção e controlo apertado do Estado. No que diz respeito à política monetária e cambial a intervenção estatal foi limitada pelos objetivos da estabilidade dos preços internos e do equilíbrio nos pagamentos externos assim como a manutenção do escudo forte a nível externo. (Madureira, 2002; Lucena, 1976a).

Na definição dada pela União Nacional, dentro do espírito doutrinário do Estado Novo, fica claro e explícito essa ideia que a Nação está acima dos interesses individuais e que a orientação económica deve ser liderada pelo Estado. Durante a década de 60 até ao fim da ditadura o Estado continuava a desempenhar um papel extremamente ativo no controlo da atividade económica.

“A economia corporativa é um sistema independente, fundado nas realidades sociais e dominado pela noção do valor espiritual da vida humana. Acima dos interesses individuais coloca o interesse da Nação, mas reconhece que a melhor forma de o assegurar é o desenvolvimento da iniciativa particular, unicamente limitada pelas imposições do bem comum. Todos os elementos da atividade económica são entre si solidários e devem agrupar-se de acordo com as suas afinidades naturais. A vida económica e social deve ser governada pelos princípios de justiça. Ao Estado pertence a coordenação e orientação superior.” (União Nacional, 1940:3)

Há a evidência para a ‘solidariedade’ como forma de manutenção da paz social para evitar os conflitos entre as classes (como é sustentada pelo marxismo), em especial o patronato e os operários, isto é, uma solidariedade política. Esta característica é necessária para se poder romper com a individualidade. No JST essa característica do corporativismo surge evidenciada inclusive no papel do próprio comerciante:

“Uma das características mais salientes do Corporativismo português é a solidariedade social que inspira e realiza por toda a parte. Evidencia-se essa solidariedade principalmente quando os dirigentes corporativos de organismos de trabalhadores e de patrões se reúnem para ajustarem as relações mútuas dos respetivos associados por via convencional. Sem lutas de classe, sem interrupções de trabalho e produção, sem violências e sem ódios e sem palavras ou gestos desagradáveis (...).” (JST, *O corporativismo em marcha*, 9 de dezembro de 1960, nº32, p.2).

“Para se criar em Portugal um clima novo, é preciso que o comerciante se coloque inteiramente no ponto focal da sua missão, dentro do circuito económico originado na produção com a terminal no consumidor. E ninguém poderá separar, na essência, o que há em si de produtor do que há em si de consumidor. O problema nuclear do ETN continua a ter a sua plena aplicação: cooperação económica e solidariedade. “(JST, *Crónica Corporativa*, 4 de agosto de 1961, nº14, p.1)

Ainda nas crónicas do JST (*Coordenação Económica*, 25 de agosto de 1961, nº17, p.1), essa solidariedade surge como algo fundamental para a aglutinação do mercado da metrópole ao das colónias, uma “obrigação de contribuir por forma a assegurar os fins da política nacional definidos no interesse comum pelos órgãos da soberania”. A propensão ao mercado único português fica ainda salientado na crónica pelas palavras do prof. Adriano Moreira, Ministro do Ultramar de então: “O primeiro passo para a efetivação da anunciada política de mercado único português, em relação com as nossas obrigações decorrentes do movimento de integração dos mercados europeus.”

Para Lucena (1976a) o nacionalismo económico foi pouco contestado até à Segunda Guerra Mundial e apenas limitou, sem impedir, a colaboração do capital estrangeiro quer em Portugal quer nas colónias. Este capital era sobretudo inglês e atuava principalmente nos transportes, companhias coloniais, minas, entre outros, e não tanto na indústria transformadora. O autor afirma ainda sobre este assunto, o salazarismo tinha três regras de ouro: " (...) contrabalançar a influência britânica, impor o Estado português como interlocutor decisivo e integrar a penetração estrangeira na ordem estabelecida."

No entanto, era necessário encontrar uma forma de poder aplicar esta ideologia na prática.

1.3.1 Condicionamento Industrial

O maior instrumento da expressão corporativista foi o condicionamento industrial que nasce de facto depois de 1926 antes da crise mundial de 29-35 como uma política industrial destinada à reorganização de alguns sectores da indústria (como a moagem, resinosos e conservas de peixe) mas só é criado formalmente em 1931 como um sistema de natureza provisória, este regime depressa ganhou mais consistência e alargou-se. Era justificado pela necessidade de evitar a concorrência exagerada e com potencial para ser negativa em consequências da sobreprodução, quebra de preços, e para combater problemas sociais, sobretudo o desemprego.

Foi instituído formalmente com o Decreto de Lei nº19354 de 1931 onde estavam enunciados cinco dos grandes objetivos: evitar a desnacionalização das indústrias, o exagero ou falta de concorrência, as consequências destrutivas da má distribuição, os insucessos por faltas de bases técnicas e as graves contingências a que se expõe a classe obreira quando liga a sua existência à vida precária de oficinas imprudentemente instaladas.

É um dos mais importantes instrumentos da política industrial do Estado Novo, considerado como o reverso da concorrência no contexto do corporativismo português. Para Brito (1987:132), o condicionamento contribuiu “(...) com diligência para a prossecução de alguns dos seus pressupostos (nacionalismo e intervencionismo) e objetivos (disciplina dos mercados e arbitragem de interesses conflituais) e, simultaneamente, um agente da corporativização da indústria.”

Com o Decreto de Lei nº19354 ficam ainda a carecer de autorização governamental a instalação de novos estabelecimentos industriais ou reabertura do que estiveram fechados por mais de dois anos, a montagem ou substituição de maquinismo desde que aumentasse a capacidade de produção instalada e a transferência de licenças de exploração a favor de súbitos estrangeiros.

O novo regulamento (Decreto nº19409, 4 de março de 1931) enumera os sectores que ficam sujeitos às restrições enumeradas, entre elas, tecelagem de lã e fiação e tecelagem de algodão. Ficam isentas das obrigações as indústrias caseiras. Neste decreto, passa-se a filosofia e o espírito do corporativismo. Na opinião de Lopes (1996) a verdadeira razão na qual se assentava o condicionamento era em limitar a concorrência. Não foram muitos os sectores em que o governo autorizou o desenvolvimento de uma concorrência razoável: nos têxteis foi aplicado durante os anos 60 um condicionamento de natureza técnica. Não deixa de, no entanto, constituir o instrumento central da nova política económica para a indústria no contexto da economia. Já para Madureira (2002) a política de condicionamento industrial e a proibição da instalação de novos estabelecimentos, teve efeitos positivos na modernização técnica uma vez que a impossibilidade de expandir a fábrica, os industriais investem na renovação da maquinaria para aumentar a produção. A retoma das exportações para as colónias durante a década de 30 foi um forte incentivo para a indústria.

1.3.2 Estatuto Nacional de Trabalho

Promulgado com o Decreto-lei nº23.048 de 23 de setembro de 1933, o Estatuto Nacional de Trabalho (ETN) foi outro importante instrumento para orientar a política do Estado Novo e regular uma nova ordem económica e social.

Na sua origem, o Estatuto inspirava-se na doutrina de colaboração de classes. Considera-se o ETN como o equivalente português da *Carta del Lavoro* italiana de 1927, mas Lucena (1976a) reconhece que há algumas diferenças substanciais entre ambas como é o caso da presença do “espírito cristão” no corporativismo português e o facto de ser um ato legislativo e não uma recomendação ao governo. António Barreto relembra que Pedro Teotónio Pereira, Augusto Costa e Marcelo Caetano foram os redatores da lei e que o próprio Marcelo Caetano escreveu em 1938 sobre o ETN: “«Corresponde exatamente, pela sua natureza, estrutura e fins, à *Carta del Lavoro* italiana, da qual até traduz algumas fórmulas de doutrina e organização”. E, logo de seguida, a primeira prova do que dizia: “Como o corporativismo fascista, o português não admite a liberdade sindical».” (Barreto, 1999:3)

Dentro da doutrina do regime, o ETN surge como um meio essencial para atingir aquele que é o alcance do decreto: “A organização económica da Nação deverá realizar o máximo de produção e riqueza socialmente útil e estabelecer uma vida coletiva de que resultem poderio para o Estado e justiça entre todos os cidadãos.” No artigo 7º fica claro que, “O Estado tem o direito e a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida económica e social, determinando-lhe os objetivos e visando designadamente o seguinte: Estabelecer o equilíbrio da produção (...), defender a economia nacional das explorações de carácter parasitário, (...) promover a formação e o desenvolvimento da economia nacional corporativa (...)”, entre outros.

Em conjunto com o ETN foram elaborados outros diplomas governamentais que criaram os Sindicatos Nacionais, as Casas do Povo, Grémios, Casa Económicas e o Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, este último sendo regulado no Decreto n.º 23 053 de 23 de setembro de 1933. O ETN não determinava a supressão das associações livres, mas deixando-a antes implícita da mesma forma que “(...) a Constituição também não proibia os partidos políticos.” (Barreto, 1999:8) mas considerava os sindicatos nacionais como entidades de carácter público.

O ETN penalizava a greve e o *lockout* com pesadas penas de prisão e multas aos grevistas. A justificação doutrinária apresentada pela União Nacional centrava-se na preocupação com o “bem-estar geral” e com a manutenção da paz entre classes:

“Em economia corporativa não se justificam nem a greve nem o lock-out. Em primeiro lugar porque se não pode perder de vista o interesse da produção cuja prosperidade é condição do bem-estar geral. Em segundo lugar, porque não precisam os operários ou os patrões de se coligar acidentalmente, num regime em que têm, uns e outros, os seus organismos representativos que permanentemente asseguram a defesa dos respetivos interesses pelo ajuste dos contratos coletivos.” (União Nacional, 1940:57)

Barreto (1999) salienta o artigo 5º do ETN que dispunha que “(...) os indivíduos e os organismos corporativos são obrigados a exercer a sua atividade com espírito de paz social” como uma representação daquilo que chama o problema central do corporativismo salazarista: “(...) a utilização, no quadro dum projeto político autoritário, de formas associativas e de mecanismos de negociação, transação e autogoverno que se alimentavam da liberdade e da vitalidade da sociedade civil, dois géneros por definição escassos e mal tolerados naquele quadro.”

A "greve geral revolucionária" que a 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande é levada a cabo pelas várias organizações sindicais - Confederação Geral do Trabalho, Comissão Inter-Sindical, Federação das Associações Operárias e sindicatos autónomos- contra o ETN e contra a instauração dos sindicatos corporativos é um exemplo importante de levantamento armado da parte dos operários contra o regime ditatorial. Fátima Patriarca afirma que a partir deste episódio o movimento anarcossindicalista foi incapaz de sobreviver às consequências da repressão deixando “o terreno aberto para que os sindicatos corporativos pudessem instalar-se”. (Patriarca,2000). O impacto desta greve foi tal que na sua sequência foi criado o campo de concentração Prisão do Tarrafal como resposta do regime.

1.3.3 Reflexos do Estatuto Nacional do Trabalho na indústria têxtil

Os patrões antes de 1933 encontravam-se organizados em associações como a Associação Industrial Portuense e a Associação Industrial Portuguesa. Estas associações representam e falam em seu nome quer em matérias de política industrial e económica quer de política social.

As leis sobre associações profissionais de 9 de maio 1891 e de 27 de dezembro de 1924 são substituídas pelo ENT e por três decretos de lei: O Decreto nº 23049 que se destinava aos patrões do comércio da indústria e da agricultura; Decreto nº 23050 que contemplava os empregados, operários e profissões liberais, criando os sindicatos nacionais e o Decreto nº 23051 que se dirigia ao mundo rural. Os princípios enunciados no Estatuto Nacional de Trabalho são essencialmente a definição de orientações ideológicas, o estabelecimento de normas de funcionamento interno e a atribuição de extensos poderes ao Estado.

As antigas associações de classes do operário têxtil tinham sido extintas e em 1943 os operários do algodão estavam organizados em cinco sindicatos nacionais: Braga – com sede em Guimarães e secções em Famalicão, Barcelos e Fafe; Porto- que abrangia os operários do Porto, Aveiro e Coimbra e possuía secções em Negrelos e Vila do Conde; Leiria- com sede em Alcobaça; Lisboa e Santarém. (Patriarca,1987).

No que diz respeito aos critérios de agrupamento profissional e geográfico e no plano dos sindicatos de base, a organização dos operários têxteis do algodão em 1943 não é muito diferente da que existia em 1926. Há registo de falta de géneros em 1943 e o descontentamento sobretudo das classes trabalhadoras a Norte assim como um ressentimento contra o regime e acusação de incompetência dos Grémios. (Cordeiro, 2016). Cerveira Pinto, delegado do INTP em 1936, não ignora a inflação, a deficiência das capitações individuais e a falta de géneros no mercado oficial, mas está convencido que a inflação é um pretexto e que a miséria do operariado têxtil é sobretudo uma questão salarial. Apenas alguns industriais admitem proceder a aumentos ou os consideram possíveis. Sendo um deles João dos Santos Ferreira, da Empresa Industrial de Santo Tirso. (Patriarca,1987)

Algumas das matérias eram difíceis de negociar entre o Governo e os sindicatos. Por exemplo, o número de aprendizes que os sindicatos querem diminuir e os patrões aumentar, o regime de trabalho por empreitada (os sindicatos reclamam) e o número de máquinas por operário (sindicatos reivindicam a proibição dos tecelões trabalharem com mais de um tear. Os sindicatos querem, de modo geral, manter algum controlo no mercado de trabalho, abolir um sistema que consideram injusto e desumano e defender o emprego enquanto que por outro lado os patrões querem abrir esse mercado onde a escassez é maior (profissões qualificadas) ou onde a elasticidade é menor (profissões interditas a mulheres) e aumentar a produtividade. A partir de setembro de 1944 as mulheres e as crianças ficam proibidas de trabalhar no turno noturno devido à necessidade do regime

quebrar o seu isolamento internacional. O próprio Estado define as regras do jogo ao estabelecer o princípio de subordinação do trabalho ao capital e o da subordinação de todos aos “superiores interesses da economia e da Nação.” Patriarca (1987) realça que caso da indústria têxtil demonstra que o sistema funcionou a favor dos patrões, mas também que a adesão dos mesmo à ideia corporativa esteve longe de ter sido espontânea e voluntária. A baixa produtividade é um alibi permanente na argumentação patronal para não rever salários. Se há força suficiente para impor política salarial então têm dificuldade em aumentar o número de teares por operário.

Na década de 30 o Estado Novo responde às reivindicações operárias com a legislação social e a segurança social contratualizada. No entanto, os custos sociais introduzidos pela economia corporativa têm repercussões em sectores onde dominam as pequenas e médias indústrias que dependem da mão de obra abundante e barata.

Durante a Segunda Guerra Mundial a política económica é de contenção salarial no sentido de não fazer pressão sobre os preços. Esta medida económica é impopular entre as classes de trabalhadores e vários dirigentes sindicais corporativos de Lisboa enviam à rebeldia uma mensagem a Salazar cuja resposta não os agradou, originando uma série de greves nos finais de 1942 (que não da indústria têxtil). Os poderes do sindicato foram “esvaziados” e o Estado absorveu funções que deviam pertencer aos associados desde as fiscalizações das contas até à sanção dos corpos administrativos.,

Cordeiro (2016) afirma que os trabalhadores da indústria têxtil, pelo seu “instinto de classe”, não confiavam nos Sindicatos Nacionais para defenderem os seus interesses e como tal não os frequentavam. Por esse motivo, na imprensa do PCP, apelava-se a que os trabalhadores participassem mais ativamente para que existisse uma maior mobilização dos operários. O autor conclui que os Sindicatos Nacionais não eram organizações de massas, mas sim “(...) organismos do Estado fascista destinados a exercer a vigilância policial e a repressão sobre os trabalhadores, que estes não frequentavam e onde não se concentravam, tanto mais que nos mesmos não existia qualquer tipo de vida associativa.”

As características estruturais da economia de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial permitiram que se sentisse apenas de forma moderada as consequências da situação internacional. A pouca abertura ao exterior e as políticas ativas desenvolvidas para desvalorizar a moeda nesta conjuntura permitiram a sustentação dos preços dos produtos. (Madureira, 2002).

A opção pelos produtos nacionais para incentivar a sua produção e consumo tornou-se mais uma vez a prioridade para a economia nacional. Num artigo de opinião do JST pouco depois do começo da Guerra (*Preferir Produtos Portugueses*, 15 de dezembro de 1939, nº34, p.1) diz-se que a proteção da indústria portuguesa é necessária não só para regular a produção e o consumo, mas também como uma forma indireta de solucionar o desemprego já que as fábricas nunca precisariam de fechar se a sua produção estivesse regulada. Apesar de considerar que os artigos portugueses não são necessariamente piores que os estrangeiros, o jornalista afirma que a falta de uniformidade é o grande problema uma vez que há industriais que produzem produtos de boa qualidade quando querem captar a confiança dos clientes, mas que depois começam a produzir pior.

Com a abertura económica dos anos 60, o setor têxtil, um dos principais ramos exportador da economia de então, sofreu uma liberalização progressiva que para Silva (2012) acompanharam o movimento global da integração económica portuguesa nos acordos comerciais no âmbito do GATT.

Durante algum tempo, a indústria têxtil beneficiou de um conjunto de práticas protecionistas, no quadro do Acordo Multi-Fibras estabelecido em 1974. Este acordo estabelecia quotas sobre os produtos têxteis que os países em desenvolvimento podiam exportar para os países desenvolvidos com o objetivo de permitir que os países desenvolvidos tivessem possibilidade de se ajustar à concorrência dos restantes que podiam produzir os mesmos produtos a um preço mais barato. (Lopez-Acevedo & Robertson, 2012).

Pensava-se que os países em desenvolvimento poderiam inundar os mercados dos países desenvolvidos com produtos têxteis mais baratos, o que teria um efeito negativo nas economias dos países desenvolvidos. Os acordos realizados no âmbito da cimeira do Uruguai determinaram a eliminação progressiva de todas as restrições ao comércio internacional de têxteis e vestuário, que tiveram um final definitivo em 2008." (Silva, 2012)

1.4 O Quadro Internacional e a Economia Portuguesa

Durante o pós-guerra II Guerra Portugal cresceu fortemente e a sua economia transformou-se numa economia industrial moderna. Algumas organizações como o

Banco Mundial consideravam Portugal como um dos melhores exemplos do crescimento da idade de ouro. A ausência de pressão social, em consequência do regime político, foi característica permanente de todo o processo de crescimento económico desde a década de 50 até à queda do regime. O efeito do comércio externo foi fundamental para a aceleração (impulsionada pelo arranque da industrialização na década de 50) da convergência da produtividade da economia portuguesa face aos países europeus mais desenvolvidos (Afonso e Aguiar, 2004). A preocupação era de essencialmente aumentar as taxas de crescimento sem olhar ao estado social e aos níveis de pobreza. Em 1960 a agricultura ocupava cerca de 45% da força de trabalho e a indústria utilizava tecnologia pouco avançada e maioritariamente transformação de produtos primários. (Lopes, 1996)

Ao mesmo que tempo que isto se sucede, com o final da II Guerra Mundial foram criadas várias organizações internacionais do mais diverso tipo com o objetivo de melhorar as condições económicas, sociais, políticas e de cooperação por todo o mundo. As que serão abordadas neste capítulo são essencialmente do foro económico ou de cooperação em que Portugal participou ou fez acordos. É certo que não é possível excluir a importância política e diplomática de alguns dos exemplos abordados, mas a sua relação com o comércio internacional e o impacto na indústria nacional são o foco central da abordagem.

Terminada a Guerra, Portugal tinha fundamentalmente duas alternativas para expandir o seu espaço económico. A opção colonial/imperial que foi a grande prioridade durante o Estado Novo e a via europeia que começou a ganhar formato com a CECA. Em causa, estava a oposição entre a situação geopolítica portuguesa como um país de periferia da Europa ou a sua afirmação como metrópole no espaço colonial que seria muito mais importante mesmo que o espaço económico em si fosse mais pequeno. A economia nacional era fechada ao exterior, pouco competitiva e apenas com intuito de abastecimento interno. Gradualmente, essa situação vem a alterar-se.

1.4.1 Plano Marshall e OECE

O Programa de Recuperação Europeia criado pelos Estados Unidos -que ficou conhecido como Plano Marshall- objetivava a reconstrução da Europa no pós-guerra através do auxílio económico.

O convite de participação de Portugal no Plano Marshall permitiria uma maior participação e envolvimento internacional do país o que não agradava ao Governo. Nas vésperas da Conferência de Paris, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de então, Caeiro da Mata, anuncia que Portugal não tem intenções de receber os créditos, mas que não pode ignorar as relações económicas com os outros países, pelo que disponibiliza recursos a fornecer aos restantes dentro das possibilidades sendo que parte do comércio nacional é constituído por produtos considerados de luxo com dificuldade de escoação durante o tempo de guerra. A posição portuguesa acabou por ser uma combinação entre não querer a assistência financeira e manter-se concordante com os princípios diplomáticos de Salazar (defesa da manutenção da política externa portuguesa tradicional, assente nos seus vetores preferenciais: o Brasil, a Espanha, a Inglaterra e as colónias africanas) e a de aderir ao movimento de cooperação económica europeia. (Rollo, 1994).

O Acordo consagrava Portugal como não beneficiário de auxílio financeiro, mas o governo anunciou mais tarde a intenção de recorrer ao auxílio. Rollo (1994) indica que a situação económica portuguesa se tinha deteriorado em 1948 devido ao aumento das importações e diminuição das exportações derivado das restrições da guerra, escassez de produção de cereais e também o aumento das importações de equipamento industrial para sustentar o programa de industrialização lançado no final da guerra.

Nessa conjuntura, Salazar coloca finalmente a possibilidade de recorrer ao auxílio Marshall. A partir desse momento, o governo português começa a desenvolver condições favoráveis para obter os créditos. Nesta perspetiva, o Plano Marshall foi o elemento causador de uma das mais significativas alterações da política externa portuguesa conduzida por Salazar. (Rollo, 1994)

Tendo como principais objetivos a distribuição dos fundos do Plano Marshall, a criação de uniões aduaneiras e uma Zona de Comércio Livre a Organização para a Cooperação Económica Europeia (OECE), criada em 1948, promovia políticas de melhoria das condições de trabalho e mão de obra e reforçar a relação económica dos seus Estados Membros com os Estados Unidos da América.

A Zona de Comércio Livre da OECE servia para beneficiar o comércio de produtos industriais, mas para países periféricos como Portugal, ainda muito dependente da agricultura, os esforços para se industrializarem eram frustrados. Só era possível criar esta zona de comércio livre se todos os Estados Membros estivessem num grau de

desenvolvimento elevado e homogéneo. A participação na OECE obrigou a partir dos anos 50 a remover grande parte das restrições quantitativas ao comércio externo, liberalizar os pagamentos correntes com os países da Europa ocidental e América do Norte e a reduzir os obstáculos ao movimento de capitais em especial para as entradas de investimentos estrangeiros.

Mas a participação na OECE fez muito mais do que promover a liberalização das relações externas. Lopes (1996) é da opinião que também influenciou as políticas económicas internas. O conhecimento da situação e das experiências nos outros países europeus, “contribuiu para aprofundar a consciência do atraso económico nacional, para estimular o interesse pelos problemas do desenvolvimento e para melhor se compreender a impossibilidade de uma estratégia de fortes restrições ao intercâmbio com o exterior.”

1.4.2 Os Planos de Fomento

O Estado Novo criou mecanismos potenciadores do desenvolvimento económico para não deixar que a economia portuguesa se destoasse em relação aos restantes países europeus e à linha de evolução da economia mundial. Os planos serviam para impor ao governo mais ambições e disciplina em matéria de investimentos públicos e para reforçar o seu empenhamento nas tarefas de desenvolvimento económico, mas é fácil avaliar qual se trouxeram uma contribuição significativa. (Lopes, 1996:286)

Existiu uma oscilação entre a necessidade de desenvolvimento tecnológico com base na criação de indústrias de produtividade acrescida e o pleno emprego. O Estado investiu na agricultura, vias de comunicação e transportes, particulares e em novas indústrias ou desenvolvimento das já existentes. Foi indispensável uma ação sistemática para acelerar o ritmo de desenvolvimento do pós-guerra, mas as pressões dos grandes agricultores e dos grandes industriais criou um grande impasse.

O objetivo do I Plano de Fomento (1953-1958) estava em resolver problemas prioritários como os fracos recursos naturais e o baixo nível de rendimento da população. Era dada a prioridade à indústria de transformação de matéria prima e o fabrico de bens de consumo, deixando outros como a indústria química para um segundo plano. Por isso o plano focava-se demais na resolução dos problemas do momento do que na inovação. (Caeiro, 2005)

No entanto, Salazar considerava que o plano se situava na transição da estratégia de imobilidade da aliança agroindustrial e por esse motivo não é um corte radical com os interesses rurais e faz depender a industrialização de um necessário crescimento da agricultura. Do ponto de vista formal, o plano era um conjunto de investimentos pelos quais se procurava manter a situação de autarcia económica preconizada pelo Estado Novo.

O II Plano de Fomento (1959 a 1964) marca em definitivo o arranque da industrialização em detrimento da agricultura. É também neste período que Portugal atravessa um forte incremento em termos de desenvolvimento e crescimento económico, a Época de Ouro. Visava ultrapassar a visão que era apenas um mapa de investimentos e que a linha de força era o lançamento de uma política de crescimento económico, atribuindo importância às atividades económicas. Alguns dos objetivos específicos passam pela aceleração do ritmo de crescimento do produto nacional, melhoria do nível de vida dos portugueses, garantia de emprego, etc.

O plano veio dar consistência à política traçada pelo governo que marcou toda década, nomeadamente pelo aumento das exportações, redução das importações e o equilíbrio do défice da balança de pagamentos. A indústria assume um papel de superioridade em relação à agricultura. Com a participação na EFTA não se justificava a repressão da concorrência entre produtores nacionais quando existia concorrência internacional. Como tal, o plano vem reduzir a intervenção do condicionamento industrial.

Joaquim Caeiro (2005) afirma que o II Plano de Fomento apostou na reorganização da indústria ao colocar as empresas em dificuldades com condições de competitividade com a indústria estrangeira num curto período de tempo e ao dar preferência à instalação de novas indústrias que dessem mais emprego e produzissem bens para a exportação ou substitutos dos bens importados.

Nesta sequência do II Plano de Fomento, atribui-se o papel motor às indústrias transformadoras, assim como à construção e turismo e com isso surgiu o Plano Intercalar de Fomento (1965 a 1967) cujo principal objetivo era o de acelerar o ritmo da expansão económica para que Portugal se mantivesse num ritmo de progresso semelhante ao dos outros países da Europa ocidental. Para o continente elaborou-se um plano global concebido como um esquema orientador da estrutura económica. Para o Ultramar, por

não ter o mesmo nível de desenvolvimento, eram apenas projetos de investimento sobretudo no sector público.

A tendência liberalizante do III Plano de Fomento (1968 a 1973) defende a necessidade de uma política expansionista voltada para o mercado externo, mas que seja capaz de fazer face à concorrência estrangeira. Em termos de investimento, as áreas da saúde, agricultura e educação eram prioritárias por apresentarem graves carências. "Quanto aos investimentos na educação, eles justificam-se pela necessidade de elevação do nível geral da mesma para a preparação da qualificação técnica da mão de obra no sentido de fazer face às exigências da concorrência internacional." (Caeiro, 2005:211).

No que diz respeito às estratégias de desenvolvimento as prioridades são as indústrias transformadoras, de construção e de turismo pois impulsionavam o desenvolvimento económico imediato. Outro objetivo é modernizar as estruturas económicas para que se tornem competitivas face à concorrência internacional, aliviar as pressões migratórias através do estabelecimento de empresas que concorressem com as regiões desenvolvidas. Face à reorganização industrial apontam-se políticas de incentivos a pequenas e médias empresas. Já o IV Plano de Fomento (1974-1979) foi aprovado, mas não chegou a ser aplicado.

Estes planos seguiam as linhas orientadoras do regime e salienta-se o II Plano do Fomento onde a indústria teve um foco maior e a participação na EFTA exigia uma mudança de paradigma.

1.4.3 Participação portuguesa na EFTA

Portugal enfrentava várias dificuldades na adesão à CEE. Por um lado, o regime político de ditadura e a política colonial colocavam problemas aos países do Tratado de Roma. Por outro lado, o Governo Português pretendia manter um espaço de manobra nas suas relações com as possessões ultramarinas. A baixa produtividade de muitas empresas e as dificuldades que pudessem enfrentar numa zona de comércio livre eram também preocupações que não podiam ser ignoradas.

“Segundo a declaração do Ministro Corrêa d’Oliveira, em entrevista concedida ao «*Herald Tribune*», Portugal vai pedir, em breve, a sua admissão na Comunidade Económica Europeia. O Ministro português rejeitou a hipótese de uma associação permanente de Portugal com todas as suas províncias à CEE: o objetivo português é a integração e não a mera associação -sublinhou. O

Dr.Corrêa d'Oliveira salientou que Portugal deseja leal e recíproco entendimento com o Mercado Comum. «Estamos dispostos – disse- a fazer tudo o que esteja ao nosso alcance para entrar numa Europa unificada. Não-de encontrar-se os meios que permitam a Portugal aceitar os seus direitos e responsabilidades dentro da CEE. A pior situação possível para a Europa é a permanência da sua atual divisão.» “(JST, *Comunidade Económica Europeia*, 27 de abril de 1961, nº51, p.2)

No caso português, o poder de compra era muito baixo. A economia portuguesa era essencialmente agrícola e pouco industrializada e, para permitir a expansão da economia, Portugal junta-se à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) em 1960 juntamente com o Reino Unido, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia, Suíça como oposição ao Mercado Comum que se havia formado: a Comunidade Económica Europeia (CEE) da qual o governo português não era favorável.

Era reconhecido que Portugal era ainda um país subdesenvolvido, e como tal, a eliminação das suas barreiras aduaneiras seria feita de uma forma mais gradual que a dos restantes estados-membros, além de se excluir estatutariamente a agricultura. (Mateus, 2001). Portugal não foi convidado para as negociações de que veio a resultar essa associação de comércio livre e causou estranheza no panorama internacional que um país com economia tida como subdesenvolvida e um regime não democrático participasse. (Lopes, 1996).

Andersen-Leitão (2004) teoriza que uma das razões mais prováveis para que Portugal tenha sido bem-sucedido na adesão à EFTA foi sobretudo graças à disposição do governo português em fazer cedências para não se excluir de um acordo à escala europeia tal como já acontecera nas negociações para a Zona de Comércio Livre de 1956-1958. A solução da EFTA face à CEE parecia evidente para o Governo Português que queria manter o espaço de manobra nas suas relações com o Ultramar e tal facto entrava em conflito com os ideais da CEE. Com isso, Portugal “(...) ficava aberto à concorrência dos e bens provenientes dos outros países membros da EFTA, assim como tinha a oportunidade de orientar a política económica produtiva, não apenas o mercado interno, como também o mercado externo.” (Fernandes, 2008:276).

Os industriais viam com receio a abertura de mercado, defendendo que a integração de Portugal ia provocar uma destruição de algumas indústrias como o caso da indústria algodoeira nacional. Mas a solução de eliminação gradual de barreiras alfandegárias com a obtenção do estatuto especial veio atenuar o descontentamento. Para Lopes (1996), as vantagens oferecidas pela EFTA serviam para Portugal porque as condições mantinham-

se no plano económico e não no político como acontecia com a CE. Isto é, a EFTA permitia que Portugal mantivesse as relações preferenciais de comércio com as colónias sem que isso pusesse causa a política colonial do regime: as colónias deveriam produzir e vender à metrópole as matérias primas e comprar os produtos finais, produzidos em Portugal, com o lucro. O Acordo também não abrangia os produtos agrícolas evitando assim problemas de concorrência que a agricultura portuguesa não tinha condições de concorrer. Como fica explícito no artigo 11º da Convenção de Estocolmo sobre as restrições quantitativas à exportação: “Os Estados Membros não deverão introduzir ou reforçar as proibições ou restrições à exportação para outros Estados Membros, quer seja por meio de contingentes, de licenças de exportação ou doutras medidas de efeito equivalente, e eliminarão estas proibições ou restrições até 31 de dezembro de 1961, o mais tardar. (...)” e isso implicava que Portugal tivesse disposição para abrir o seu comércio o que não era fácil devido às regras do condicionamento industrial.

Onde a EFTA melhor respondeu aos condicionalismos foi no regime estabelecido (Anexo G) para levar em conta o menor desenvolvimento da economia nacional em comparação com o dos restantes membros. Este Anexo, para além de estabelecer um desmantelamento tarifário mais lento para as indústrias portuguesas permitia também a reintrodução de direitos aduaneiros para proteger as indústrias novas que se estavam a desenvolver, traduzindo-se assim num potencial vantajoso para Portugal. Um claro exemplo dessa vantagem é o interesse dos Estados Unidos em Portugal para a agricultura já que “A mão de obra portuguesa é uma das mais baratas da Europa Ocidental – o que deve interessar aos comerciantes norte-americanos, cujos produtos têm desafiado as vantagens da automatização. Portugal está integrado na EFTA, que, depois do Euromercado, é a segunda comunidade económica, abrangendo quase cem milhões de pessoas. Portugal tem acesso, isento de direitos aduaneiros, a todos os países da EFTA, ao mesmo tempo que goza da proteção tarifária até 1980 sobre certos tipos de produto.” (JST, *Os americanos e a agricultura portuguesa*. 17 de fevereiro de 1967, nº40, p.1). Para constituir o regime especial foram aplicadas medidas de proteção aduaneira das indústrias portuguesas que seriam desmanteladas a um ritmo mais lento que a dos outros Estados Membros. O regime geral para a eliminação dos direitos aduaneiros sobre o comércio interior da EFTA foi fixado por vinte anos (nos restantes países foi dez).

“Pode considerar-se que a participação na EFTA foi um sucesso durante todo o período que se prolongou desde 1960 a 1973.” (Lopes, 1996:118). Segundo António Telo (2007),

a EFTA seria a primeira opção para o país exceto se fosse utilizada a visão política de uma pátria pluricontinental e multirracial porque nesse caso o Império era a segunda.

No que diz respeito ao têxtil, é com a EFTA que se dá uma nova expansão da fiação de algodão e na procura de fio já que este novo mercado com países industrializados trazia consigo um novo leque de oportunidades. O *Jornal do Comércio* publicou uma lista em 1967 dos produtos portugueses que mais eram desejados pelo mercado estrangeiro que o JST transcreveu na íntegra (*Produtos portugueses mais desejados nos mercados estrangeiros*, 25 de agosto de 1967, nº16, p.1) de onde se salienta a nível de produtos têxteis a Finlândia com a importação de luvas para senhora, peúgas para homem e lenços para a cabeça; a Inglaterra com camisas, fio para fazer coberturas, sintéticos e de lã, tecidos acabados e artigos de vestuário de lã e cobertores de algodão; a África com Sul com tecidos têxteis para a confecção de calças de homem, roupas de linho e a Suécia com flanela, algodão não branqueado cardado de ambos os lados e panos para lençóis.

A reestruturação e modernização das unidades produtivas para produzir fio melhor e mais barato que pudesse competir com os produtos internacionais beneficiou a indústria portuguesa. Fonseca (2001) afirma que depois das reconversões feitas na década de sessenta é possível concluir a existência de duas trajetórias diferentes dentro da têxtil algodoeira. Por um lado, aquelas empresas que se mantinham dependentes do Estado, “agarradas ao modelo corporativo” e que maximizavam a eficiência técnica e tecnológica e por outro as empresas mais internacionalizadas que se tentavam inserir neste novo mercado sem descuidar do interno.

1.4.4 A participação de Portugal no GATT

Portugal fez parte de outro acordo neste período, o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), muito derivado da sua participação na EFTA.

O GATT foi estabelecido em 1947 com a finalidade de regular as políticas aduaneiras, combater as práticas protecionistas e liberalizar o comércio dos seus Estados Membros (alguns dos quais, como o Reino Unido e a Noruega, vieram a fazer parte da EFTA) estando também na base da criação da Organização Mundial de Comércio. Todavia, a entrada de Portugal no GATT em 1961 implicou reduções de barreiras às trocas com países externos à EFTA, dificultando assim a manutenção das preferências no comércio

entre os territórios da metrópole e das colónias que só poderia ser mantido se os territórios envolvidos formassem um mercado único entre si. É daqui que nasce a ideia do “Espaço Económico Português”. Todavia, esse projeto foi mais um instrumento de propaganda do que um instrumento económico de efeitos reais já que as desvantagens estavam do lado da metrópole que tinha acesso exclusivo em algumas matérias, como o caso do algodão, cuja qualidade nem sempre era a melhor. A integração económica nacional não conseguiu opor-se que a quota-parte das colónias nas exportações portuguesas tenha caído de 25% em 1960 para 15% em 1973. (Lopes,1996).

O Pacto Colonial foi substituído pelo Espaço Económico Português (EEP) que oferecia vantagens a Portugal ao possibilitar a manutenção das margens preferenciais que gozava em relação às colónias como a possibilidade de continuar a encontrar produtos agrícolas e matérias primas a preços mais baixos enquanto que as colónias tinham vantagens nas compras feitas à metrópole. Havia ainda a intenção da metrópole de estimular as indústrias coloniais que fossem concorrenciais e complementares da sua para potenciar os efeitos positivos esperados da zona de comércio livre no espaço português e na EFTA. (Fontoura, M. P., & Valério, N. (1994). Um dos principais instrumentos da EEP seria a criação de um mercado livre do escudo dentro dos territórios coloniais e metrópole onde pudessem circular pessoas, mercadorias e capitais portugueses livremente, mas que fosse protegido da concorrência externa, a ZEE: Zona Económica do Escudo. Esta medida visava ainda que se transferisse para as colónias as indústrias e sectores que não necessitassem de trabalho qualificado sobretudo aqueles cuja matéria prima ficava mais barata como era o caso da indústria têxtil algodoeira.

Para que numa fase inicial se evitasse a exposição súbita da indústria das colónias à concorrência externa, a liberalização dos direitos aduaneiros e as restrições quantitativas no âmbito da zona de comércio livre foi preconizada de forma gradual num prazo de dez anos. Além do mais, a EEP permitiu flexibilizar o regime do condicionamento industrial ao criar uma política unificada. Isto é, deixam de existir ‘dois’ condicionamentos industriais (para a metrópole e para a colónia). (Fontoura e Valério, 1994). Por esse motivo, a partir de 1961 a estratégia económica para Portugal é a inserção na EFTA (na Europa) e na ZEE (Pluricontinental). No Decreto-lei 44016, de 8 de novembro 1961 fica explícito que a integração de todos os territórios portugueses passa a ser um dos principais objetivos a concretizar:

“No artigo 158.º da Constituição Política da República Portuguesa ficou estabelecido, nos seus termos gerais, o princípio de integração económica nacional, referindo-se expressamente, como um dos meios de a realizar, a livre circulação das mercadorias em todo o espaço português. (...) Definuiu-se, por este modo, um objetivo político-económico de alcance extraordinário: a integração económica de todos os territórios portugueses ou, o que é o mesmo, a formação de uma economia verdadeiramente nacional.

(...) Art. 9.º Serão suprimidos, até 31 de dezembro de 1971, todos os direitos aduaneiros, cobrados no comércio entre territórios nacionais, sobre mercadorias de origem nacional, desde que o seu transporte, utilizando-se a via marítima ou aérea, se efetue em navios ou aeronaves nacionais, ressalvando quanto a esta exigência o caso de, por qualquer circunstância, não ser possível satisfazê-la. “

Porém esta ideia não é consensual. Ribeiro (1971) é da opinião que a expansão económica no Espaço Português vai contra os princípios corporativistas na medida em que a limitação de transferências e imposição de restrições para a proteção das indústrias do Ultramar "(...) reforçam o convencimento dessa grave contemporização nos domínios do Espaço Português: Corporativismo e Espaço português mostram-se, irremediavelmente incompatíveis.”

No período de 1960-1973, os anos dourados da economia mundial, houve em Portugal desenvolvimento económico, uma abertura maior ao exterior e poucos desequilíbrios macroeconómicos. Lopes (1996) afirma que o progresso obtido neste período não tem paralelo com épocas anteriores da experiência nacional. As guerras coloniais iniciadas em 1961 não perturbaram muito a economia. Na verdade, o efeito económico negativo mais evidente foram o aumento das despesas do Estado em atividades militares apesar do equilíbrio das finanças públicas não ter sido abalado.

A nova abertura de Portugal ao exterior calibrou o ratio de importações e exportações, originando movimentos de capitais e investimentos estrangeiros que por sua vez implicou a adoção de um modelo de industrialização orientado para as exportações. Nesse sentido, a experiência portuguesa segue a tendência dos países da Europa ocidental.

Apesar de uma conjuntura externa favorável os fatores internos também contribuíram para a melhoria da situação nacional. Mesmo que nos seus discursos Salazar não mostrasse entusiasmo pela abertura da economia ao exterior, a partir de da década de 50 os seus governos tinham uma orientação oposta que promovia o crescimento e a transformação da economia enquanto se empenhavam também em participar nos movimentos de integração europeia mesmo quando “(...) o regime do Estado Novo

continuava a resistir teimosamente aos ventos que, vindos de fora, sopravam no sentido da descolonização e da democratização.” (Lopes, 1996:19). Isto porque apesar da EFTA se apresentar com objetivos de cooperação económica impunha naturalmente uma articulação política entre os seus membros o que para Portugal se refletia na exigência de abertura ao exterior. A importância da ideologia imperial é inegável no período de consolidação do regime do Estado Novo e igualmente importante os laços económicos a partir da II Guerra Mundial. Existia uma opinião defensiva da política ultramarina, mas que era fruto do carácter nacionalista e não derivado do fator económico. Valentim Alexandre (1993) enumera dois modelos de projeto colonial que estavam a ser pensados: o primeiro, o paradigma da ação de Norton de Matos em Angola que defende uma conceção descentralizada do império quer do ponto de vista administrativo quer económico-financeiro. Este modelo admitia que Portugal tinha de receber das colónias as matérias primas para a indústria e colocar nelas os produtos finais. Todavia, não deveria fechar o desenvolvimento económico nas províncias. Cada colónia devia ter uma grande autonomia no campo económico com uma lógica interna própria, uma espécie de *Commonwealth* portuguesa. No segundo modelo, a metrópole exercia o papel de centro de atração do conjunto imperial, mas por força do seu desenvolvimento natural e não por imposição.

Entre 1960 e 1973, graças à redução de barreiras pautais e ao tratamento discriminatório favorável de que as exportações passaram a beneficiar nos países da EFTA, houve criação de comércio, na medida em que os produtos portugueses substituíram produtos de fabrico interno desses países (como sucedeu no vestuário e no calçado).

Mesmo que o crescimento económico a partir da década de 50 tenha contribuído para melhorar o nível de rendimento e de satisfação das necessidades básicas da população portuguesa, a elevada taxa de pobreza ainda era um problema em 1973. (Silva,1982). Quando o Estado Novo caiu em 1974 ainda existiam diversos problemas sérios na sociedade portuguesa como atrasos nas áreas da educação, saúde, segurança social, etc.

O programa do Movimento das Forças Armadas proclamava os objetivos de democratizar, descolonizar e promover a economia, mas o seu desenvolvimento não foi tão acentuado como o dos anos anteriores. Também ao contrário do que tinha acontecido no período anterior, desta vez a conjuntura internacional não foi tão favorável. Lopes (1996) justifica a diminuição do ritmo do desenvolvimento económico devido aos choques petrolíferos (o primeiro em 1973, que levou ao aumento do preço do crude por

toda a Europa e o segundo em 1979 que fez o preço das ramas subir para o dobro). Internamente os principais choques eram os da descolonização e o das perturbações revolucionárias. A troca de regime conduziu à criação de expectativas de melhorias económicas e sociais que não eram viáveis. Os empresários deixaram de fazer tantos investimentos, os conflitos laborais provocaram baixas de produtividade e, no geral, o planeamento económico não voltou a adquirir a importância que tinha tido com os planos de fomento, mas estas características negativas derivam sobretudo de objetivos “irrealistas e inconsistentes”.

Decreto-lei 33924, de 5 de setembro 1944: “Permite nas colónias o estabelecimento de fábricas de fiação e tecidos de algodão, mediante autorização, para cada fábrica, dada pelo Ministro por meio de despacho publicado no Diário do Governo e no Boletim Oficial da respetiva colónia.”

1.4.5 Acordo de Comércio Livre entre Portugal e a CEE de 1972

A EFTA ficou diluída quando o Reino Unido e a Dinamarca abandonaram para se juntar à CEE, reduzindo assim a dimensão económica da organização. Como compensação, os restantes países (que não eram candidatos à adesão do primeiro alargamento de 73) da Associação conseguiram acordos bilaterais com a CEE. No caso de Portugal a saída do Reino Unido e da Dinamarca era um problema já que eram dois mercados imprescindíveis para as exportações portuguesas. A CEE apresentava-se como uma alternativa, porém havia um senão: na sua génese tinha o princípio da democracia política que Portugal não cumpria.

Este isolamento de Portugal devido à questão colonial ganhava contornos cada vez mais sérios no panorama internacional e segundo Cunha (2012) a Guerra Colonial levou a uma recção menos positiva quando Portugal pediu para marcar audiência depois do pedido de adesão ao Mercado Comum em 1962. Internamente, as forças políticas mais conservadoras consideravam esta aproximação à Europa uma ameaça à política de unificação económica com as colónias (Lopes, 1996) e como o pedido de adesão espanhol provocou contestação por parte dos partidos socialistas europeus, Portugal foi aconselhado a deixar assentar a poeira e apresentar o pedido mais tarde. (Cunha, 2012).

O regime para as trocas comerciais era semelhante às da EFTA: eram abrangidos apenas os produtos industriais embora fossem atribuídos concessões limitados para certos produtos agrícolas da exportação portuguesa. A CE ficou com a faculdade de deixar de

aplicar os benefícios das reduções pautais em alguns produtos, como era o caso dos têxteis, que tinham determinados plafonds quantitativos.

Depois de ano e meio em negociações, foram assinados dois acordos, Acordo de Comércio Livre Portugal-CEE e Acordo Portugal-CECA em julho de 1972. Surge então uma nova zona de comércio livre com a Áustria, Finlândia, Islândia, Portugal, Suécia e Suíça, através da supressão dos direitos aduaneiros entre as suas trocas comerciais a partir de 1977 (Cunha,2012).

A adesão de Portugal à EFTA e os acordos com CE tiveram como consequência afirmar a prioridade no plano económico plano económico da opção europeia sobre a opção ultramarina.” (Lopes, 1996)

1.5 Depois da Revolução de 25 de Abril

Fortuna (1985;1990) afirma que o colonialismo português é um colonialismo capitalista por ter retirado proveitos económicos em África para manter a sua posição na economia e no sistema político mundial. O estatuto semiperiférico português dependeu de maneira significativa devido ao seu posicionamento perante as colónias que pode ser explicado com três modelos políticos segundo este autor. O primeiro, o modelo colonial-imperialista, correspondente a um período de ascensão do ciclo colonial. O modelo fascista-colonial, um período de estabilidade entre guerras e, por fim, o modelo democrático no decurso da recessão. Contrariando a filosofia económica portuguesa do imediato do pós-guerra, esta abertura tornar-se-ia uma forma expedita de ajudar a financiar uma guerra demasiado custosa. (Fortuna, 1985:496).

Com as nacionalizações de 1975, consagradas também na nova Constituição de 1976, uma grande parte do sector financeiro passou a ser gerido pelo Estado. À medida que os aumentos de salários eram forçados por lei e os preços estavam congelados muito do sector privado estava na falência. A forma de aliviar a situação era a através do crédito barato fornecido pelos bancos públicos numa forma indireta de nacionalizar o aparelho produtivo.

O retorno em massa dos portugueses das ex-colónias gerou uma elevada taxa de desemprego que por sua vez resultou numa elevada pressão sobre a economia pois havia a necessidade de subsídios de assistência para essas pessoas. Aliada a esta situação, a

classe operária faz várias reivindicações neste período sobre o aumento de salários, a diminuição das horas de trabalho e a criação de subsídios sociais. As greves reivindicativas levaram a uma grande paralisação das fábricas, originando menos produção (Lopes, 2015). É neste contexto que o Estado, então, nacionaliza várias empresas e com as novas garantias dadas aos operários o consumo aumentou assim como o poder de compra, provocando alguma estabilidade social. Como acréscimo à situação, há ainda os efeitos da crise do petrolífera que se faziam sentir na economia europeia e é nesta conjuntura que o FMI fez a sua primeira (de três, até à data) intervenção no país. A perda dos mercados coloniais foi dramática para a indústria têxtil portuguesa: muitas fábricas rotinas na produção para os mercados ultramarinos perderam a sua razão de ser, não conseguiram reconverter-se e as falências sucederam-se. Sobreviveram as empresas que se tinham anteriormente organizado para os mercados europeus desde a entrada na EFTA. Uma das medidas tomadas pelo governo relativamente foi relativa ao circuito de draubaque em que o exportador do produto acabado, no sector têxtil, não possa não ser importador da matéria-prima, acrescentando assim valor ao produto final:

Decreto 20/78, de 10 de Fevereiro 1978: “Considerando a extrema importância de que se reveste a promoção de todas as medidas que têm por objetivo incrementar o valor acrescentado nacional, numa ótica de valorização dos produtos portugueses nos mercados externos, e o papel relevante que o **sector têxtil** desempenha no âmbito do comércio externo: Há necessidade de criar um suporte administrativo diferente para o sector têxtil, cuja principal filosofia se traduz na permissão, em certas circunstâncias, de que o exportador do produto acabado seja diferente do importador da matéria-prima, consubstanciando a introdução de uma segunda atividade económica dentro do mesmo circuito de draubaque, como natural prolongamento do primeiro estágio produtivo.”

1.5.1 Entrada para a CEE

As condições estruturais de Portugal mudam após o 25 de Abril com o término das relações coloniais e a consequente perda do mercado colonial que caracterizavam a situação semiperiférica portuguesa. A alternativa mais viável nestas condições é o mercado europeu que passa a ser uma prioridade na política externa nacional. Com a instituição do regime democrático as barreiras políticas que impediam Portugal e participar na reorganização económica da Europa desaparecem.

Uma das mais importantes motivações económicas para a entrada na CEE era o objetivo de afastar a economia portuguesa do apoio do protecionismo aduaneiro e continuar com

a sua orientação para o exterior. Considerava-se que o progressivo desenvolvimento das relações económicas teria de continuar a ser focalizado na Europa ocidental pois seria aí que se concentrava a maior parte no comércio externo. (Lopes, 1996)

As perspetivas futuras da economia e da sociedade portuguesa no começo da década de 80 eram incertas, mas a construção europeia era um projeto ambicioso da qual Portugal faria parte. A abertura à Europa não só teve uma vertente comercial, mas também social e permitiu mais fluxos emigratórios, turismo, investimentos estrangeiros e também que o país pudesse participar em todas as organizações europeias.

Para a indústria têxtil, o resultado da escolha da opção europeia traduzia-se em mais elevadas exigências de qualidade e diversidade de produção de forma a responder ao mercado que se abria aos produtos nacionais.

De uma maneira geral a política externa portuguesa foi sempre conduzida naquilo a que Rollo (1994) chama de sentido de “não ficar de fora”. Isto é, evitar a marginalização de Portugal nos assuntos europeus e mundiais participando nos diversos movimentos ou instituições que se foram manifestados na Europa. Chegado aos anos 80, e pela primeira vez em quase um século, Portugal é obrigado a aceitar a evolução da concorrência externa, cedendo aos poucos aos ventos da mudança que vêm da Europa e em 1986 finalmente adere ao movimento europeu quando adere formalmente à CEE juntamente com Espanha.

Esta abertura após décadas de protecionismo, ditadura e um período pós-revolucionário conturbado é uma lufada de ar fresco na economia portuguesa e na sociedade que permitiu um período de prosperidade nas décadas seguintes que eventualmente volta a implodir na primeira década do século XXI.

Os vários ciclos que são orgânicos à natureza económica e os seus impactos podem ter os mais diversos efeitos, como foi o caso na fileira da indústria têxtil algodoeira no Vale do Ave, afetando toda a ordem social envolvente como poderemos verificar no próximo capítulo.

II – A Indústria Têxtil no Vale do Ave – Configurações

2.1 Caracterização e Contexto Histórico

Situado no Noroeste de Portugal, o Vale do Ave é uma região conhecida pela sua densidade empresarial e industrial desde o século XIX. O rio Ave, que nasce na Serra da Cabreira e passa pelos concelhos de Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Trofa e desagua em Vila do Conde, foi um recurso natural fundamental para o desenvolvimento da indústria particularmente no espaço central do Médio Ave, onde se concentra na zona de confluência do Rio Vizela e do Rio Ave.

Nem toda a região teve um desenvolvimento industrial homogéneo. Alguns dos concelhos apresentam traços comuns gerais na sua evolução como Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso. Já Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso têm um relevo maior no sector secundário enquanto que Fafe apresenta-se numa situação intermédia. (IAPMEI, 1993, Pereira, 2002). Mas é inegável a semelhança cultural e identitária das diferentes gerações que ficaram marcadas pela evolução do têxtil.

O relatório do IAPMEI (1993) mostra que a Indústria Têxtil/Vestuário é a dominante assume tal proporção que a sua importância é notória em contexto nacional. A têxtil/vestuário induziu também outras indústrias na região relacionadas como as fábricas de botões, fechos de correr, etc.

Na sua génese, a região industrial do noroeste de Portugal tinha o centro no Porto e estende-se pelos vales do Rio Ave e Vizela a norte e para Aveiro a sul. Para fora da cidade do Porto a maioria da indústria consiste em grandes fábricas isoladas ou trabalhos domiciliários por conta de industriais ou comerciantes de panos. Do Porto partem não só os capitais necessários para os investimentos como também se tomavam as decisões estratégicas nas sedes das empresas uma vez que era ali que estavam aglomerados os principais dispositivos reguladores do sistema como as delegações da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama, a Associação Industrial e os Grémios. (Alves, 1999).

Antes do auge da têxtil algodoeira existia já no Vale do Ave a cultura da fiação e tecelagem de linho e lã. A produção de panos de linho data desde a época medieval sendo

feita pelas oficinas e pelo trabalho doméstico. O algodão veio a substituir o linho gradualmente graças às inovações na indústria introduzidas no século XIX, por ser mais adaptável aos processos de produção, abundante, ter fácil transporte e por ser mais barato. Apesar do algodão rapidamente assumir uma posição preferencial no campo de vestuário e da produção de panos para uso doméstico se sobrepor ao linho nos seus usos gerais, o linho continuou a ser utilizado em conjunturas onde existia uma deficiência de matéria-prima ou em especialidades que usavam o tecido misto. (Alves, 1999, 2002; Marques, 1988).

Ingerson (1982) afirma que o Vale do Ave pode ter sido um cenário de deslocação industrial uma vez que nesta região o linho foi reduzido da situação de indústria exportadora à de indústria doméstica. No seguimento, o Vale do Ave passou a ser consumidor dos algodões britânicos e mais tarde transformou-se numa fonte de mão de obra para as fábricas algodoceiras dirigidas ou equipadas por ingleses. A tecnologia vendida a estas fábricas era antiquada, mas que mesmo assim fazia manter a dependência tecnológica na Grã-Bretanha.

No seu arranque, a indústria têxtil do Vale do Ave estava mercada pela monoespecialização e no que diz respeito à modernidade industrial estava “longe de impressionar”. A sua base operária era sobretudo mão de obra feminina como complemento à faina agrícola levantando esta característica do trabalho feminino (Alves, 2002) que se mantém durante toda a expansão da indústria da região e faz toda a diferença nos movimentos reivindicativos de melhores direitos e condições laborais como se analisa mais em diante.

Um dos maiores marcos e *ex libris* da indústria têxtil nacional é a Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela (FFTRV), popularmente designada apenas por Fábrica do Rio Vizela inaugurada em 1845 com a denominação de “Sociedade de Fiação de Visella”. Era constituída por comerciantes e industriais do Porto (que investiam em capitais e garantiam o escoamento do fio), onze sócios e um engenheiro francês, Eugène Cauchoux, que orientou a construção da fábrica. (Olaio, 2012).

Neste período, noticiava-se o reforço da produção mecanizada com novas máquinas vindas do estrangeiro no vapor *Castilian*, bem como a instalação de iluminação para funcionar de dia e de noite, então em estudo, permitiriam ampliar a produção de tecidos de algodão, então com muita procura, tal como se dizia no JST (*Fábrica de Fiação do Rio Vizela*, 9 de julho de 1885, nº166, p.2). Neste artigo considerava-se a FFTRV como a "primeira do

género" no país que rivalizava com algumas homólogas no estrangeiro e Olaio (2002) afirma que esta se tornou a primeira fábrica moderna da região, chegando mesmo a regular o preço do mercado do fio de algodão.

A FFTRV é utilizada como um bom exemplo ("*A Indústria Nacional II*", 27 de agosto de 1885, nº173, p.1) que "tem progredido consideravelmente." O cronista faz uma retrospectiva aos vinte anos anteriores e afirma que tiveram mais desenvolvimento fabril e industrial, citando o Porto como exemplo devido ao número de fábricas existentes mas, mesmo assim, o número de importações é muito elevado e não seria justificável tendo em conta as condições e recursos naturais do país como a existência de vários rios que poderiam ser usados como força motriz, mas que não eram aproveitados ou não tinham investimento suficiente.

O desenvolvimento no Vale do Ave nesta fase foi possível graças ao crescimento das vias de comunicação e transportes, não só para o escoamento de produtos (que permitia uma melhoria das condições de concorrência com os mercados exteriores) mas também para ligar os diferentes concelhos do vale (Olaio,2012).

Em 1888, no JST (*A viação pública* ,19 de Abril de 1888, nº 311,p.1) noticia-se que a construção e melhoria das vias de comunicação permitiu o desenvolvimento de Santo Tirso e das suas indústrias, utilizando de novo o exemplo da Rio Vizela que dava emprego a mais de 600 pessoas nesse período ainda que o cronista considere que não fosse suficiente e que deveria existir mais investimento na construção de indústrias: "Mais uma fábrica no país não é de mais; porque os artefactos que importamos do estrangeiro ainda são d'um grande valor. (...) "

Com o surgimento da eletricidade, que potencia a hidroeletricidade usada pelas fábricas, fica ainda mais vincada a importância do Rio Ave no processo. Em 1895 a Fábrica Rio Vizela já tinha uma turbina para aproveitar a energia elétrica, mas só em 1908 é construída a Central Hidroelétrica de Caniços, 1909 a Central Hidroelétrica do Amieiro Galego ambas um investimento de um importante industrial, Narcisso Ferreira e em 1926 central elétrica do Varosa em Riba d'Ave. O bom aproveitamento dos recursos permitiu que em menos de 40 anos a região se possa ter tornado num dos mais importantes centros algodoeiros do país. (JST, Pelo *Concelho (Aves)*, 22 de novembro de 1928, nº29, p.2)

Em agosto de 1885, um cronista do *Jornal de Santo Thyrsó* analisa criticamente a evolução da vila desde os seus melhoramentos até à sua estagnação. Progredindo os povos

com a indústria e comércio, lamentava que em Santo Tirso isso não ocorresse. O comércio resumia-se à compra e venda de produtos de necessidade primária e a indústria era escassa. Sugeria mais investimentos por parte daqueles que detinham mais capital, mas insistia no incentivo à agricultura o qual traria bons resultados económicos pois era mais fácil vender o excesso de produção agrícola, coisa que com os tecidos seria impossível. (JST, *A Vila de Santo Tirso*, 17 de setembro de 1885, nº176, nº1).

Durante todo o século XIX a produção da indústria têxtil no concelho de Santo Tirso estava estruturada entre dois polos: a que tinha cariz doméstico (os estabelecimentos de pequena dimensão) e a fábrica (Olaio, 2012). Assim, a indústria em Santo Tirso resumia-se sobretudo à Fábrica do Rio Vizela. Esta situação reflete-se numa das crónicas do JST onde se diz que Santo Tirso não é dos concelhos mais pobres do país já que há entre os seus moradores grandes capitalistas. Todavia nota-se indiferença pelo desenvolvimento industrial e excluindo a Rio Vizela a vida industrial é "nula". Critica-se também que as capacidades do Rio Ave não são devidamente aproveitadas e a produção de outras matérias, como cereais, foi relocada para outros pontos do país. Isso provocou à emigração de "braços robustos" e pobreza. Sugere-se que é necessário estudar o meio de engrandecer Santo Tirso para que se torne um núcleo industrial de primeira ordem e é imperativo que se expanda a indústria uma vez que há mais condições para que ela se desenvolva nesta região provocando o aumento da indústria para garantir mais emprego e diminuir a emigração. (JST, *A indústria*, 12 de junho de 1890, nº423, p.1)

Esta tão desejada ampliação do parque fabril ocorreria só nos finais do século. A Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso era oficialmente inaugurada em 1898, sendo expandida mais tarde, com a previsão de que a fábrica empregaria mais 50 trabalhadores da própria vila. Alguns dos sócios desta empresa eram já diretores e sócios da FFTRV como o I Conde de Vizela, Diogo José Cabral, e Honoré Vavasour. No começo, esta fábrica funcionava em complementaridade com a Rio Vizela, laborando em tecelagem com a utilização de tecnologia inglesa. (Olaio, 2002)

Tal como acontecia com outros concelhos do Vale do Ave, em Vila Nova de Famalicão, o desenvolvimento da atividade industrial têxtil tem um maior vigor nas freguesias onde já existia a tradição da tecelagem e a proliferação de pequenas oficinas. (Pereira et al, 2012). A fase de pequenas oficinas e atividades domiciliárias só é ultrapassada pela última década do século XIX, muito em relação com as políticas protecionistas decorrentes da publicação da pauta aduaneira de 1892. No entanto nos finais dessa década os problemas

de excesso de produção já se fazem sentir particularmente nas fábricas da cidade do Porto muito por via da produção que vinha do Vale do Ave em melhores condições concorrenciais uma vez que a política protecionista protegia o mercado interno, mas não garantia a exportação.

Durante a I República surgem novas unidades industriais dedicadas à fiação e tecelagem do algodão que acentuam a especialização local na têxtil algodoeira. Durante os anos 20 aparecem empresas como a Empresa Industrial de Negrelos (1922), Empresa Industrial de Santo Tirso (1923), Empresa Fabril Tirsense (1924), Empresa Têxtil de S. Martinho do Campo (1924), Fábrica de Fiação da Batalha (1926) e a Empresa Industrial do Campo (1926). (Olaio, 2002).

Após a II Guerra Mundial promoveu-se a reorganização industrial. As pequenas unidades industriais mantiveram-se e o incremento da modernização levou ao desenvolvimento de unidades mistas (fiações com tecelagem). Mesmo com um regime de condicionamento industrial as unidades clandestinas foram enquadradas pelos despachos do governo.

Durante os anos 50 a indústria do algodão era a principal indústria transformadora, mas quando comparada com as suas homogêneas internacionais a têxtil nacional tem menos máquinas, teares velhos, desatualizados cujo ritmo de utilização é variável devido aos diferentes turnos que se faziam e com uma imensa falta de preparação técnica.

Para Ribeiro (1964) a dimensão reduzida do mercado interno não é justificação suficiente para explicar o atraso industrial nacional e o grande problema está sim na subsistência de fábricas ineficientes que vendem quase a totalidade dos seus artigos no mercado interno e ultramarino por preços que não compensam o custo de produção. Na sua opinião, as empresas deveriam ser obrigadas a melhorar as condições de produtividade com a renovação de fusos e teares e cessar com a imposição do preenchimento mínimo das fábricas.

Com o excesso de mão de obra operária e o algodão em rama mais barato que no estrangeiro observa-se uma sobreprodução e falta de escoamento interno que resulta numa crise iminente. A solução encontrada foi a disponibilização de crédito bancário e a imposição de cotas no abastecimento de algodão ultramarino. Porém, isto levou a consequência grave: como as fábricas não funcionavam a tempo inteiro, foram reduzidos os dias de trabalho, desceram salários e houve falências o que no final levou a uma crise de qualquer das formas. A perda do mercado colonial depois do 25 de Abril e a adaptação

para a exigência de mercados competitivos mais exigentes foram traumáticos para a têxtil algodoeira do Vale do Ave. Nos relatórios de contas que estão anexados na cronologia é possível observar as tabelas com os valores de vendas e exportação de fios e a sua evolução.

Nos anos 70 o retorno de população como consequência da descolonização foi mais visível nos concelhos industrializados onde logicamente a atividade industrial criava mais oportunidades de emprego e esta tendência continuou a verificar-se no começo da década seguinte com o agravamento do retorno da emigração europeia. Todavia, a análise da evolução demográfica a partir dos anos 50 permite que se localize a região do Ave como um território de configuração demográfica particular (Pereira et al, 2012; Coelho,2012)

2.2 O têxtil algodoeiro e a internacionalização

A marca da internacionalização aparece desde o início desta nova indústria têxtil, e manteve-se posteriormente, sendo os mecanismos dessa intervenção - conduzidos primeiramente por comerciantes ingleses no Porto-os responsáveis pelo desencadear desses processos no Vale do Ave. Para compreendê-la, é necessário analisar a realidade nacional em relação à dos países estrangeiros, principalmente daqueles de onde partiu a intervenção.

A penetração de capitais ,fosse pela utilização indireta dos mercados africanos, fosse para resolver problemas internos e procurar fatores de produção em melhores condições, ou interesses comerciais estrangeiros foi de suma importância dos têxteis desde as mais remotas origens. A vocação exportadora da têxtil é afinal mais do que uma questão de mercado e está intimamente relacionada com todo o problema da sua inserção internacional, seja voluntária, seja provocada. (Fonseca, 2001).

As qualidades do algodão como matéria prima foram fatores fundamentais para o desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira. A sua adaptação aos processos de produção e mecanização são, segundo Olaio (2002) os principais motivos para que o algodão tivesse mais sucesso que outras fibras como o linho.

Ainda nos finais do século XIX o algodão usado tinha origem nos EUA e no Brasil, sendo comercializado no Porto e em Lisboa. O protecionismo alfandegário provocou uma grande instabilidade financeira, mas conjuntura da Guerra Civil Americana entre 1861-

65 e o aumento do preço do algodão permitiu que a Fábrica Rio Vizela obtivesse lucro com o produto armazenado que depois foi investido na modernização e alargamento das instalações para a outra margem do rio. (Rota do Ave, s.d).

Com a produção excessiva de fio (em 1881 a Fábrica Rio Vizela produzia sozinha um terço da produção nacional de fio) desenvolveu-se mais tarde numa “fábrica completa”. No Inquérito Industrial de 1881 defendia-se que o progresso para as fiações estava dependente da via verticalizadora, isto é, aquelas que adotavam a tecelagem da própria produção de fio de forma a conseguirem fazer economias de escala. No domínio do pano cru o produto estrangeiro era preferível devido à relação preço/qualidade, mas na produção de panos de consumo popular o produto português tinha vantagem competitiva e a verticalização permitiria dar às novas fábricas têxteis a possibilidade de concorrer com as mais antigas que ainda assentavam na produção domiciliaria nos finais do século XIX. (Alves,1999)

A I Guerra Mundial em 1914 provoca naturalmente a escassez de matéria prima e a diminuição da produção que se prolonga estagnada durante o pós-guerra para as grandes indústrias já que é impossível controlar a proliferação excessiva da indústria caseira (Alves,1999). A partir de 1920 há sobreprodução e tenta-se um alargamento do mercado para as colónias, mas é em 1930 as importações de algodão em rama voltam a atingir o nível que tinham no começo do século tanto que em julho de 1930 no JST surge noticiado a sobreprodução da indústria algodoeira apesar de se condenar que é feito mais investimento no algodão do que nos cereais para combater a fome no país:

A produção anual da indústria algodoeira nacional orça por 180 milhões de metros! Número fantástico! Quem há de romper tão colossal fabricação? Do estrangeiro ainda nos entram as fronteiras cerca de uns 20 milhões da sua metragem congénere. A nossa África -que é um império em território- apenas nos consome uns 10 milhões de metros. No país não se gastam mais de 150 milhões de metros dessa montanha de farrapos (...) **Até parece mal, é mesmo uma vergonha, que um país que, não tendo algodão, morra asfiziado debaixo das pilhas de riscado que não pode colocar**, e que, sendo essencialmente agrícola, tenha de importar muitos milhões de quilogramas de pão, para não morrer de fome. (JST, *Pelo Concelho -Aves*, 10 de julho de 1930, nº11, p.2).

O produto produzido em excesso era ainda assim caro demais para que a generalidade da população pudesse comprar. Nos seus comentários sobre o estado do país, Eduardo Saldanha (1930) queixa-se que a situação é má e vai piorar agora que “(...) Estão praticamente esgotadas as fontes externas de ouro - o dinheiro canalizado pela emigração para o Brasil e para a América do Norte e as receitas provenientes da venda ao estrangeiros os produtos coloniais-; e vão ser consideravelmente agravadas as condições de vida e saúde, com o regresso de muitas dezenas, por ventura centenas, de milhar de emigrantes, que consigo quase só trazem fome, vícios e doenças - especialmente das que não perdoam como a tuberculose e a sífilis. A tal situação só se pode acudir trabalhando mais e melhor, para Portugal não precisar de importar tanto, poder alimentar-se e vestir-se melhor e exportar mais.” A alternativa que apresenta para resolver esta crise é a repressão do urbanismo: fazer com que as pessoas, especialmente as da classe trabalhadora, voltem para o campo pois só assim se pode diminuir as “ocupações urbanas” onde já não há “recursos para as remunerar” e dessa forma diminuir a pobreza do país. É nesta conjuntura que o Instituto dos Serviços de Seguro Sociais anuncia que o serviço noturno das mulheres e das crianças não se justifica já que existe uma produção excedente de tecidos cujos os preços não baixam quando logicamente o poderiam fazer e melhorar as condições de pobreza das classes menos favorecidas. Sobre isso, o autor critica ainda, numa nota descritiva, “(...) Que não há sobreprodução de tecidos, é fácil de concluir da circunstância de que a maior parte da população do país anda malvestida: - nem traz a roupa que precisa para o seu conforto, nem a muda com frequência recomendada pela higiene; e isto pela simples razão que o preço dos tecidos é superior aos recursos pecuniários da grande maioria.”

A atribuição de culpa à vida citadina e a necessidade de voltar ao mundo rural como meio de evitar uma potencial crise é também expressa no *Jornal de Santo Thyrso* alguns meses antes. Numa crónica sobre a lavoura e a Rio Vizela tenta-se incentivar que não se deixe os filhos emigrarem, “(...) Civilizar e modernizar a lavoura nacional, eis a maior urgente necessidade do nosso país. (...) Fazer compreender isto aos seus filhos e ensinar-lhes os processos que regem a moderna lavoura é fazer-lhes amar a sua terra; é tirar-lhes da cabeça a aspiração de ir para a cidade ou de emigrar para o Brasil; é, numa palavra, fazer-lhes felizes, sem o desgosto de abandonar o lar doméstico e sem se exporem às desilusões das aventuras em terras estranhas.”

Depois de uma visita à Fábrica Rio Vizela e a outras fábricas do concelho do Alto Comissário da República em Angola, Filomeno da Câmara, fica-se na esperança que "(...) desta jornada alguns grandes bens resultem para a indústria de fiação e tecidos de algodão, que, aqui pelo Norte, tanto se tem desenvolvido e que emprega muitos milhares de operários. Parece que em Angola entram e se vendem melhor os produtos das congéneres estrangeiras que os da metrópole. Mistérios ou meandros das pautas alfandegárias. Uma crise séria nesta indústria, estas alturas, seria a ruína de muitos capitalistas e lançaria na maior miséria a um avultadíssimo número de pessoas." (JST, *Pelo Concelho -Aves*, 10 de janeiro de 1929).

Com impulso das novas pautas aduaneiras e do algodão colonial em 1932 cresce novamente, atingindo o seu pico durante a Guerra Civil de Espanha em 1937-8. A paralisação da indústria espanhola foi uma boa oportunidade para que a portuguesa pudesse ter um *boom* ainda que passageiro e abrisse a possibilidade de exportação, já quem em 1939 a produção nacional volta a baixar. Para Fátima Patriarca (1994) o eclodir da Guerra Civil de Espanha está ligado a uma das mais significativas intervenções do Estado com o despacho dos salários mínimos para a têxtil do algodão.

Todavia, a conjuntura política de Portugal durante a II Guerra Mundial trouxe um período de prosperidade assim que os mercados internos e coloniais foram fechados à concorrência estrangeira (Miranda, 1991; Alves, 1999)

É de igual relevância o algodão como matéria-prima para o desencadear do processo da industrialização do Vale do Ave.

O algodão é simultaneamente um processo produtivo agrícola e industrial e deixa de ser um produto de luxo para se tornar hegemónico nas economias da periferia. Uma das chaves do regime de condicionamento industrial foi a sua conexão com a doutrina do Ato Colonial numa ligação que tinha um sentido não só económico, mas também institucional e político pois o condicionamento industrial e o abastecimento colonial das ramas de algodão eram “duas faces de uma só moeda” para o Estado Novo. Apesar disso, o crescimento da indústria algodoeira é feita contra a lógica modernizadora devido à rigidez do condicionamento. (Alves, 1999a, 1999b, 2004).

Com a criação da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em 1937, o governo obriga as manufaturas a consumirem em primeira instância o algodão colonial, para o qual são também estabelecidos preços mínimos. Esta prioridade é contrabalançada pela

indeminização aos industriais da diferença entre o preço do produto colonial e o preço do algodão estrangeiro.

Decreto 31294, de 31 de maio 1941: “Autoriza a Junta de Exportação do Algodão Colonial a requisitar, por campanha algodoeira, à Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama as quantias necessárias para a efetivação, por aquele organismo, de compras de algodão em caroço aos indígenas quando aos mercados coloniais não concorram outros compradores, bem como para a liquidação de todas as despesas a fazer com esse algodão até à sua efetiva venda, em fibra, na metrópole.”

As condições de fornecimento do algodão ultramarino à indústria da metrópole para acabar com as oscilações de preço em sintonia com as cotações de algodão americano e a estabilidade por fixação administrativa que atribui ao algodão colonial um preço mais elevado do que o das cotações do algodão estrangeiro para fomentar a estabilidade da cultura de algodão em Moçambique e Angola, ambas as colónias sendo produtoras de algodão e consumidoras de tecidos da metrópole. Na década de 1940 o efeito restritivo do condicionamento industrial volta a fazer-se sentir como obstáculo ao crescimento e à racionalização. Os industriais queixavam-se da suspensão no Conselho Superior das Indústrias do processo para novas fiações e tecelagens ou ampliação das já existentes. A partir de 1942 a produção das colónias já era considerada suficiente para o consumo nacional. O preço das ramas baixou face às cotações internacionais e passou a favorecer a indústria metropolitana. Este regime só sofreu alteração em 1955 com o Decreto de Lei nº40405 quando se estabeleceu um compromisso entre produtores coloniais e consumidores nacionais quando se estabeleceram quantidades a consumir obrigatoriamente podendo-se importar a partir daí. A política de proteção da produção colonial garantia que o consumo do algodão era feito pelas fiações da metrópole, mas não era suficiente para satisfazer a capacidade industrial existente. O sistema de cotas adotado no fornecimento de ramas na década de 50 rondou os 70% da capacidade industrial o que provocou dificuldade na importação de algodão estrangeiro (então designado por exótico) para evitar a subida de preços. Algumas fábricas têxteis deixam então de funcionar a tempo inteiro e começam a laborar abaixo da sua capacidade para evitar o desemprego (Alves,1999a;2004). Para que ficassem assegurados os mercados ultramarinos a Associação de Classe dos Industriais de Tecidos de Algodão defendia a abolição dos “impostos indígenas” que criavam obstáculos aos comerciantes. Estes propuseram-se a pagar uma sobretaxa e em resposta o comércio angolano suspendeu as importações.

Já na década de 60 surgem alguns mecanismos para tratar dos assuntos relacionados com o algodão. Em 1961 é criado o Fundo de Estabilização do Algodão (Decreto-Lei nº42375) com a finalidade de assegurar os encargos aduaneiros à importação algodão exótico e a exportação dos produtos fabricados pela indústria algodoeira decorrentes da “situação difícil” que o setor atravessa:

“A indústria têxtil do algodão encontra-se neste momento em situação verdadeiramente difícil. O Governo não pode ser indiferente aos efeitos económicos e sociais que se verificariam se a indústria viesse a encontrar-se impossibilitada de manter a sua laboração normal (...) As causas que estão na origem das dificuldades da indústria têxtil são tanto de natureza estrutural como de conjuntura. (...) Com o Fundo de Estabilização do Algodão procura-se habilitar a Secretaria de Estado do Comércio, por exclusiva atuação no plano comercial, a continuar a assegurar à produção ultramarina o preço porque a metrópole presentemente paga o algodão nacional e à indústria condições de manutenção de uma exportação para o estrangeiro ao nível dos anos anteriores, e que se traduz por cerca de 350000 contos anuais.”

Com Portaria 19389, de 10 de setembro de 1962 fica reafirmada a vontade do governo controlar a importação da matéria prima:

“Os Ministérios do Ultramar e da Economia, após haverem ponderado atentamente o condicionalismo em que se processa a produção ultramarina de algodão em rama e a situação da indústria têxtil algodoeira, e considerando que se encontram em curso estudos tendentes a um melhor conhecimento da economia do sector, assentaram em manter para a campanha de 1962 os preços de compra, a pagar pelos importadores aos exportadores dos algodões ultramarinos, que vigoraram na anterior campanha.”

E em 1963 é criado o Fundo dos Têxteis (Decreto-lei 45285) que está integrado no Fundo de Abastecimento e cujas finalidades passam pela administração das quantias referentes aos encargos que incidem sobre a importação de algodão e de fibras e fios têxteis artificiais e sintéticos incorporados em produtos têxteis exportados para o estrangeiro, ao apoio do reequipamento da indústria têxtil do continente assim como desempenhar outras funções que contribuam para o desenvolvimento da indústria têxtil.

O posicionamento favorável dos empresários da indústria do algodão ganha novos contornos com a política colonial do Estado Novo quando se estabelecem as grandes plantações de algodão em Angola e Moçambique que seriam transformadas nas fábricas da metrópole para depois voltarem na forma de produto final. A exportação não era feita apenas para o mercado colonial e no JST é referido que “Portugal figura entre os cinco principais exportadores de têxteis de algodão para os EUA (...) o valor dos tecidos de

algodões importado em doze meses até fevereiro deste ano, totalizou 466 milhões de dólares e as exportações 236 milhões. Todos os grupos de têxteis de algodão à exceção de vestuário, aumentaram as importações (...).” (JST, *A exportação de Têxteis portugueses para a América*. 7 de abril de 1967 nº47, p.1)

Sobre este assunto, Madalena Fonseca (2001:244) reconhece ter dúvidas se o ciclo do algodão africano se fechou com descolonização. Isto porque com o começo dos movimentos de libertação nos anos 60 os fornecimentos de algodão colonial sofrem uma grande quebra, mas entre 1967 e 1971 voltam a representar entre 60 a 77% dos abastecimentos da indústria metropolitana. Após 1971 os valores passam a ser inferiores a 50%. A autora justifica esse facto com as medidas legislativas que tinham estratégias de descentralização administrativa para com as produções coloniais e sublinha que o início da luta armada dos movimentos de libertação das colónias coincide com a adesão de Portugal à EFTA. A procura de fornecedores fora do mercado colonial (como o Egito e a Índia) reforçou a competitividade interna e deu à indústria têxtil alguma autonomia, num período em que a metrópole tinha maior capacidade de exportar fio. Depois do período de transição entre o ciclo de África e a integração na EFTA a indústria viu com necessidade uma estratégia de internacionalização para que se pudesse inserir num novo contexto mais alargado que aumentou mais ainda com a CEE.

A estreita ligação entre o Vale do Ave e o mercado ultramarino torna-se mais evidente quando após o 25 de Abril e a consequente perda desse mercado, provocou um grande abalo indústria da região cujos efeitos foram ainda mais acentuados pela crise mundial simultânea. A alteração do têxtil para uma indústria multifibra exigiu que algumas das fábricas mudassem a sua produção e tecnologia de forma a adaptarem-se às exigências internacionais. As novas empresas que se formam são sobretudo de pequena ou média dimensão no ramo da confeção e convivem com as práticas do franchising e segmentação deixando as fábricas tradicionais debilitadas. (Alves,1999a, 2002b).

2.3 A mão de obra: o Operário

Para se entender os significados das práticas quotidianas dos operários durante o período a analisar foi necessário ter em conta a questão das representações uma vez que a leitura e interpretação das fontes da época assim o propiciam. As representações históricas são constituídas no decorrer do tempo de um determinado grupo social e não são mais que “dispositivos mentais estáveis” de classificações percepções partilhadas por um certo grupo de indivíduos, tal como Chartier (1990)

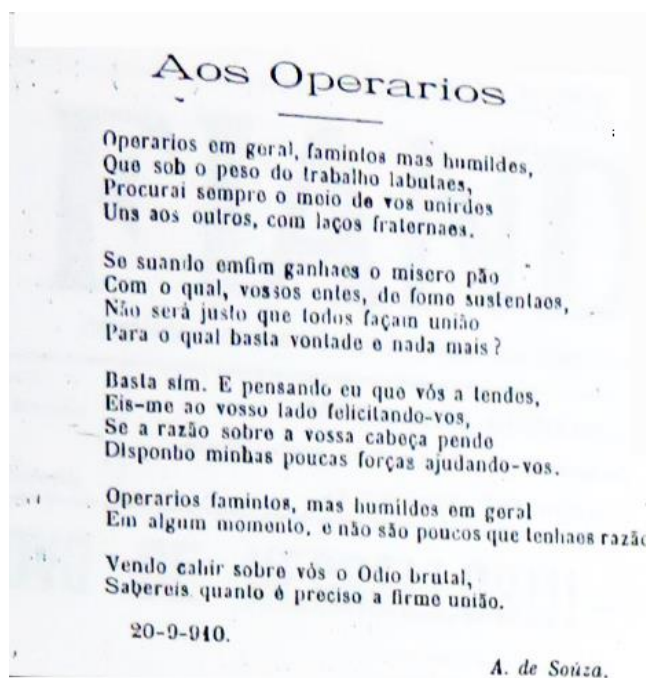


Figura 1- Lucta Operária [25 de setembro de 1910, nº1]

as define. Esse grupo estabelece limites, distinções e julgamentos assim como organiza a apreensão e compreensibilidade do próprio grupo. Porém, as representações correspondem ao modo como a realidade social é construída por meio de classificações e delimitações de forma a que se possa pensar numa história cultural do social que tenha como objeto as representações do mundo social. A imagem do operário é criada com a interligação de outras questões fundamentais como a relação com o património, a memória coletiva e a identidade.

Existem vários fatores para a construção da identidade da classe operária. Ribeiro (1964) utiliza o caso dos corticeiros e de como a concentração das grandes fábricas propiciavam uma “grande família operária” depois de muitas décadas de convivência e a “(...) construção identitária assentava no conhecimento por parte do grupo profissional de todo o processo organizacional e produtivo, permitindo o controlo sobre os seus próprios ritmos de trabalho.” A “coesão entre iguais” que isto originava, manifestava-se depois numa rede de solidariedade consolidada. Mendes (2002) refere este fenómeno do ponto de vista do patronato uma vez que a proximidade das pessoas no tecido empresarial (por vezes reforçada por laços matrimoniais) leva à troca de experiências, etc. e faz concentrar as sinergias. Para Almeida (1986) a abordagem da família operária nas ciências sociais é feita a partir de deduções cujo ponto de partida é um modelo próprio a outro grupo social

e não a realidade. Já Filomena Mónica (1982) dá como exemplo vários grupos operários de diferentes áreas, mas refere os chapeleiros como oposto dos operários têxteis:

“Os chapeleiros ilustram bem as características das aristocracias operárias vindas do mundo pré-industrial: ameaçadas pela industrialização, irão lutar até ao fim pela manutenção dos privilégios de que haviam tradicionalmente usufruído. No polo oposto, temos o vasto grupo de têxteis. Aqui, é em particular a têxtil algodoeira que nos serve de referência. Deparamo-nos neste subsector, em grande parte composto por trabalho feminino, com operários não-qualificados, miseráveis e desorganizados, com fortes laços à terra.” (Mónica, 1982)

Virgílio Pereira sublinha a peculiaridade do Vale do Ave que, por ser uma pequena região industrial, a dicotomia entre operariado e patronado não é rígida pois é a burguesia detém o poder social e cultural assim como se sustenta no poder económico oriundo da propriedade dos meios de produção (Pereira, 2002).

A classe operária começa a ser falada no século XIX, agrupando o conjunto dos pequenos comerciantes, agricultores e artesões. Por viverem com condições deploráveis de uma forma geral e terem poucas condições de vida, o conceito de proletariado (prole-família numerosa) ficou ligado a esta classe.

Como indivíduo, o operário é o foco da sociedade industrial, mas as várias redes de poder consideram a classe operária como um foco de desordem. Durante o século XIX são quase sempre descritos como pobres, famintos e analfabetos cuja vida depende apenas do trabalho que têm para se sustentar. Na sua definição:

“Operário: Trabalhador industrial assalariado, aquele que usa as mãos como instrumento de trabalho, integrado numa cadeia de produção, dentro de um espaço próprio, a fábrica, recebendo em troca um salário.” (Almeida, 1986:279).

Já o movimento operário pode ser considerado como o conjunto de ações tomadas pelos trabalhadores manuais assalariados que reivindicam melhorias nas condições de vida e de direitos no trabalho como salários justos, segurança e higiene, etc.

A falta de organização do operariado têxtil em 1914 era uma preocupação. No JST (*O trabalho ao domicílio*, 1 de janeiro de 1914, nº36, p.1) sublinha-se que os trabalhadores da Europa Latina não se devem influenciar por dogmas políticos e filosofias que estão “fora do alcance da sua mentalidade”, mas sim preocupar-se em manter e cuidar do bem-estar da sua classe para ajudar na prosperação das indústrias. O modelo de países industrializados como Inglaterra ou os EUA onde o proletariado vive "mais contente"

deve-se ao facto de que o melhor funcionamento do sistema capitalista desses países tem uma boa organização do operário que "constituem uma potência: mas a sua causa não é política: é toda social." A *American Federation of Labour* é utilizada como um exemplo a seguir. No entanto, o autor do artigo é da opinião que o operário português exige mais daquilo que é razoável: "O operário nunca mais torna a recuperar o que deixou de ganhar em longas jornadas de ociosidade, e o patrão não poderá ressarcir-se dos prejuízos sofridos. (...) Ninguém pode tirar nada onde nada há." O autor afirma ainda que a "aparente vitória" para ganhar mais vantagens e melhorias causa um agravamento do problema porque leva ao aumento do custo das subsistências necessárias. Cada grupo operário/profissional tenta proteger-se a si mesmo dos "invasores", não só outros homens, mulheres e crianças, mas também as máquinas já que elas, supostamente, seriam fonte de desemprego e baixa de salários. Mais que lutar por melhorias salariais, os primeiros operários lutavam também para ter o controlo sobre o mercado de trabalho. (Patriarca,1994; Mónica,2000)

Numa entrevista realizada a uma antiga operária duma fábrica têxtil no Vale do Ave sobre os acontecimentos de uma greve em 1944, há a queixa que os operários não se mantiveram unidos para defender os próprios interesses depois da greve ter sido interrompida pela polícia. E que, na verdade, não havia apoio entre eles. Alice Ingerson (2012) sugere que este comportamento é o exato oposto daquilo que se espera da consciência de classe e que as provas escritas e orais recolhidas na sua investigação "(...) ilustram claramente que os operários do Vale do Ave nem sempre aceitaram a autoridade quer dos patrões quer do Estado sobre o corporativismo." Sobre este assunto, a mesma autora cita uma notícia da *Avante!* (VI Série, Nº195, janeiro de 1955, p.3) onde é referido que os operários da fábrica têxtil da Cuca fizeram greve durante 14 dias e que só esse facto já deveria ser considerado como uma vitória da classe operária. Na notícia refere-se ainda que a vitória só não foi completa porque os operários da tecelagem não souberam como atrair os operários das outras secções ou indústrias da região o é um exemplo da forma de como os operários da indústria têxtil não estavam tão bem organizados quando comparados com outros como é o caso dos das conservas. Ao analisar uma outra entrevista a dois operários de outra fábrica, Ingerson conclui que existe ainda uma vertente corporativista na consciência de classe já que ambos justificavam a greve como uma tentativa de proteger os seus empregos, os dos colegas e o abandono da greve devido à preocupação com a família.

Mas palavras de Marcelo Caetano (1941): “Provou-se que o operário liberto dos laços associativos era simplesmente uma presa mais fácil do capitalista ávido.” E, de facto, a estrutura de classes sociais e a sua evolução em Portugal entre 1950 e 1970 pode ser caracterizada por um acentuado desequilíbrio da estrutura social das classes típicas do modo de produção capitalista. (Marques e Bairrada, 1982).

Na situação nacional não existia uma burguesia industrial – aspeto que difere no Vale do Ave como se analisa mais em diante. Os indivíduos dependentes dos lucros obtidos na indústria não tinham acesso ao poder político enquanto que os grandes comerciantes e financeiros eram sobretudo grandes políticos e diplomatas. Isso era importante porque a indústria portuguesa tinha uma enorme dependência no Estado e os sectores estavam subordinados ao poder político.

“Em Portugal, o caminho que levava um pequeno fabricante a tornar-se um grande industrial deve ter sido particularmente estreito. Não seria difícil montar uma oficina com três ou quatro teares ou uma olaria de reduzidas dimensões; o mesmo se não passava com fábricas, obra de gente abastada, com fortunas feitas, em muitos casos, no Brasil. Estes grandes comerciantes constituíram um dos pilares fundamentais da industrialização portuguesa; o outro veio de fora.” (Mónica, 1987:852)

Durante a década de 60 o progresso económico nos países industrializados da Europa criou escassez do facto trabalho nas economias desses países. Os recursos eram trabalhadores das regiões mais atrasadas da Europa (o Sul, mas especificamente). Enquanto que o desemprego na década de 50 tinha como característica que grande parte da população estava subempregada em tarefas pouco produtivas, no desemprego na década de 60 o valor de subemprego diminui com a emigração, mas o número de ativos empregados na indústria aumenta. (Lopes, 1996)

Ainda sobre o Vale do Ave, Ingerson (1981,2012) afirma que a consciência de classe no Vale do Ave durante o Estado novo é “intermitentemente expressa” e destaca uma situação peculiar nos operários de Vila Nova de Famalicão que talvez se possa estender aos restantes concelhos: ao contrário daquilo que se conclui nas análises tradicionais, especialmente aquelas assentes sobre o marxismo, a proletarianização em Famalicão originou mobilidade social. Ou seja, era frequente que alguns operários que nunca tiveram casa ou terreno antes fossem economizando parte do salário em conjunto com os familiares para comprar bens. Uma outra peculiaridade é que por ser uma pequena região industrial, a dicotomia entre operariado e patronado não é rígida no Vale do Ave pois é a

burguesia detém o poder social e cultural assim como se sustenta no poder económico oriundo da propriedade dos meios de produção (Pereira, 2002).

2.3.1 Dicotomias na linguagem da imprensa

No Vale do Ave existe desde o começo a tradição familiar na fileira têxtil, assegurada através de elementos de várias gerações, constituindo assim dinastias de empresários. Alves (1996a) sublinha que o desejo de assegurar o futuro dos filhos ao torna-los gestores das próprias empresas era uma das maiores motivações dos empresários da área. Salienta-se Narciso Machado Guimarães que adquiriu a FFTRV depois de a comprar à família Cabral:

“E quando alguém lhe pergunta "Então, Snr. Narciso, tanta fábrica, para quê mais uma e logo esta?", o já velho industrial responde: Olha, os meus filhos nunca hão-de ser ricos, mas vão ter muito trabalhinho toda a vida! Resposta que, por si só, é reveladora da matriz telúrica que tem marcado tão decisivamente as representações patrimoniais dos industriais do Norte.” (Alves e Lacerda, 1996)

Esta ligação à família também existia no operariado já que era comum a passagem de certo tipo de postos de pais para filhos (o caso dos encarregados) que criavam também “pequenas dinastias” edificadas na ideologia do trabalho e na identificação com a fábrica (Pereira, 2002).

Ao analisar-se os diferentes tipos de imprensa surgem divergências na produção das representações quanto ao papel dos empresários, fazendo sobressair na linguagem utilizada diferentes perspetivas, desde as representações sobre o patrão como empreendedor até às leituras mais sindicais que o apresentam como um explorador na relação social implícita no quadro da luta de classes.

Narciso Ferreira, fundador da empresa Sampaio, Ferreira e C^a, e pai de outros igualmente bem sucedidos empresários, considerado um *self-made man*,, começou por ser aprendiz de tecelão que mais tarde começou a vender os produtos nas feiras do Porto, onde arranjou clientes. Em 1890 instalou uma oficina junto ao Ave para aproveitar o curso de água que se foi expandido, chegando a ter 19 teares. A especialização em “riscados fortes” trouxe fama ao empresário que continuou a produzir e a aumentar o seu desenvolvimento industrial.

O seu envolvimento “umbilical” com a fábrica fazia contraste com o de outros gerentes e apesar de atento às necessidades da população residente em Riba D’Ave -ainda em crescimento-, as suas fábricas não escaparam às greves de 1910. (Alves, 1996a)

É nesse contexto que a diferente linguagem utilizada por parte do JST e do Jornal da *Lucta Operária* se torna evidente. Narciso Ferreira é referido na *Lucta Operária* em 1910 por ter “atitudes ridículas” e de despedir os funcionários que fossem apanhados a comprar o jornal. O autor acusa o industrial de atos de vingança devido às chamadas de atenção que faz sobre ele nas suas colunas sendo que alguém a mando de Narciso Ferreira queimou os jornais que estavam a ser distribuídos. No entanto, anos mais tarde, em 1929 surge no JST uma notícia sobre a distinção feita pelo Presidente da República a Narciso Ferreira. O jornalista tirsense escreve que como aquele industrial há poucos homens que tenham prestado tantos serviços à indústria algodoeira: “É um homem que não sabe descansar à sobra dos loiros tão atiladamente conquistados. Trabalha sempre, sem um esmorecimento, sem uma hesitação. E a sua personalidade apresenta uma faceta que o torna notavelmente simpático.” (JST, *Pelo Concelho (Aves)*, 23 de maio de 1929, nº4, p.2).

No que diz respeito aos operários é nas publicidades e folhetins que surge uma linguagem mais descritiva da sua condição. A pobreza é sempre evidenciada assim como o seu aspeto sujo e com “nódoas”.

No folhetim aqui apresentado, a intenção é de explicar a uma criança o que é um operário e porque se deve respeitar esses

“verdadeiros homens úteis” da sociedade que carregam “a mais nobre das virtudes – o trabalho”, tudo isto sobre uma perspetiva solidária: àqueles que possuem riqueza devem ajudar o operário.



Figura 2-JST, 13 de maio de 1916 nº3 p2

O Capital do Operario



O operario é, com raras excepções, um homem cujos recursos são limitados e que vive do seu trabalho; não tem outro capital que não seja a sua boa saúde, a força dos seus braços, o vigor do seu corpo. Se, por infelicidade, a saúde do operario vem a ser transtornada, esse capital diminui; não podendo dar a mesma somma de trabalho, ganha menos. Sob pena de cair na miséria, o operario deve, pois, ter todo o cuidado comigo, para que nenhuma doença lhe possa vir cercar o seu capital, isto é, o seu bom estado de saúde. Ora, muitas são as doenças que mais particularmente podem cercar ou destruir mesmo a saúde do operario, e as mais frequentes são: a anemia, o rheumatismo, as doenças de estomago.

A anemia ataca frequentemente os operarios, porque elles se afadigam muito e trabalham em condições hygienicas defeituosas, falta de ar, locais insalubres, alimentação insufficientemente reparadora das forças perdidas. As dores rheumaticas são determinadas e favorecidas pelo estado de anemia e pela exposição ás intemperies, á humidade. As doenças de estomago, consequencia do empobrecimento do sangue, são favorecidas pela alimentação defeituosa e pelo abuso das bebidas alcoolicas. Nestes tres casos mais particularmente frequentes, as Pilulas Pink, que enriquecem e purificam o sangue, que tonificam o systema nervoso e que fortificam todo o organismo, virão em soccorro do operario, permitir-lhe-hão não interromper o trabalho. Ao menor symptoma de fraqueza, no dia em que digerir mal, em que vir que os membros se lhe emperram, e que tem dores nas articulações, o operario deve tomar sem perda de tempo as Pilulas Pink. D'este modo não se verá forçado a cessar o seu trabalho. Mas, se deixar a doença tempo para o invadir, ainda n'este caso as Pilulas Pink lhe serão de muita utilidade: cural-o-hão sem duvida, mas precisarão para isso mais tempo forçosamente, do que se a doença tivesse sido atalhada no seu principio.

PILULAS PINK

As Pilulas Pink estão á venda em todas as pharmacias pelo preço de 800 réis a caixa, 48400 réis as 6 caixas. Depósito geral: J. P. Bastos & C^a, Pharmacia e Drogeria Peninsular, rua Augusta, 39 a 45, Lisboa. — Sub-Agente no Porto: Antonio Rodrigues da Costa, Largo de S. Domingos, 102 e 103.

Figura 3- JST, 26 de fevereiro de 1914 n°44 p4

O “trabalho” como sendo a maior qualidade do operário é referenciada imensas vezes. Na presente publicidade sobre vitaminas, salienta-se que se o operário adoecer o seu “capital” diminui e torna-se menos rentável e pode “cair na miséria”. O público alvo deste medicamento são os operários e toda a linguagem remete à necessidade do operário se manter saudável pois caso contrário e não pode trabalhar, tornando-se assim inútil e empobrecido.

Insinua-se ainda que o álcool é uma das origens dos problemas de saúde do operário: “As doenças de estômago são favorecidas pela alimentação defeituosa e pelo abuso das bebidas alcoólicas.” Garret (1906) confirma esta questão na sua tese e, sendo transversal a todas as décadas analisadas, a taberna surge como ponto de encontro do operário fora do local de trabalho e também como lugar de “perdição” (Pereira, A, 2002).

2.3.2 A (falta de) formação escolar

“Não obstante a miséria da condição que nós operários nos encontramos, a maioria da classe continua envolta nas trevas, na escuridão, na ignorância.” (*O Fiandeiro* – 19 de junho de 1910, nº1).

Não é objetivo desta investigação abordar de forma intensiva o tema da educação, no entanto não era possível ignorar este tema uma vez que o seu contributo cultural e social se relaciona intrinsecamente com o desenvolvimento do operariado. Tal como Ramos (1988) afirma, a perceção moral das relações sociais e o lugar da educação na vida dos camponeses e operários era diferente da dos grandes proprietários e industriais. Para Mendes (2012) a carência de técnicos em Portugal era estrutural e contribuiu para a franca industrialização do país ao mesmo tempo que contribuía a dependência no estrangeiro (quer na contratação de técnicos, formações, maquinaria, etc.).

Apenas uma pequena parte das crianças frequentava a escola no século XIX. A grande maioria ia trabalhar na agricultura, serviços domésticos e fábricas depois do ensino primário. As turmas eram geralmente muito grandes, misturavam alunos de diferentes anos e eram frequentes os castigos corporais de forma a manter a disciplina. (Escola Portuguesa, 2017). O acesso ao emprego na indústria era fácil o que propiciava a saída prematura do sistema educativo de um número muito considerável de jovens, sobretudo do género masculino. (Silva, 2012) O ensino técnico que se foi desenvolvendo a partir de 1880 era insuficiente e ignorava a componente prática pelo que a sua potencialidade ficava reduzida (Mendes, 2012).

Durante o período que se analisa nesta investigação existem sobretudo duas vertentes no que diz respeito à opinião de alguns autores sobre a educação e o trabalho. Por um lado, é defendido que a educação é um ‘elevador social’ necessário para a melhoria das condições da população e da qualidade do próprio trabalho e por outro, a educação é apenas um meio para ‘retirar braços’ dos campos e das fábricas onde eles são necessários e como tal, algo de negativo para a sociedade e para a economia.

Numa crónica do JST, (*A instrução e o trabalho*, 22 de janeiro de 1885, nº142, p.1) afirma-se que o trabalho honrado é um dos pilares da sociedade e a melhor forma para o alcançar é com a educação. Chama-se a atenção para a importância de que as famílias se convençam que só a vida eclesiástica e o comércio não "ensinam a ler" já que a instrução permite vantagem em qualquer ofício e que: "A ignorância do operário resulta na incompetência do mestre". O cronista apresenta dois incontestáveis resultantes desta

mentalidade: o desprezo da pátria ao preferir o produto estrangeiro e a exportação de um capital que o país carece, acusando o governo de negligenciar o operário e de viver às custas do “suor dos outros”. Essas duas situações, na sua opinião, originam uma terceira: a emigração que "rouba à nação os braços que mais serviço lhe podiam prestar."

A questão da agricultura está também muito ligada à da educação neste período. Em 1886 (JST, *A Agricultura*, 6 de maio de 1886, nº209, p.1) critica-se o investimento na educação de pessoas que vão para o estrangeiro estudar belas artes ou "arte da guerra" quando em Portugal há um déficit em escolas agrícolas e em auxílios para agricultores. O comércio e a indústria “andam de mãos dadas” e o excesso de produção para pouco consumo é um problema que logo se trata de resolver quando em comparação a agricultura é deixada sem resolução: "O lavrador português é sempre considerado como o cidadão mais inútil e desprezível de todas as classes da sociedade."

Em 1889 surge outra referência ao assunto (JST, *Será vantajosa a instrução?*, 4 de abril de 1889, nº361, p.1) onde o cronista do jornal analisa a crença que a educação afasta as pessoas do trabalho, mas tal coisa é mentira e dá o exemplo de outros países, como a Bélgica, que “sendo mais pequena que Portugal”, não tem índices altos de emigração porque a instrução levou a um desenvolvimento da indústria que oferece mais emprego. Considera Portugal um país mais atrasado devido ao analfabetismo e afirma que, "Não é a instrução a causa do nosso mal; é a cega ignorância e a indolência; é o péssimo sistema de administrar o povo."

Nos anos seguintes a situação mantém-se e um pouco antes da instauração da República, António Garrett escreve também sobre o tema na sua dissertação:

“A nossa agricultura arrasta-se numa rotina ignóbil. A nossa indústria vive artificialmente da proteção dos governos. A instrução é o apanágio da burguesia. Mas como a instrução em Portugal é mais orientada para os empregos públicos do que para os trabalhos reprodutivos, o filho do burgues sai mais inútil que o pai. (...) O povo não instrui os seus filhos. Quando muito aprendem a ler e a escrever. Cedo a miséria os atira para a oficina ou para o campo. (...) É d'esse meio que vem o pequeno industrial e o pequeno comerciante. Este, quando consegue juntar umas magras economias, manda os filhos para os estudos. A burguesia proprietária e trabalhadora manda-os também. Vejamos o que são esses estudos. Primeiro vem o liceu, depois as escolas superiores que levam às profissões liberais. Quanto ao ensino agrícola e industrial, esse está n'um estado embrionário, e não pôde ser frequentado, porque o ideal de todo o pai é ter um filho bacharel.” (Garrett, 1906)

Em Santo Tirso a primeira escola agrícola foi inicialmente criada como um asilo para órfãos pelo Conde de S. Bento, Manuel José Ribeiro, um benemérito da cidade que comprou os terrenos junto do Mosteiro beneditino e os doou à Santa Casa da Misericórdia que em 1911 cede o usufruto ao Estado para que pudesse ser desenvolvido o ensino agrícola e técnico. Em 1913 é oficialmente inaugurada com o nome de Escola Prática de Agricultura Conde de São Bento. (História da Escola, s.d).

O processo de nacionalização do ensino durante a primeira república procura legitimar uma nova relação escola-nação-território fazendo do Estado o educador do “cidadão” e utiliza a escola como o instrumento privilegiado. (Formosinho e Machado, 2013).

Em 1910 existiam cerca de 5500 escolas primárias por todo o país e o número foi aumentando nos anos seguintes: em 1916 subiu para 6500 e em 1920 para 6900. Criaram-se também escolas superiores primárias que elevaram o nível educacional, mas que depois foram abolidas pelo regime ditatorial. Apesar do esforço por parte do Estado para melhorar a situação educacional portuguesa, a taxa de analfabetismo entre as mulheres com mais de 7 anos, que era de 71 % em 1910, apenas decrescendo para 61 % em 1920, enquanto para a população masculina eram de 68 % e 57 %, respetivamente. (Ferraz, 1975).

Os elevados níveis de alfabetismo são criticados em 1920, (JST, *Instruir!*, 21 de outubro de 1920, nº25,p.1): “O analfabetismo é uma das principais vergonhas do país e um dos motivos do seu atraso. O Governo deveria por de parte o partidarismo e o esbanjamento de dinheiro para aplicarem antes medidas mais efetivas na educação.”

Uma das ações promovidas pelo Governo é a Campanha Nacional de Educação de Adultos – CNEA (Decreto-lei nº38.968) e o Plano de Educação Popular (Decreto-lei nº38.969). Desenvolvidos durante o Estado Novo, representaram iniciativas educativas com o objetivo à alfabetização da população adulta na década de 50 desenvolvidas com o impulso do Ministro Pires de Lima. Após uma análise aos debates parlamentares da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Daniela Vilaverde (2017) conclui que a CNEA foi um importante meio para a difusão da ideologia do Estado Novo e, portanto, a educação estava subordinada ao regime (a Mocidade Portuguesa é um claro exemplo disso). O Estado Novo assume a faceta de Estado-educador em que a organização da educação nacional, administração e currículo académico passa a ser do seu controlo. A importância social sobre a educação durante o regime fica marcada também pela

propaganda que atribuía a miséria moral do século anterior como uma consequência do analfabetismo. (Formosinho e Machado, 2013; Ramos, 1988).

A relação entre o nível de educação e o emprego ficam mais evidentes e para os operários fabris o interesse não era o ensino regular, mas sim o profissionalizante ou técnico e este começa a ganhar uma visibilidade melhor, deixando de ser visto como um instrumento que pretendia “roubar braços” à indústria, mas sim tornar esses “braços” mais qualificados para o seu trabalho.

No Vale do Ave, em particular no concelho de Santo Tirso, em 1954 são criados vários cursos para adultos dentro do programa da CNEA. Na Fábrica Rio Vizela foram inaugurados mais de 21 cursos (JST, *Inauguração de Cursos*, 15 de janeiro de 1954, nº37, p.2) e na firma de Abel Alves de Figueiredo os cursos para adultos beneficiaram cerca de 350 operários (JST, *Cursos de Adultos*, 22 de janeiro de 1954, nº38, p.1).

A educação dos operários é encarada como uma necessidade para contornar o desemprego e permitir uma instrução técnica mais detalhada que valorize o trabalhador para além da experiência prática: “A criação de uma Escola Comercial e Industrial representa para Santo Tirso, além da necessária satisfação de uma das suas mais veementes e justas aspirações, a certeza de que a indústria nacional vai, pela valorização dos seus técnicos, satisfazer os mais exigentes mercados.”(JST, *Santo Tirso e a Escola Comercial e Industrial*, 28 de maio de 1954, nº4, p.1), “A população tirsense cresce rapidamente e a única forma de dar trabalho a todos é com a industrialização. As máquinas dispensam o mau pessoal, mas compensam com os melhores salários os bons operários e técnicos.” (JST, *Escola Comercial e Industrial*, 4 de junho de 1954, nº5, p.1).

Em 1965 é noticiado que um engenheiro tirsense, José Neves, foi nomeado para professor da cadeira de Tecnologia Têxtil (Fiação) e sobre o assunto diz-se que é “um grande passo dado para a expansão de ensino têxtil em Portugal, pois a sua não existência ao nível universitário impossibilitava a generalização do ensino têxtil em todos os outros graus médios e elementares, mal que tanto agrava a nossa primeira indústria.” (JST, *Ensino Têxtil da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto*. 5 de março de 1965, nº44, p.1)

Quer seja geral ou relacionado com a têxtil, só depois de 1974 começam a surgir consenso quando ao papel da educação no desenvolvimento económico e na modernização do país, apesar de todos os conflitos sociais e debates ideológicos derivados do período

revolucionário. Com os diferentes apoios do Estado (como garantia de transportes e construção de cantinas) aos poucos a educação obrigatória passa a ser um padrão.

2.3.3 A mulher na Indústria Têxtil

Se o analfabetismo e/ou a falta de formação escolar era vulgar no operariado, esta característica era mais acentuada no sexo feminino. As características sociodemográficas da mão de obra no Vale do Ave revelam uma utilização intensiva do trabalho feminino ao ponto de que a participação das mulheres na força de trabalho é sempre superior à registada no país no seu conjunto. Nas fábricas de algodão, o trabalho feminino e infantil combinado chegava a ser três vezes superior à mão-de-obra masculina adulta e em compensação recebiam o mesmo salário que os aprendizes, ou seja, um terço daquilo que os homens recebiam. (Alves,1999a; Silva,2012)

O trabalho da fábrica dominava o mundo industrial, sendo melhor remunerado que o trabalho no campo ou o trabalho como empregada doméstica, ambos sendo as atividades profissionais mais comuns para as meninas que saíam da escola primária. (Alves,2002)

“Concorrentes no mercado de trabalho, as mulheres substituíam frequentemente os homens, durante o período inicial da industrialização. Os salários femininos são sempre inferiores mesmo quando executam tarefas idênticas, o que aliás não é frequente. Normalmente as mulheres são chamadas à fábrica para trabalhar com máquinas que destruíram o trabalho qualificado dos 'aristocratas operários'. É sobretudo aos olhos destes que elas surgem como um inimigo.” (Mónica, 1982:28)

As fiandeiras e tecedeiras são o grande pilar da revolução industrial têxtil e apesar de estarem em maior número e serem fundamentais para o funcionamento das fábricas continuavam a ser consideradas frágeis, fisicamente débeis, pouco indicadas para os trabalhos que exigissem força física e um risco especialmente quando eram casadas devido à possibilidade de ocorrer uma gravidez. No artigo 7º referente à admissão de sócios dos Estatutos da Associação de Socorros Mútuos dos Operários da FFTRV de 1910 fica explícito que: “Os operários de menor idade, as mulheres casadas, e os que por lei não forem *sui-juris* devem apresentar com a requisição, autorização verbal ou escrita dos seus tutores ou maridos.”

A esperada ligação obrigatória à casa e à família reflete-se naquilo que era esperado da mulher já que a ela cabia realizar as compras domésticas, refeições e também a gestão

financeira da casa: a procura de géneros ao melhor preço, negociação de dívidas com negociantes sendo por vezes auxiliadas pelas crianças que eram “mão-de-obra domiciliaria” disponível, realizando muitas vezes pequenas como recados, apanhar lenha, levar o almoço a familiares, etc. (Pereira,A , 2002).

“A esposa retira-se do mundo laboral e permanece em casa, consagrada à organização do trabalho doméstico, dedicada aos filhos e à representação estatutária da família; o homem mantém-se no mercado de trabalho, na empresa e na fábrica, único responsável pelo sustento financeiro de todos; finalmente, a criança, entre outras crianças, entra na escola.” (Almeida 1993)

Ingerson (1982) afirma que as fábricas que apareceram no vale do Ave se tornassem alternativas para o trabalho doméstico sobretudo para as mulheres que tinham assim um novo meio de sustentar as suas famílias. Esta situação punha em causa o *status quo* uma vez que as jovens operárias trabalhavam fora de casa e ganhavam o seu próprio dinheiro.

Segundo a mesma autora, o Estado Novo adotou uma posição semelhante no que diz respeito às mulheres trabalhadoras como pode ser observado nas campanhas de "dignificação do trabalho feminino" que deveria ser sobretudo caseiro ou relacionado com a família. A família, tida como um dos valores mais importantes na doutrina do Estado Novo, constituía a unidade básica de trabalho muito mais que as aldeias como comunidade. No entanto, o núcleo familiar tinha já uma grande importância para o meio operário no século XIX. Numa crónica do JST, (*Folhas Soltas*, 16 de outubro de 1890, nº441, p.1) diz-se que o valor da família é mais apreciado pelo operariado que sustenta os filhos com "as amargas gotas de suor do trabalho" já que as restantes classes da sociedade têm outras prioridades. Desta forma, reforçar-se a ideia que o operário trabalha com a única finalidade de se sustentar a si e à sua família, “vivendo para trabalhar, sempre na miséria.” Essa miséria e pobreza é, no ideário operário, é geralmente associada a uma figura feminina (Almeida, 1993).

Mas a substituição do trabalho masculino pelo das mulheres e menores vai além do facto dos salários serem mais baixos: isso permitia que o chefe de família pudesse continuar no campo se assim fosse necessário, tendo assim mais um rendimento disponível. (Cabral, 1979)

Alves (2002) afirma que a legislação sobre a proteção de trabalho a mulheres e menores de 1891 que proíbe aos menores e mulheres o trabalho noturno e descanso nas quatro semanas a seguir ao parto, é uma “filha direta” da Conferência de Berlim (1890) onde se

procurou negociar um acordo sobre os princípios básicos para a regulamentação do trabalho industrial. Apesar da obrigatoriedade de criação de creches para os filhos das operárias e da criação de serviços de previdência social, “(...) a maternidade inscrevia-se, assim, como um problema central para a mulher operária, levando-a frequentemente a optar pela função maternal em detrimento da vida fabril. Raramente se era operária para toda a vida.” (Alves, 2002a; 2002b).

“O abandono da fábrica ainda em plena idade ativa deve relacionar-se com o clima cultural local, relativamente ao trabalho da mulher: aceita-se que a mulher entre para a fábrica na juventude, contribuindo para a economia da casa paterna e preparando eventualmente a sua futura união conjugal, e aí permaneça ainda nos primeiros tempos de casada, ajudando ao estabelecimento da casa (...) mas abandonará a fábrica quando os filhos se multiplicarem e se justificar a sua presença em casa para o serviço doméstico, remetendo para o marido e filhos a tarefa exclusiva de angariar o numerário indispensável ao sustento da casa.” (Alves, 2002a:9)

Mesmo com toda a legislação que surgiu relativamente ao assunto a verdade é que os operários se queixavam da falta de fiscalização e de cumprimento das leis referentes a estes assuntos (Alves, 2002b). Devido à indústria têxtil algodoeira em particular ser uma das que a população feminina tinha um peso mais significativo, os direitos das operárias foram, ainda que gradualmente, sendo mais desenvolvidos ali sendo naturalmente fruto das reivindicações que as operárias realizavam. Um exemplo é o acordo de 1945 em que surge a licença de parto: 30 dias de licença, mas só 15 que eram pagos (Patriarca, 1994).

O paradigma começa a mudar mais significativamente quando o grande desenvolvimento industrial nos anos 60 aliado escassez de mão-de-obra masculina que resultou da Guerra Colonial e da emigração em massa permitiu que as mulheres pudessem ocupar um maior número de cargos indiferenciados ainda que com baixos salários (o salário mínimo só foi instituído em 1974 com o Decreto-lei 217/74, de 27 de maio cujo valor era de 3.300\$ inclusive para as mulheres)

Depois do 25 de Abril é obtida a igualdade jurídica e a abertura do mercado do trabalho à mulher em todas as áreas (como é o caso da carreira diplomática), provocando alterações na estrutura social verificando-se uma maior diversificação das posições profissionais ocupadas pelo sexo feminino.

2.4 Condições Laborais

Dia após dia, sem férias ou interrupções, durante dez ou mais horas diárias, os operários ficavam fechados nas fábricas com o trabalho contínuo e duro. Tudo isso para se sujeitarem a salários que pouco mais davam para a sobrevivência e que moldou a cultura do trabalho fabril tornando a industrialização do Vale do Ave viável. (Alves, 2004). Para os industriais o operário da aldeia era mais favorável que o urbano pela mão-de-obra mais barata e trabalhava num horário mais prolongado. (Mendes e Fernandes, 2002.)

As fábricas eram húmidas, com pouca ventilação e as doenças contagiavam-se com facilidade como abordaremos mais em diante. Uma dessas situações, por exemplo, é na Fábrica de Riba D'Ave. Os operários queixam-se existência de um depósito de estrume perto da entrada cujo cheiro incomoda os operários: “Os operários sofrem os horrores de tal imundice, a ponto de tapar o nariz com algodão em rama.” (*Lucta Operária*, [outubro de 1910])

No jornal *O Fiandeiro* é recorrente encontrar relatos de horários de trabalho extensos de quase dois turnos seguidos, sublinhando ainda o longo percurso que alguns dos operários tinham de fazer diariamente para ir e voltar da fábrica, na maior parte das vezes por caminhos pouco iluminados e perigosos. É igualmente comum encontrar relatos de agressões aos trabalhadores em especial aos rapazes mais jovens, mas também há casos de mulheres a serem pontapeadas por chegarem atrasadas. Na Fábrica de Negrelos há narrações de que “ali se martirizam crianças e operários como em pleno século XVI. (...) Na fiação nova, existe uma palmatória para castigar sem motivo justo as pobres criancinhas, que coitadinhas sofrem estes horrores.” (*O Fiandeiro*- 17 de julho de 1910 nº3).

Acusa-se os empregados superiores de serem os que “mais rebaixam a classe” devido a “vinganças mesquinhas”.

“Desde muito tempo que as classes trabalhadoras da indústria algodoeira vem lutando com a miséria. (...) Ainda não há muito tempo qualquer operário que por negligência não produzisse era condenado a estar de joelhos em cima de uma mesa e com as mãos erguidas. Outras vezes, para variar, forçavam a ter as mãos por baixo dos joelhos.” (*O Fiandeiro* – 5 de junho de 1910, nº21)

É igualmente frequente a ocorrência de incêndios nas fábricas ou nos armazéns durante todo o período analisado e a maior parte dos danos são de natureza material desde a

infraestrutura à mercadoria. Muitas das vezes a linguagem utilizada remete a uma comparação com a escravatura: “Abaixo a escravatura branca”, a “roça de Negrelos”:

“O povo têxtil de Santo Thyrso, Famalicão e Guimarães, reclamando a sua liberdade não faz mais que o seu dever. O escravo negro hoje tem a carta de alforria e Negrelos, Riba D’Ave e Pevidém não são terras de Africa.” (*O Fiandeiro* – 31 de julho 1910 nº4)

2.4.1 Tuberculose: A doença do Operário.

É neste contexto que se justifica falar de várias doenças dos pulmões numa indústria como a têxtil em que as poeiras, bolores e a humidade eram fatores patológicos das vias respiratórias, com relevo para a tuberculose. Também chamada de “peste branca” ou “mal do peito” a tuberculose é uma doença infecciosa que está ligada ao modo de vida e trabalho do seu portador. É altamente contagiosa para quem tiver contacto frequente com o portador da doença e a sua disseminação é feita através de tosse, espirros, etc. Como tal, é natural que a sua propagação fosse facilitada pelas más condições das fábricas como foi visto anteriormente aliada ainda à má alimentação, falta de higiene, tabagismo que favorecem o estabelecimento da doença. Como a tuberculose apresenta vários sintomas desde cansaço, perda de peso e até dificuldades de respiração, o trabalho e a prestação do operário era prejudicado.

Na sua dissertação inaugural à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, António de Almeida Garrett aborda a questão da tuberculose como sendo uma doença social, um problema grave na sociedade portuguesa que precisa de ser resolvido não só da parte do operário e das classes baixas, mas também do burguês:

“Por toda a parte se ouve dizer que a tuberculose é a doença dos miseráveis. (...) O povo, a imensa classe proletária, arrasta-se na miséria. Vive em casebres escuros, sórdidos, sem ar. (...) É ali que, ao fim de longas horas d’um trabalho extenuante, devorada pelo alcoolismo, tendo enganado o estomago com uma alimentação falsificada, vem descansar e dormir toda uma população suja, enfezada, pervertida e triste. (...) Se do operário passarmos ao burguês, a situação pouco melhora. (...) O operário como pouco e mau. O burguês, se não come pouco, come mau.” (Garret, 1906:24)

O problema da tuberculose é abordado nos diferentes jornais analisados durante um grande intervalo temporal. Em 1910, *A Lucta Operária* considera que no meio em que os operários habitam é impossível poder-se ser honrado com um salário tão misero e apela a que se protejam as crianças operárias. O autor diz ter pena dos pais que por falta de condições atiram os filhos para as “fábricas de tuberculosos” e descreve estas crianças

como tendo aspeto anémico, raquítico, por falta de nutrição e excesso de trabalho, mas tal como Garrett, considera que o problema da doença tem uma raiz social e atribui a culpa à falta de alimentação: “(...) vivem, é certo, para morrer de fome dali a pouco. A essa fome dar-se-á o nome de anemia no sangue, tuberculose, etc., quando a fome e só a fome é quem os mata.” (*Lucta Operária* [29 de outubro de 1910 nº6])

No *Jornal de Santo Thyrsó*, as referências à tuberculose prolongam-se até aos anos 30, onde há registo de um surto de tuberculose no concelho de Santo Tirso, deixando de ser tão significativas depois desse período.

As notícias escritas pelo correspondente de Vila das Aves abordam sempre a relação da tuberculose com as condições fabris uma vez que grande parte da população dessa vila ou trabalhava nas fábricas, em especial na Rio Vizela, ou tinha pequenos estabelecimentos comerciais em redor dessas fábricas tendo, portanto, contacto frequente com os operários. Em 1926, reporta-se que há 5 casos de tuberculose em Vila das Aves e o correspondente do jornal afirma que “ninguém se importa com a saúde dos operários” uma vez que os edifícios das fábricas não cumprem os requisitos de higiene e muitos dos infetados não têm dinheiro para se tratar. “Há falta de água boa e de vasilhas assim como falta de tempo para a refeição principal e trabalhos muito longos.” (JST, *Pelo concelho (Aves)*, 19 de agosto de 1926, nº16, p.2). Mais tarde, em 1931, o mesmo correspondente volta a falar sobre esse tema: “A terrível doença que todos os anos leva para o tumulo alguns dos nossos contrerrâneos (...) É um facto tristemente verdadeiro, sendo principalmente atingida a classe fabril (...) ando a lembrar ao exmo.sr. Conde de Vizela a necessidade de se construírem à roda da sua fábrica, uns bairrozinhos higiénicos que livrem de grandes caminhadas os operários de longe e que proporcionem aos mal instalados todo o conforto compatível com a sua condição.” (JST, *Pelo Concelho (Aves)*, 12 de fevereiro de 1931, nº42, p.2).

A partir deste período é da responsabilidade do INTP a fiscalização do cumprimento das leis laborais e de fiscalizar as mesmas (Decreto n.º 24.403, de 24 de agosto de 1934) e em 1939 cria-se o serviço de fiscalização do trabalho que trata do cumprimento das disposições legais reguladoras da disciplina do trabalho e cláusulas dos contratos e acordos coletivos do trabalho. Só a partir dos anos 60 é que começam a surgir várias campanhas como a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.

Os níveis de tuberculose em Portugal começam a diminuir não só quando as condições de vida e as condições económicas no geral melhoram, mas também quando Portugal se abre ao exterior e precisa de adaptar a sua indústria à concorrência internacional.

Como é lógico, nem todos os casos de tuberculose do país têm origem nas fábricas, mas sendo uma doença altamente contagiosa e com um grande estigma social é inegável a sua importância no meio social das zonas industriais.

2.5 Sindicatos / Associações de Classe

“Companheiros: A associação de classe é uma mãe extremosa que estremece de amor pelos seus filhos, quando os vê lutar com a opressão e tirania.” - *O Fiandeiro* – 3 de julho de 1910, nº2

O primeiro documento a regular a organização e o funcionamento das associações de classe foi o Decreto de 9 de maio de 1891. Esta lei definia as associações de classe como sendo sociedades compostas por mais de vinte pessoas que exerciam a mesma profissão e tinham como fim o estudo e a defesa dos interesses económicos, industriais, comerciais e agrícolas que lhes eram comuns, podiam ser associações de classe comerciais, industriais ou agrícolas, ser constituídas só por entidades patronais, operários, trabalhadores ou mistas. A ocupação das associações era apenas relacionada com os interesses profissionais pelo que se deveriam manter separadas de questões políticas e religiosas.

Nos jornais operários analisados nesta investigação (*A Lucta Operária* e *O Fiandeiro*, ambos de 1910) a mudança de regime é vista como uma oportunidade a favor das classes trabalhadoras para reivindicarem a melhoria das condições laborais e salariais. No geral, os jornais apoiam a República como um novo regime que precisa de “coragem”, mas que tem boas intenções com os operários. A monarquia fez com que alguns inquéritos fossem só “fogo de vista” e os operários “da margem do Vizela” esperam que o Governo Provisório da República Portuguesa dê melhores condições aos operários (*Lucta Operária*, [29 de outubro de 1910 nº6])

Para Pereira (2011), a concentração geográfica das camadas operárias eram um fator importante para determinar a adesão aos movimentos reivindicativos. Apelava-se à união dos operários de diferentes regiões, nomeadamente dos campos, para que o efeito político e a luta reivindicativa pudessem ser feitos para o “mesmo lado” e não “entre si”. As

diferenças entre o operário do campo e o da cidade são tantas que no concelho de Santo Tirso, neste período, eram constantes as queixas sobre essas mesmas diferenças e os trabalhadores pediam os mesmos salários e horários que os seus congéneres do Porto. No jornal *O Fiandeiro*, faz-se um apelo à união entre os operários da fábrica e os da cidade de forma a combater essa tendência:

“O operariado que trabalha nas fábricas dessa cidade [Porto] necessita da cooperação do operário da província, porque este, sem o pensar e sem o querer, tem sido até agora uma das causas do seu mal-estar, pois que produzindo mais e por menos dinheiro, determina que a produção seja mais barata e que os artigos ali produzidos venham a fazer concorrência aos produzidos nas fábricas do Porto (...).” (*O Fiandeiro*, 1 de março de 1910, nº17)

A greve, que tinha sido proibida durante a monarquia, começa a usar usada com mais frequência com a mudança de regime como arma para conseguir o aumento de salários. De tal modo que no mesmo jornal o cronista concorda que o operário tem sempre motivos para fazer greve porque é explorado, mas reconhece que nem todas as ocasiões são as mais indicadas e que a greve deve ser o último recurso usado para que não perca o seu efeito.

Em 1926 o movimento sindical estava desorganizado e em 1933 com a nova constituição e com o Estatuto Nacional do Trabalho ficam restringidas as liberdades individuais, os direitos sindicais e a organização dos trabalhadores. As organizações corporativas criadas em 1891 passam a ser reguladas por um novo estatuto. Manuel Lucena (1976a, 1976b) no seu estudo sobre o corporativismo português conclui que os sindicatos nacionais eram organismos extremamente controlados pelo poder político. Os princípios doutrinários do corporativismo português expressos na legislação assim o exigiam.

Nos termos do Estatuto Nacional do Trabalho e do Decreto nº 23050 os sindicatos são definidos como “(...) agrupamentos de mais de cem indivíduos que exercem a mesma profissão, e têm por fim o estudo e a defesa dos interesses profissionais nos seus aspetos moral, económico e social.”

Por outro lado, temos os Grémios. Definidos como um agrupamento de “(...) empresas, sociedades ou firmas, singulares ou coletivas que exercem o mesmo ramo de atividade no comércio, na indústria ou na agricultura.”. Tal como acontece com os sindicatos, têm também de atuar apenas no plano nacional com respeito absoluto pelos superiores interesses da Nação. A criação dos Grémios é iniciativa dos Ministérios pois a eles lhes incube coordenar as forças económicas nacionais. Nas suas obrigações é incutida a

responsabilidade de dar pareceres sobre assuntos da sua especialidade, entre os quais a situação e necessidades do seu comércio ou indústria e a cooperação com os Sindicatos Nacionais na “fundação progressiva de instituições sindicais de previdência destinadas a proteger os trabalhadores na doença (...).”

Os primeiros Grémios do Estado Novo cobriam áreas industriais que tiveram menos desenvolvimento durante a expansão dos anos 20. Madureira (2002) faz notar que as decisões governamentais estão sincronizadas com a agenda de reivindicações da Associação Industrial Portuguesa (AIP), também concentradas nesses setores. A AIP era a grande organização de natureza federadora desde 1890, reorganizada em 1901 quando se fundiu com a União dos Industriais do Norte. A sua posição como “grupo de pressão” junto das comissões pautais e do governo foi importante na medida em que as suas intervenções se debruçavam sobre a proteção do mercado metropolitano e ultramarino. (Alves, 2002b)

Juntamente com o que acontece com os Grémios, os Sindicatos têm personalidade jurídica e representam legalmente toda a categoria de empregados ou assalariados do mesmo comércio, indústria ou profissão, estejam ou não inscritos.

Nos deveres enunciados pelo decreto, a atividade dos sindicatos fica limitada apenas ao plano nacional, sendo proibida a sua filiação com outros movimentos sindicais internacionais e tendo sempre “respeito absoluto pelos superiores interesses da Nação,” exceto se fosse autorizada pelo Governo. Ficam também obrigados a subornar os seus interesses particulares aos da economia nacional e a colaborar com o Estado no repúdio da luta de classes. O bom funcionamento dos organismos corporativos segundo a ideologia do regime estava dependente do entendimento entre as classes e por isso a greve continua a ser proibida. Há vários exemplos da atuação do governo sobre este problema: O Decreto nº23203 de 6 de novembro 1933 que condena a greve política e revolucionária como sendo considerada um delito político e equiparada a uma rebelião. O Decreto nº23870 de 18 de maio de 1934 que tem um carácter mais geral e tipifica as formas de coligação entre trabalhadores e patrões, fazendo uma hierarquia das penas que eram aplicáveis, aprovado na sequência de uma tentativa de greve geral em janeiro de 1934.

A atuação do governo fica também óbvia quando se analisa as direções dos Sindicatos Nacionais. Apesar dos requisitos para poder ser sócio sejam aparentemente simples, uma vez que podem ser sócios os “indivíduos de ambos os sexos, portugueses ou estrangeiros,

maiores de dezoito anos, que exerçam a respetiva profissão e estejam no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos (...)” o mesmo não pode ser dito dos dirigentes. Estes, eram escolhidos pelo Governo e tinham de necessariamente ser cidadãos portugueses que é mais uma prova de como estes organismos estão intrinsecamente ligados ao poder governamental. Tal facto é também possível de se observar na própria definição que a União Nacional atribuía aos sindicatos:

"Os sindicatos Nacionais têm por fim o estudo e a defesa dos interesses profissionais nos seus aspetos moral, económico e social. Incube-lhes: dar parecer sobre os assuntos da sua especialidade; criar instituições sindicais de previdência; organizar agências de colocação de desempregados, escolas profissionais e cooperativas; elaborar contratos coletivos de trabalho." (União Nacional, 1940:101).

Aos poucos, o poder para controlar estes organismos torna-se cada vez maior por parte do Governo, por exemplo, em 1936 com o Decreto-lei nº26418 atribui o poder para nomear comissões administrativas para os sindicatos ao ministro do Comércio e Indústria sempre que fosse indicado por inquéritos. Mais tarde, em 1942, o Governo é autorizado a nomear comissões administrativas durante um ano no máximo (Decreto-Lei nº31946) e no ano seguinte a lei é alterada (Decreto-Lei nº32820), passando o prazo máximo da nomeação a ser pelo tempo julgado necessário.

Ainda na sua análise, Lucena (1976a) afirma que as classes trabalhadoras não foram fortalecidas pelo princípio da unidade pois na verdade a legislação corporativista não fomentou o poder dos sindicatos, mas que isso se devia ao próprio sistema que reduzia a autonomia dos sindicatos e a sua liberdade.

A existência de muita mão-de-obra era vista como benefício para o patronato que desta forma não precisava de negociar salários ou de os aumentar. Aos sindicatos, trabalhadores e ao INTP não restava outra alternativa que não proteger a quantidade de trabalho disponível para pelo menos garantir o mínimo de subsistência. (Patriarca, 1994)

Em 1934 as penas aplicáveis à greve e à maioria dos meios de pressão e protesto até já tinham sido definidas: a “colaboração em actos suscetíveis de prejudicar (...) e “discussão de questões de carácter político nas fábricas”. Os acordos e contratos começam a inserir cláusulas que tipificam novos delitos como a “colaboração em actos suscetíveis de prejudicar a organização corporativa e o facto de promover a luta de classes e o mal-estar social”, a “discussão de questões de carácter político e social dentro das fábricas” ou “ o abandono do trabalho por prisão mantida como elemento indesejável” que muitas vezes

levam a despedimentos de justa causa mas noutras situações mais extremas acabam na proibição do exercício da profissão. (Patriarca,1994)

Entre 1960-1973 o Governo procurava exercer uma disciplina apertada sobre os aumentos salariais: os sindicatos integrados no sistema corporativo não eram livres. As greves eram proibidas, os contratos coletivos negociados entre organismos corporativos que representavam os trabalhadores (sindicatos) e o patronato (grémio). Durante o Marcelismo o controlo do governo sobre as organizações de trabalhadores tinha-se tornado menos efetivas.

A principal diferença entre um contrato coletivo de trabalho e um acordo coletivo de trabalho estava que o primeiro é firmado apenas pelos sindicatos e grémios enquanto que o segundo é estabelecido entre sindicatos e uma ou mais empresas. O contrato obrigava todos os trabalhadores e patrões da indústria que aqueles organismos representassem independentemente de estarem ou não representados e o acordo obrigava as empresas e trabalhadores representados pelos sindicatos outorgantes que nela trabalhassem fossem sindicalizados. No que diz respeito aos contratos, um que seja concelhio não é igual a um que seja distrital, mas as fronteiras geográficas não são elucidativas pois a dimensão do grupo profissional ou do sector de atividade. Por exemplo, os despachos do salário mínimo em que o Estado pode intervir num dado sector e abarcar todo o território nacional. (Patriarca, 1994)

"A nossa economia corporativa prefere o contrato coletivo ao contrato individual de trabalho. Resulta esta preferência da justificada convicção de que o primeiro se presta melhor do que o segundo à garantia dos interesses legítimos dos trabalhadores. (...) No contrato individual, o trabalhador não tem a necessária liberdade para aceitar ou repelir as condições que lhe são impostas. (...) No contrato coletivo, ajustando entre organismos corporativos para regular as relações entre as empresas e os trabalhadores da respetiva atividade, o Grémio e o Sindicato estão em posição de igualdade para negociar."(União Nacional, 1940:35)

O acentuado crescimento económico observado na década de 60 impulsionou aquilo que Lucena (1976b) designa como “liberalização marcelista” que apesar de terem existido algumas alterações legislativas (como mudanças na estrutura dos sindicatos ou na sua dimensão) a essência da organização corporativa manteve-se dentro essência anterior. Sobre estas reformas Marques (2007) descreve-as como sendo prudentes apesar de tudo e terem duas consequências que não estavam previstas: o surto de greves que agora contavam com a participação de alguns sectores das classes médias (como médicos,

empregados administrativos, etc.) e a agitação estudantil. Como consequência, foram conquistadas 30 direções sindicais compostas por membros “desprovidos de espírito corporativo” tornando este “(...) um dos momentos mais críticos do sistema corporativo português, porque nunca tantos sindicatos nacionais haviam escapado ao controlo do poder político.” Porém, o governo reage, recuando nas suas intenções reformistas (só em 1972 são aprovados três decretos nesse sentido, sendo que um deles, o Decreto-Lei 447/72 cria a figura jurídica do curado que podia ser nomeado pelo Governo para gerir os sindicatos com direções que foram suspensas ou destituídas). O autor conclui na sua investigação que o regime nunca conseguiu concretizar os objetivos que tinha autodefinido nem “nunca se tornou num corporativismo de associação (...) ou num corporativismo autónomo (...) antes se tornando num corporativismo subordinado.” Já Álvaro Garrido, sobre o mesmo assunto, afirma que, “(...) no caso português o corporativismo foi uma «fraude», mas uma «fraude» de grande relevância histórica na medida em que o sistema e a organização persistiram enquanto o regime durou. Ou seja: porque em nome do «Estado corporativo» foram criadas dezenas de instituições oficiais de organização da vida económica e social da nação que, na maioria dos casos, existiram e funcionaram durante cerca de quarenta anos.” (Garrido, 2010:300)

Imediatamente depois do 25 de Abril as reivindicações inseriam-se sobretudo no aumento do salário e remunerações acessórias. Entretanto o Governo tinha aprovado legislação que legalizava a liberdade sindical, o direito à greve e modificava a regulamentação das relações coletivas de trabalho. O Estado Novo atribuíra à iniciativa privada o papel fundamental na atividade económica, mas não acreditava na economia de mercado. (Lopes, 1996). Esta nova fase de maior movimentação sindical após a queda do Estado Novo inicia-se com o Processo Revolucionário em Curso (PREC), um período de grande agitação política e social em que as organizações sindicais dos mais variados setores fazem reivindicações com carácter político ou económico.

António Telo afirma que a sociedade portuguesa depois do 25 de Abril continua a ser intrinsecamente corporativa, não no sentido político, mas sim no funcionamento social que é dominado pela mentalidade corporativa:

“As suas manifestações concretas são múltiplas. Talvez as mais importantes sejam as ideias de que a concorrência e a inovação são o inimigo, que a segurança é mais importante que a tensão, que o indivíduo só pode ser entendido enquadrado num coletivo, pelo que o coletivo é o tudo e o

indivíduo é o nada, que a estabilidade é essencial e a mudança acessória, que as rivalidades são um mal que o Estado deve regular (...).” (Telo, 2007:385)

2.5.1 Movimentos Reivindicativos e as Greves

As greves correspondem a movimentações características das lutas operárias ao longo dos séculos XIX e XX. A indústria têxtil pelo seu pioneirismo experimentou inúmeras greves no correr da História.

Manuel Joaquim de Sousa (1972) considera a greve dos tecelões do Porto em 1903 como uma das primeiras greves gerais portuguesas. O que começou por ser uma reivindicação numa fábrica de fição e tecidos do Porto -alastrou-se ao resto da indústria têxtil. A greve que paralisou grande parte da indústria no Porto, provocando uma aceleração na maquinização fabril que provocou mais desemprego. No Vale do Ave, houve um surto grevista antes da proclamação da República onde os operários reconheciam as dificuldades que passavam num período onde o patronato investia na maquinização e recrutava mão de obra diretamente do campo, incluindo um maior número de mulheres. Estas alterações na vida laboral dos trabalhadores geraram alguma tensão. (Alves, 1999).

Nos jornais operários analisados (que datam de 1910) surgem referências a outras greves no Vale do Ave de mais pequena dimensão ou apenas em algumas fábricas em particular. As que envolvem o concelho inteiro dão conta da participação de cerca de 8000 operários (*O Fiandeiro*, 31 de junho de 1910, nº4). De uma forma geral as reivindicações são sobretudo para o aumento de salários, abatimento do preço de géneros de primeira necessidade, redução e regulamentação de horário, melhoria das condições de higiene e, em alguns casos, contestação contra o uso de violência física nos operários em especial nas mulheres e crianças.

“O salário mesquinho, os vexames e as violências sucediam-se indeterminadamente há longo e estriado tempo. Homens e mulheres arrancados ao campo para as fainas, uma ignorância trágica, e a exploração infame por parte dos industriais, haviam-nos tornado excelente rebanho para tosquia. Em verdade, a situação dessa gente não era superior à de escravo.” - *Lucta Operária*, 1 de outubro de 1910, nº2.

Os operários no Vale do Ave queixam-se neste período de abuso de poder mais por parte dos empregados superiores do que pelos patrões. Aos patrões, a queixa mais recorrente está relacionada com a demagogia nos seus discursos e a forma como tratam os

funcionários grevistas. Narciso Ferreira é o industrial mais criticado depois de aparentemente ter proibido que se vendesse jornais operários nas portas das fábricas e de, segundo o jornalista da *Lucta Operária*, um grupo de ‘bandidos’ a mando do “industrial Ferreira de Riba D’Ave” que roubaram o empregado do jornal enquanto os distribuía e queimaram 200 volumes.

“O Sr. Ferreira de Riba D’Ave no ridículo intento de nos aniquilar, chama no passado sábado os seus operários e diz-lhes que se soubesse que algum comprava o jornal, o demitira imediatamente. Por sua parte os operários em vez de abandonar essa ideia, correndo em massa a comprar o defensor da sua classe, vergam-se ao seu patrão, fazendo-lhe a vontade.” (*Lucta Operária*, [sem data])

Depois de uma greve na Fábrica de Santo Tirso, os operários voltaram para o trabalho e o industrial responsável fez um discurso. (*Lucta Operária* [22 de outubro de 1910 nº 5]) O autor faz aquilo que considera como uma autópsia ao discurso do Sr. Teles na Fábrica de Santo Tirso. Crítica que o industrial tenha dito que se os operários (“o seu povo”) se voltavam para o trabalho depois da greve era simplesmente porque estavam satisfeitos e não por sua exigência. O Sr. Teles afirmou que o povo voltou ao trabalho ordeiramente e o autor do artigo é da opinião que tal só aconteceu porque os operários tinham medo da repressão da polícia. Quando o industrial diz que os operários voltaram por querer, o cronista critica-o de abusar “da fraqueza e ignorância dos ingénuos”. Há, no entanto, referências anteriores que em Santo Tirso houve “vingança” aos grevistas que foram expulsos da fábrica por fazer greve ou por ler “jornais de classe” e que na Fábrica de S. Martinho o patrão obrigou um empregado bater noutro quando este exigiu ir embora. (*Lucta Operária* [25 de setembro de 1910, nº1]). Em Pavidém (*O Fiandeiro*, 28 de agosto de 1910, nº6) a greve foi ajudada pelos operários de Riba D’Ave facto que é considerado como um “dever de solidariedade.” Os dirigentes da Sampaio Ferreira e Companhia, “não reconhecendo esta solidariedade”, fecharam a fábrica “na cara dos operários e expulsaram seis que queriam trabalhar.”

A classe trabalhadora organizada que ajudou os republicanos burgueses a tomarem o poder continuou a lutar por melhores condições de vida, salários e laborais: em 1910 a média de horas de trabalho por dia era 9 horas e meia e nas fábricas, para além de existirem vários acidentes, as condições não eram boas. Foram organizados congressos sindicalistas, o primeiro que teve lugar em 1909, e onde participavam cerca de 20 000 trabalhadores. Mas no segundo congresso, em 1911, houve a participação de 36 000

operários.” A repressão contra o movimento operário foi forte e o governo utilizou o exército contra os trabalhadores. Em 1912 a casa sindicalista foi fechada algumas vezes, o jornal sindicalista foi várias vezes proibido e muitos militantes foram presos ou deportados. (Ferraz, 1975).

A polícia era chamada a intervir por vezes. Em novembro de 1920 os operários da Fábrica de Rio Vizela exigiram um aumento de salário e tentaram fazer uma greve. Alguns saíram das oficinas, mas logo voltaram ao trabalho depois da intervenção dos superiores outros, como os operários da "Nova Tecelagem", não trabalharam durante o dia todo. A GNR teve de ser chamada à Fábrica para manter a ordem. (JST, *Fábrica de Negrelos*, 4 de novembro de 1920 n°27, p.2). Sousa (1972) afirma que à parte das greves eram registadas prisões de militantes e sindicalistas em 1922 muitas das vezes sem terem culpa formada.

Não é objetivo desta investigação fazer uma abordagem extensiva de todas as greves que existiram no Vale do Ave, no entanto Cordeiro (2016) faz uma exposição de várias reivindicações que ocorreram no Vale do Ave entre 1956 e 1974 facilitando assim compreender as motivações destas. De uma forma geral, estas reivindicações assumiam a forma de concentrações em frente às fábricas para exigir melhores condições de trabalho. Em 1969 há o registo de uma concentração em frente à Câmara Municipal de Santo Tirso de centenas de operários a pedir pão e trabalho depois do encerramento por falência da FFTRV. No JST a 31 de janeiro de 1975 (n°35, p.4) é noticiada uma paralisação das operárias na fábrica Cortel em Fontiscos depois da mudança de administração ter aumentado os próprios salários e provocado um atraso nos das operárias.

José Amado Mendes (2002), Jorge Alves (1996a) e Manuel Villaverde Cabral (1979) consideram o grau de conflitualidade laboral no Vale do Ave baixo atribuindo às características do operariado a justificação com a ligação à terra por parte das populações que permitia alguma complementaridade entre a fábrica e o campo. A possibilidade de alternância entre um e outro ou a forma como ambos se podiam manter em conjunto numa espécie de “complemento salarial” evitava as potenciais situações de pobreza ou fome e permitia a sobrevivência enquanto agrupamento familiar camponês. Virgílio Pereira (2002) sublinha que a importância do grupo doméstico como unidade de produção, consumo e residência deriva de “(...) uma ética de subsistência fundada na urgência da satisfação das necessidades dos membros da casa, e, não raro, definida por uma matriz de perceção e ação prática e simbólica de tipo individualista e relativamente conservador.”

O campo não deixa de estar presente nas práticas sociais do Vale do Ave, mas deixa de ser a base exclusiva das divisões sociais (Pereira, 2002).

2.6 O papel da fábrica na vida social local

A fábrica ocupava um lugar central na vida do operário. Não só era a sua fonte de rendimento, mas também era o local onde grande parte das suas interações sociais se realizavam. Como tal, o desenvolvimento da própria estrutura da fábrica de forma a garantir as condições dos seus funcionários foi gradualmente acontecendo.

As fábricas maiores, como era o caso da Rio Vizela, demonstravam preocupação social, muitas das vezes paternalista, e ofereciam aos operários vários serviços como a criação de uma cantina, uma loja de venda de tecidos, outra de pão, a possibilidade de os filhos dos operários frequentarem uma colónia de férias, uma banda de música, etc. Para apoiar os operários que estivessem em situação de doença ou não pudessem trabalhar por algum motivo de força maior, foi criada em 1910 a Associação de Socorros Mútuos dos Operários da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela. Esta associação tratava de socorros médicos, cirúrgicos e medicamentos. Porém, nem todos os operários podiam fazer parte uma vez que não eram admitidos operários não vacinados, afetados de doença crónica, com mais de 45 anos, empregados temporários e operárias grávidas. (Artigo 10º do Estatuto da Associação de Socorros Mútuos dos Operários da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela).

Algures na última década do século XIX foi criada uma cooperativa na FFTRV mas que aparentemente não funcionava da melhor forma. Nos jornais operários é referido várias vezes a falta de regularidade no seu funcionamento com os preços altos dos produtos que têm qualidade fraca. É pedido ao Conde de Vizela que venda os produtos ao preço que os comprou pois só assim “(...) o operariado viverá livre de explorações vergonhosas” por parte dos retalhistas (Jornal *Lucta Operária* – [15 de outubro de 1910, nº4])

Nas outras fábricas da região pode observar-se o mesmo processo de inserção social algumas décadas mais tarde. É introduzido em 1938 o sistema de assistência social na Empresa Industrial de Santo Tirso, Lda. (Arcotêxteis) com a criação de uma cantina, posto médico (e mais tarde um edifício próprio para reforçar a assistência médica aos trabalhadores), creche, uma padaria, etc. Na Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso

o apoio social para os seus operários é introduzido a partir de 1940 quando é construído o bairro operário junto dos terrenos da fábrica. (Olaio,2002).

No Jornal de Santo Thyrso é recorrente a investimentos e caridade feitas pelas fábricas a instituições ou construções que podiam não estar diretamente relacionadas com os seus operários (como a Santa Casa, os Bombeiros Voluntários e Vermelhos), mas que melhoraram as condições de vida das localidades em redor. Como por exemplo, uma contribuição feita pela Fábrica de Negrelos para o começo da construção de uma escola primária na freguesia de Rebordões (JST, *Pelo Concelho – Rebordões*, 28 de janeiro de 1926, nº39:2), a construção de um novo bairro operário fora dos muros da Fiação nova também da Rio Vizela (JST, *Pelo Concelho – Vila das Aves*, 18 de fevereiro de 1926, nº42:3) e até mesmo celebrações de aniversário não só dos industriais mas também de organismos como os sindicatos (JST, *Festa do Trabalho na Fábrica do Rio Vizela – 25º aniversário do Sindicato Têxtil local*, 29 de junho de 1962, nº9,p.3) em que as festas organizadas promoviam a “confraternização do trabalho” na mais velha fabrica que tem, segundo o autor, o mérito de “nunca utilizar a mão-de-obra de empreitada, que tanto degrada física e moralmente os trabalhadores da industria. Mas, pelo contrário, esta empresa foi uma das primeiras a reagir contra o desumano sistema, a que alguém chamou «escravatura branca»”.

Além de todas estas ações, anualmente, em dezembro, são várias as entidades comerciais e industriais que fazem doações de caridade a outras associações (como a Associação Católica de Proteção aos Pobres) quer em géneros -com panos, meias, cobertores- quer em doações monetárias.

Uma das razões apresentadas por Alves (2002) para explicar a obra social dos industriais estava no tipo de legislação que era feita. Uma empresa que não tivesse os serviços que eram obrigatórios por lei (como por exemplo, os serviços materno-infantis) pagaria uma taxa que reverteria para a assistência através do Fundo de Socorro Social.

Aparentemente este tipo de solidariedade e as instituições corporativas como as Casas do Povo e Grémios não era vista com bons olhos no começo: "O nosso povo rural é estruturalmente adverso à disciplina, à organização e à solidariedade vinda de cima como determinante e estranha ao seu consenso espontâneo." A diferença entre classes era criticada por sem um entrave à aceitação desta solução e a solidariedade tida como um bem necessário para o funcionamento da sociedade e para o desenvolvimento económico

e social do país agora que " (...) A maré começa a ser outra." (JST, *Crónica Corporativa*, 30 de dezembro de 1960, nº31, p.1)

Apesar do Estado querer forçar os industriais a cumprir as obrigações sociais e a melhorar as condições dos operários, as relações entre o Estado e os industriais seguiam, apesar de tudo, as regras do mercado da contratação. A construção de estruturas como cantinas ou infantários tinham o fim de precaverem uma possível agitação laboral ou a falta de mão de obra. (Ingerson 1982). A possibilidade de ter casa própria e o investimento dos industriais na construção de bairros operários torna-se urgente quando as condições de habitação eram “tão grave como importante problema no concelho de Santo Tirso, onde o movimento demográfico cresce de uma maneira notável em face da intensificação industrial cada vez maior da região.” (JST, *O grave problema habitacional- como questão social que é, em vias de solução*. 29 de março de 1963, nº48, p.1)

O JST noticia outro tipo de ações sociais e culturais que eram promovidas ou derivadas das fábricas: as religiosas, que para além das missas e procissões realizadas pelos operários apoiava a figura do capelão (JST, *O Capelão da Fábrica*, 27 de maio de 1920, nº4, p.1). Um novo capelão para a Fábrica de Fiação de Santo Tirso foi eleito nesse dia e o cronista concorda com a criação deste cargo uma vez que a ação do capelão pode resultar num bem social – afirmando que tal se pode verificar noutros centros fabris- Dá o exemplo de um capelão na Fábrica de Campelos que desenvolveu ações beneméritas que resultam no bem de todo o operariado. Noutros países, “(...) a existência de tal figura permite observar efeitos na produção, moralização e economia dos operários. O novo capelão tem, como uma das suas obrigações, o visitar a fabrica para prestar os seus serviços quando sejam necessários."

A fábrica que é referenciada mais vezes neste tipo de ações é a FFTRV. Em 1931 a Fábrica Rio Vizela fez uma consoada para os seus 3.000 operários: “O Sr. Conde de Vizela (...) soube provar que se preocupa com o bem-estar dos seus assalariados. Com gestos assim a questão social resolve-se sem conflitos e o braço não pode deixar de ser grato ao capital." (JST, *Pelo Concelho (Aves)*, 31 de dezembro de 1931, nº31, p.2). Em 1934 abriu uma cozinha gratuita para operários: "A Fábrica Rio Vizela nunca necessitou que os operários fizessem reclamações. Eles próprios vão de encontro às necessidades dos seus operários. (...) Os operários da Fábrica têm tudo o que necessitam: pão, quase de graça, para sustentar a família, pano para os cobrir, médico, farmácia e até operações cirúrgicas." (JST, *Uma fábrica modelo*, 8 de fevereiro de 1934, nº37, p.1) e uns meses

mais tarde pagou aos seus operários todas as despesas para que pudessem visitar a Exposição Colonial. A empresa "(...) merece todos os elogios (...) não só foi generosa, simpática e patriótica, mas também acertadíssima e de muita oportunidade." (JST, *Pelo Concelho (Aves)*, 5 de julho de 1934, nº9, p.2). Nessa exposição, a FFTRV ganhou o Diploma de Grande Prémio.

Quando em 1959 Salazar visita Santo Tirso, as fábricas encerram nesse dia para que os operários o pudessem ir “saudar” (JST, *Visita do Chefe de Estado*, 19 de junho de 1959, nº8 p.1).

Além destes exemplos em particular é bastante frequente encontrar ao longo de todo o período analisado referências a festas populares organizadas pelos operários, comemorações de aniversário dos diretores, saídas de ranchos folclóricos, eventos desportivos, participação noutras atividades religiosas como funerais -em especial dos chefes- contribuindo desta forma para a criação de mais coesão entre os operários e também com a sociedade envolvente.



Figura 4- JST, 10 de maio de 1963 nº1 p.4

Considerações Finais

A economia portuguesa, durante o século XIX, estava bastante dependente da influência inglesa pelo que no final do século se tentou proteger a indústria nacional através da criação de pautas aduaneiras, como foi o caso da pauta de 1892, que deu início a um período de forte protecionismo. O dilema livre-cambismo/protecionismo fez-se sentir em Portugal, provocando largas discussões. Do ponto de vista liberal o protecionismo era negativo porque isolava o país e dispensava a competitividade. Do ponto de vista protecionista, a proteção alfandegária, que historicamente ajudou a industrialização de países como a Alemanha e os EUA, era fundamental para ajudar as indústrias nascentes dos países atrasados de forma que pudessem vir mais tarde a competir no mercado livre. No caso português nenhuma das soluções foi propícia ao desenvolvimento industrial. Os produtos tinham pouca qualidade e tinham fortes desvantagens concorrenciais. Ainda durante a I República o sector industrial era sobretudo explorado de forma artesanal e nas vésperas da I Guerra Mundial, Portugal era um dos países menos industrializados da Europa. Depois do conflito ter terminado, o país seguiu a tendência do crescimento mundial verificado nos anos 20, mas de forma muito lenta.

É com o Estado Novo que surge uma nova ideologia que marca profundamente a ordem económica, social e política nacional. O corporativismo, que defende que o indivíduo não possa ser o ator central e que só a organização por grupos evita o conflito de classes. Na imprensa local, a solidariedade social do corporativismo é salientada como uma das características fulcrais desta ideologia que tinha dois importantes instrumentos da sua aplicação.

O primeiro foi o condicionamento industrial que surge como uma política destinada à reorganização industrial com cinco objetivos fundamentais explícitos no Decreto-Lei nº19354: evitar a desnacionalização das indústrias, o exagero ou falta de concorrência, as consequências destrutivas da má distribuição, os insucessos por faltas de bases técnicas e as graves contingências a que se expõe a classe obreira quando liga a sua existência à vida precária de oficinas imprudentemente instaladas. Com este decreto fica também a carecer de autorização governamental para que se instale novos estabelecimentos industriais. A fiação e tecelagem de algodão são sectores aos quais se aplica essas restrições. Alguns autores afirmam que a impossibilidade de expandir as fábricas fez com que os industriais renovassem a maquinaria para aumentar a produção e assim a indústria modernizou-se.

O segundo instrumento foi o ENT, promulgado com o Decreto-Lei ° 23048 de 1933 que surge como meio essencial para atingir a organização económica do Estado que tem a obrigação de regular superiormente a vida económica e social e visa defender a “economia nacional das explorações de carácter parasitário” e promover o desenvolvimento da economia corporativa.

As associações de classe são extintas com o ENT e os sindicatos são agora regulados inteiramente pelo Estado e organizados por atividade económica. Os sindicatos procuravam obter mais margem para manobra para negociar questões como o número de aprendizes ou de máquinas, mas estas negociações com o Estado nem sempre eram bem-sucedidas. Por esse motivo, os trabalhadores da têxtil não confiavam nos sindicatos nacionais para resolver os seus problemas.

Durante a II Guerra Mundial a opção pelos produtos nacionais era prioridade para incentivar a economia portuguesa. Na imprensa local reconhece-se esta solução como uma forma de também resolver o desemprego. No entanto reconhecesse-se que os produtos portugueses, apesar de não serem piores que os estrangeiros, têm falta de padrão e por vezes são fabricados com menor qualidade propositadamente.

A gradual participação de Portugal nos movimentos económicos internacionais provocou uma abertura do mercado nacional ao exterior que exigiu uma adaptação da indústria à concorrência externa ao mesmo tempo que a situação colonial deixava o país marginalizado.

As negociações de Portugal com as diferentes organizações internacionais só foram bem-sucedidas porque a criação de estatutos especiais possibilitava a manutenção da relação colonial. Durante os anos 50, a participação de Portugal na OECE obrigou à remoção das restrições ao comércio externo, mas é com a EFTA, nos anos 60, que se dão as maiores transformações.

Portugal consegue um estatuto especial na EFTA que permitia que o país mantivesse relações preferenciais de comércio com as colónias desde que estas produzissem matéria-prima para a metrópole e comprassem os seus produtos finais, mas as regras do condicionamento industrial chocavam com as linhas gerais da organização. Os maiores parceiros económicos de Portugal nesta conjuntura eram a Inglaterra e os restantes membros da EFTA, salientando-se a Dinamarca. O JST referencia também o interesse

dos EUA para a exploração agrícola que graças aos novos benefícios aduaneiros e à mão-de-obra barata se torna um bom lugar para investir.

De forma a dar resposta a estes desafios europeus foi imperativo a modernização das unidades produtivas. Na têxtil algodoeira algumas das empresas tentaram manter a sua ligação ao estado corporativo, mas outras quiseram tentar a sua sorte na internacionalização.

Derivada da participação na EFTA, Portugal fez parte também do GATT e a implicação de reduções de barreiras nas trocas com os países fora desse mercado dificultou a manutenção das preferências comerciais com as colónias sendo que é daqui que surge a ideia do EEP e que permitia que Portugal obtivesse matéria-prima colonial mais barata.

Durante a “época dourada” nos anos 60, Portugal segue a tendência dos países da Europa ocidental mais uma vez. Mesmo com a ocorrência das guerras coloniais, a conjuntura externa favorável deu origem a e desenvolvimento industrial e uma melhoria económica geral que nem sempre era refletida na qualidade de vida da população com elevado nível de analfabetismo e em que uma parte substancial ainda se dedicava à agricultura.

O Vale do Ave não era exceção. Localizado numa zona privilegiada com recursos hídricos (os rios Ave e Vizela), mão-de-obra abundante e a proximidade com o Porto, o Vale do Ave prosperou graças a este conjunto de favores favoráveis que o destacaram no panorama industrial português.

A tradição têxtil, especialmente do linho é secular, mas é com a têxtil algodoeira que o sector atinge o seu auge, marcando toda a região e envolvência social.

Nos finais da monarquia é possível encontrar na imprensa local referências à têxtil algodoeira devido à FFTRV, o mais antigo estabelecimento industrial na região inaugurado em 1845. É consenso geral que a fábrica só poderá evoluir na região se as estruturas e vias de comunicação também o fizerem e em 1895 a FFTRV tinha já mecanismos para aproveitar a energia hidráulica. Esta, uma década mais tarde, fica ainda mais potenciada com a criação das centrais hidroelétricas.

Em 1890 surgem várias críticas à falta de desenvolvimento do concelho (a vida industrial é “nula” para além da FFTRV) e a expansão do parque fabril dá-se apenas em 1898 com a inauguração da Fábrica de Santo Tirso. Foram instaladas várias fábricas nas décadas seguintes tornando a especialização algodoeira no Vale do Ave ainda mais vincada.

Chegados os anos 50, a indústria do algodão era a principal indústria transformadora. Esta matéria-prima era ideal uma vez que podia ser produzida nas colônias e tinha grande variedade de adaptação aos processos de produção e mecanização.

A disponibilidade de matéria-prima e a quantidade de produção estão naturalmente ligadas pelo que a oscilação de uma tem efeitos na outra. Em 1930 as importações de algodão atingiram níveis elevados, provocando assim sobreprodução. Esta é criticada ferozmente no JST porque se acha inadmissível o investimento feito na indústria têxtil saturada quando a agricultura, que pode combater a fome, é ignorada. Mesmo com excesso de algodão e produtos têxteis, estes eram demasiados caros para que a generalidade da população pudesse comprar.

As necessidades de escoamento de produtos vêm a ser atenuadas pela conjunta internacional durante a Guerra Civil de Espanha e a situação volta a inverter-se com a criação da Comissão Reguladora do Comercio de Algodão em 1937, as manufaturas são obrigadas a consumir o algodão colonial que não era suficiente para satisfazer a capacidade industrial existente na metrópole.

Como consequência, as fábricas deixam de laborar a tempo inteiro e os níveis de desemprego aumentam. Numa região como o Vale do Ave este fenómeno é particularmente importante. Apesar da estrutura operária ser peculiar devido à sua dinâmica entre a fábrica e o campo (da qual nunca se desvincula) os operários eram aqueles que mais diretamente sentiam os impactos económicos.

A falta de formação escolar e técnica e as precárias condições em que viviam faziam deles “os escravos brancos” dos grandes industriais – como são apelidados nos jornais operários de 1910. O excesso de mão-de-obra e o trabalho feminino e infantil tornava os operários facilmente dispensáveis então para que garantissem o emprego sujeitavam-se a longas horas de trabalho, agressões físicas, condições laborais deploráveis que muitas vezes provocavam doenças como a tuberculose -e outras doenças respiratórias- ganham um cariz de doença social associada à pobreza e aos operários.

As associações de classe – e mais tarde os sindicatos- apresentam-se como meio para que a voz operária seja ouvida e apelava-se que os operários do campo e os da cidade deixassem as divergências de parte para que se unissem e fizessem as suas reivindicações de uma forma mais organizada e eficaz. De uma forma geral, estas eram feitas através de greves e no Vale do Ave eram maioritariamente pacíficas.

Em 1933 a greve política e revolucionária torna-se proibida e aos poucos o controlo governamental sobre os organismos sindicais é cada vez maior. Há vários relatos de intervenção policial nos ajuntamentos de operários em frente às fábricas mesmo que fossem apenas reivindicações pacíficas por aumento de salários.

O abuso de poder, tantas vezes condenado nos jornais operários e as queixas relativas ao patronato só pode ser interpretado tendo em conta a dicotomia na linguagem presente na imprensa durante todo o período analisado. Se por um lado o “grande chefe” ou o “avarento comercial” não passava apenas de um explorador que só se importava com a produção e o lucro, por outro o industrial era um “benemérito social” que celebrava com os operários as grandes metas da sua vida como aniversários e casamentos, como tantas vezes é noticiado no JST.

Já a imagem do operário é muitas vezes romantizada nos folhetins e nas crónicas como homens e mulheres de “recursos limitados” que “não se devem envergonhar da própria condição”, facilmente “explorados pelos capitalistas.” As suas roupas têm sempre “nódoas e andam descalços”, sendo alvos da ironia de “andar rotos” por não terem dinheiro para comprar os produtos que eles mesmo produzem. Porém, há exemplos, como o de Narcisso Ferreira, de operários e artesãos que conseguem subir de cargo na fábrica e aumentarem assim o rendimento familiar.

As famílias operárias, geralmente numerosas, exigiam da mulher o papel de dona de casa e no caso do têxtil, a mão-de-obra era em grande parte feminina tornando assim a vida fabril uma alternativa ao trabalho doméstico e alterando a estrutura da comunidade. A vida social destas pessoas girava em torno das fábricas e na imprensa analisada é frequente encontrar convocatórias para festas populares, anúncios de atuações de ranchos folclóricos ou bandas de música constituídos pelos operários.

A sociedade e a economia portuguesa sofrem uma grande mudança depois do 25 de Abril de 1974, com a queda do regime salazarista, mas a maior abertura de Portugal à Europa nos anos 80 foi encarada com alguma incerteza em função dos ajustamentos que o mercado internacional exigia. Para a têxtil algodoeira e para o Vale do Ave esta abertura, associada ao fim do mercado colonial, implicou um novo ciclo de desafios e de adaptações que, afinal, já eram intrínsecos ao tecido industrial da região.

Fontes e Bibliografia

Fontes

A Lucta Operária (1910)

Jornal de Santo Thyrso (1885-1980)

O Fiandeiro (1910)

Bibliografia

Afonso, Ó., & Aguiar, Á. (2004). Comércio externo e crescimento da economia portuguesa no século XX. *Working Papers*, 146. Porto: Faculdade de Economia, Universidade do Porto.

Alexandre, V. (1993). Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo. *Análise Social*, XXVIII(4), 1117-1136.

Almeida, A. (1986). A fábrica e a família — Tópicos para uma reflexão. *Análise Social*, XXII(2), 279-312.

Almeida, A. N. (1993). Mulheres e famílias operárias: a «esposa doméstica». *Análise social*, XXVIII (120), 105-132.

Alves, J. F. (1996a). Fundação Narciso Ferreira: indústria e obra social na têxtil nortenha. *O Tripeiro*, 15, nº 8, 1996, p. 242-248.

Alves, J. F. (1996b). O emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX). *Análise Social*, XXXI (136-137), 527-544.

Alves, J. F. (1999a). Uma nebulosa a Noroeste: a indústria algodoeira. *Ler História*, nº 36, p. 83-123.

Alves, J. F., & Lacerda, S. (1996). Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela: as origens. *O Tripeiro*, 7.ª série, ano 15, n.º 1-2 (Janeiro/Fevereiro), p. 41-46.

Alves, J.F. (1999b). Fiar e tecer - uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Alves, J.F. (2002a). Para que servem os meus olhos? - Notas sobre o trabalho feminino na indústria têxtil de Guimarães. In Fórum (Universidade Do Minho), 32, 61-79.

Alves, J.F. (2002b). Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave In Mendes, J. A., & Fernandes, I. *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave.

Alves, J.F. (2004). Cruzar os fios - a Fábrica Têxtil Riopele no contexto empresarial do Vale do Ave. Estudos Do Século XX, (Nº4), 437-468.

Andresen-Leitão, N. (2004). O convidado inesperado: Portugal e a fundação da EFTA, 1956-1960. *Análise Social*, (171), 285-312. Consultado em 10 de outubro de 2017, de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-257320040003000002&lng=pt&tlng=pt.

Autoridade para as Condições de Trabalho. (2014). Consultado a 9 de maio de 2018 em [http://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/SobreACT/QuemSomos/EvolucaoHistorica/Paginas/default.aspx](http://www.act.gov.pt/(pt-PT)/SobreACT/QuemSomos/EvolucaoHistorica/Paginas/default.aspx)

Brito, J. M. (1987). " O condicionamento industrial e o processo português de industrialização após a segunda Grande Guerra". Tese de Doutoramento. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia, Lisboa.

Cabral, M. V. (1979). Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914, Lisboa: *A Regra do Jogo*, Colóquio de História, 222.

Caeiro, J. (2005). Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós-guerra. *Intervenção Social*, 31, 193-219.

Caetano, M. (1941). Problemas da Revolução Corporativa. Editorial Acção

Carreira, H. (1996). As políticas sociais em Portugal, 2ªed, Lisboa: Gradiva

Chartier, R. (1990). A história cultural. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel.

Coelho, M. (2012). Demografia, Famílias, Ocupação do Território. In Pereira, V., et al. *Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des) industrializado do Vale do Ave*. Porto: Afrontamento.

Cordeiro, J. (2016). As lutas dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974 - e algumas questões da história do movimento operário. In Paço, A. S. D., Teixeira, C., Godinho, P., Varela, R., & Pereira, V. B, *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Cunha, A. (2012). O Alargamento Ibérico da Comunidade Económica Europeia: A Experiência Portuguesa. Tese de Doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Escola do século XIX. (2017). Escola Portuguesa. Consultado a 16 de abril de 2018, disponível em <https://escolapt.wordpress.com/2017/05/06/a-escola-do-seculo-xix/>

Estanque, E., & Mendes, J. (1997). Classes e desigualdades sociais em Portugal - Um estudo comparativo. Porto: Edições Afrontamento.

Fernandes, A. J. (2008). As relações Internacionais e Portugal - Da Europa ao Mundo, Lisboa: Editora Prefácio.

Ferraz, J. M. (1975). O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-26). *Análise Social*, 454-471.

Fonseca, M. (2001). A Indústria Têxtil Algodoeira no Norte de Portugal. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Fontoura, M. P., & Valério, N. (1994). A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial—uma tentativa de síntese. *Análise social*, 29(192), 16.

Formosinho, J. & Machado, J. (2013). A Regulação da educação em Portugal – do Estado Novo à Democracia. *Educação, Temas e Problemas*, 12 e 13, 27-40.

Fortuna, C. (1985). Descolonização, o fim de um ciclo: Portugal, a África e a economia capitalista mundial. *Revista Crítica De Ciências Sociais*, (15/16/17)

Garret, A. (1906). "O Problema da Tuberculose em Portugal". Dissertação inaugural. Escola Médico-cirúrgica do Porto.

Fortuna, C. (1990). De que Cor é o Algodão Branco de Moçambique? - Análise Socio-Histórica do Estado, Capital e Trabalho no período de entre-guerras. Coimbra: Centro de Estudos Sociais

Garrido, Á. (2010). Estado Novo e Corporativismo - Um programa de investigação em História Económica e das Instituições. In M. Ribeiro (coord.), *Outros Combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

História da Escola. Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento. Consultado a 14 de abril de 2018, disponível em <https://epacsb.pt/a-escola/historia-da-escola-santo-tirso/>

IAPMEI. (1993). Estrutura Empresarial da Região do Vale do Ave. Edição IAMPEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento.

Ingerson, A. (1981). Classes e consciência de classe em Vila Nova de Famalicão. *Análise Social*, 17(67/69), 863-884.

Ingerson, A. (1982). Uma História cultural e comparada da Indústria Têxtil do Vale do Ave. *Análise Social*, XVIII(3º,4º.5º), 1465-1500.

Ingerson, A. (2012). Duas Greves a Partir de Três pontos de Vista. In Pereira, V., et al. *Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des) industrializado do Vale do Ave*. Porto: Afrontamento.

Lains, P. (1987). O protecionismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido da industrialização concorrencial. *Análise Social*, XXIII(3ª), 481-503.

Lains, P. (1995). A Economia Portuguesa no Século XIX - Crescimento Económico e Comércio Externo 1851-1913, Lousã: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Lopes, H. (2015). Uma luz ao Fundo do Túnel: o FMI nos Debates Parlamentares. 1977-1979. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Lopes, J. (1996). A Economia Portuguesa desde 1960 (1ª ed.). Grádiva.

Lopez-Acevedo, G., & Robertson, R. (2012). Sewing Success? Employment, Wages, and Poverty following the End of the Multi-Fibre Arrangement. World Bank Publications.

Lucena, M. (1976a). A Evolução do Sistema Corporativo Português. I- O Salazarismo. Lisboa: Editora Perspectivas e Realidades, Artes Gráficas, lda.

Lucena, M. (1976b). A Evolução do Sistema Corporativo Português. II- O Marcelismo. Lisboa: Editora Perspectivas e Realidades, Artes Gráficas, lda.

Madureira, N. (2002). Temas da História de Portugal – A Economia dos Interesses – Portugal entre as Guerras. Livros Horizonte.

Marques, A., & Bairrada, M. (1982). As Classes Sociais na População Activa Portuguesa, 1950-70. *Análise Social*, XVIII(3º,4º.5º), 1279-1297.

Marques, H. M. (2007). O movimento sindical durante o Estado Novo: estado actual da investigação. *Revista da Faculdade de Letras do Porto: História*, Vol.8, 299-316.

Marques, T. S. (1988). Sistema produtivo industrial e território: um estudo da têxtil em Guimarães. *Revista da Faculdade de Letras: Geografia*, I série, vol. 4 (1988), p. 55-109.

Mateus, A. M. (2001). Economia Portuguesa - Crescimento no contexto Internacional (1910-1998), 2ed, Lisboa: Editorial Verbo.

Mendes, J. A. (2002). A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional in Mendes, J. A., & Fernandes, I. (2002). *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave.

Miranda, S. (1991). Portugal: O Círculo Vicioso da Dependência (1890-1939), Lisboa: Editorial Teorema.

Moita, L. (1985). Elementos para um balanço da descolonização portuguesa. *Revista Crítica De Ciências Sociais*, (15/16/17).

Mónica, F. (1982). A Formação da Classe Operária Portuguesa - Antologia da Imprensa Operária (1850-1934) (1ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Mónica, M. (1987). Capitalistas e Industriais (1870-1914). *Análise Social*, XXIII(5), 819-863.

Murteira, M. (1982). Ruptura e regulação da economia portuguesa nos anos 70. *Análise Social*, XVIII(3º,4º,5º), 1037-1051.

Neves, J. (1994). O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global. *Análise Social*, XXIX(128), 1005-1034

Nunes, A.B & Valério, N. (1997). História da Economia Contemporânea. Lisboa: Editorial Presença.

Olaio, N. (2002). A indústria têxtil em Santo Tirso in Mendes, J. A., & Fernandes, I. *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave

Patriarca, F. (1987). O Triângulo Corporativo. Acta e encenação de um despacho salarial (1946-47). *Análise Social*, XXIII(5), 905-944.

Patriarca, F. (1991). A Institucionalização corporativa - das associações de classe aos sindicatos nacionais. *Análise Social*, XXVI(1), 23-58.

Patriarca, F. (1994). A Regulamentação do Trabalho nos Primeiros Anos do Regime Corporativo. *Análise Social*, XXIX(4), 801-839.

Patriarca, F. (1995). A questão social no salazarismo, 1930-1947(Vol. 1). Imprensa nacional-Casada Moeda.

Patriarca, F. (2000). Sindicatos contra Salazar - A revolta do 18 de Janeiro de 1934 (1ª ed.). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Pereira, A. (2002). O operariado do Vale do Ave in Mendes, J. A., & Fernandes, I. *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave.

Pereira, J. (2011). Sindicalismo Revolucionário - A História de uma Idéa. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Pereira, V. (2002). Espaço, ruralidade e industrialização no Vale do Ave: notas para uma definição sintética das respectivas propriedades sociais. In Mendes, J. A., & Fernandes, I. *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave.

Pereira, V., et al. (2012). Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des) industrializado do Vale do Ave. Porto: Afrontamento.

Pinto, F. (2011). A integração de Portugal nas Comunidades Europeias (Tese de Mestrado). Faculdade Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Pires, A. (2014). Impacto económico da Grande Guerra em Portugal. Portugal 1914. Consultado a 5 de março de 2018, em <http://www.portugal1914.org/portal/pt/historia/a-guerra-1914-1918/item/485-impacto-economico-da-grande-guerra-em-portugal>

Ramos, R. (1988). Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, XXIV (103-104), 1067-1145.

Reis, J. (1984). O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913). *Análise Social*, 7-28.

Ribeiro, J.J.T. (1964). Reorganização da indústria têxtil algodoeira. *Boletim De Ciências Económicas*, XVIII. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Ribeiro, J.J.T. (1971). Interrogações ao Corporativismo Português. Edição do Autor.

Rocha, E. (1977). Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias. *Análise Social*, XIII(51), 593-617.

Rollo, M. (2010). A economia portuguesa no tempo da I República - Da implantação da República à I Guerra Mundial. Ordem dos Engenheiros. Consultado a 10 de março de 2018, em <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/a-economia-portuguesa-no-tempo-da-i-republica-da-implantacao-da-republica-a-i-guerra-mundial/>

Rollo, M. F. (1994). Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952). *Análise Social*, XXIX (12), 841-869.

Saldanha, E. (1930). Questões Nacionais: Colónias, Missões e Acto Colonial. Vila Nova de Famalicão: Minerva.

Silva, E. (2012). Actividade Económica, Emprego e Desemprego. In Pereira, V., et al. *Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des) industrializado do Vale do Ave*. Porto: Afrontamento.

Silva, M. (1982). Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-74). *Análise Social*, XVIII(3), 1077-1086.

Sousa, M. (1972). O Sindicalismo em Portugal (3ª ed.). Porto: Afrontamento.

Telo, A. J. (2007). História Contemporânea de Portugal – Do 25 de Abril à actualidade. I Volume, Lisboa: Editorial Presença

União Nacional. (1940). A Cartilha do Corporativismo. Lisboa: Edições União Nacional

Vilaverde, D. (2017). A Campanha Nacional de Educação de Adultos no Estado Novo: uma leitura dos debates parlamentares. *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 6.

Anexos

Análise Documental
Extratos do *Jornal de Santo Thyrso*
por ordem cronológica

1885

Cronologia

Extratos do *Jornal de Santo Thyrso*

22 de Janeiro Nº 142

<p>SANTO THYRSO, 21 DE JANEIRO</p> <p>A instrução e o trabalho</p> <p>E' do trabalho honrado e honesto que a sociedade tira os seus elementos de vida.</p> <p>Out'ora eram as batalhas, o saque e o incendio que ministraram ao homem as honras, a fidalguia e as grandes fortunas; hoje, mais felizes do que então, auferem os homens esses predicados, dedicando-se ao estudo e ao trabalho, e conquistam posições elevadas na sociedade no seio da paz e da tranquillidade publica.</p> <p>E' o progresso e a civilização que caminham; e decerto caminham sempre, se a luz da razão vier em nosso auxilio para nos encaminhar a um prospero e ridente futuro.</p> <p>A instrução e educação do povo são o mais seguro caminho para esse fim, e bom seria que os ares de familia se fossem convencendo, que não são só os que se dedicam á vida ecclesiastica e ao commercio que carecem de saber. Em qualquer officio ou occupação modesta se póde conseguir muita vantagem, sendo-se dotado da precisa intelligencia.</p> <p>Sirva de exemplo a cidade do Porto, que antes da criação do Instituto Industrial, não tinha se não operarios boques, que só podiam julgar-se machinas ambulantes; e depois de creada aquella bençoadá instituição, até nos serventes de pedreiro se tem vulgarizado os estudos só antes concedidos ás classes privilegiadas.</p> <p>Para os ricos não faltam escolas gratuitas em toda a parte; para os pobres até as escolas primarias escasseiam; quando estes são os que mais carecem do ensino, para se</p>	<p>desempenharem com regularidade dos deveres que a sua posição lhes impõe.</p> <p>Os institutos, ha algumas dezenas d'annos creados em Lisboa e Porto, já tem mostrado á evidencia a necessidade de se crearem outros identicos em mais algumas terras do reino; para que a instrução do operario se torne uma realidade.</p> <p>Todo o mundo conhece os inconvenientes que resultam da ignorancia do operario, e mais ainda da incompetencia do mestre.</p> <p>Os patrões aturam-nos por necessidade, para o que é de mais sumenos importancia; e as cousas de mais valor compram-nas no estrangeiro.</p> <p>Dois inconvenientes da maxima gravidade: primeiro desprezam a patria preferindo o que é estrangeiro; e segundo exporta-se um capital de que o paiz tanto carece.</p> <p>E d'estes dois nasce um terceiro, mais grave ainda, que é o dar lugar á emigração em grande escala, roubando-se á nação os braços que mais serviço lhe podiam prestar.</p> <p>Não se lembrarão d'isto as constituintes?</p> <p>Talvez prestassem maior serviço á patria do que gastando o tempo em deitar remendos n'uma carta que apesar d'escrita ha cincoenta e nove annos ainda não foi lida com attenção por nenhum governo, de tantos que tem havido.</p> <p>O trabalho e o operario não inspiram a taes senhores a menor attenção, trazendo por corollario estarem sempre as portas dos galopins rondadas por uma immensidade de foragidos que todos os dias caem nos empregos publicos, para viverem á custa do suor dos outros, como remuneração dos</p>	<p>grandes serviços que fizeram á patria em epocha d'eleições!</p> <p>Effeitos do suffragio universal e das eleições a vinho e cacete.</p>
<p>A tragedia de Andaluza</p> <p>(FRAGMENTOS)</p> <p>.....</p> <p>Aquella risonha Andaluza, a perola das Hespanhas, a sultana favorita dos arabes, verdadeiro jardim do sol, em cujo abençoado terreno desabrocham a um tempo as flores e as melodias, as mulheres formosas e os quadros encantadores, os toureiros intrepidos e os soldados heroicos, a Andaluza, a terra dos amores e das musicas, a donairsa provincia, cujo sol radiante accende uma chamma nos olhos de cada mulher, e põe um raio do seu calor vivificante em cada bago doirado dos cachos das uvas de Xerez, queima a um tempo docemente a tez das encantadoras morenas e vivamente o sangue dos esbeltos <i>majas</i>, cujo saudoso luar prateia com os seus scintillantes reflexos as aguas mormurantes do Guadalquivir e do Douro, e envolve n'um vago nimbo de melancolia os campos verdejantes onde rescendem os roseirões, e onde geme nas cordas voluptuosas da guitarra a namorada <i>malagueña</i>.</p> <p>A Andaluza em cujo solo brota como uma vegetação de marmore essa floresta de columnas que se chama a cathedral de Cordova, onde se ergue a Giralda sobre a tumultuosa Sevilla, e onde a pensativa Alhambra escuta nos gemidos das aguas correndo nas fontes dos seus pateos, como que o ultimo echo das despedidas sau-</p>		

9 de Julho Nº166

<p>Fabrica de Fiação do Rio Vizella—No vapor <i>Castilian</i></p> <p>que entrou na barra do Porto no dia 4 do corrente, veio para esta importantissima fabrica de fiação uma grande quantidade de machinismo.</p> <p>Como o trabalho diario do avultado numero de operarios não é sufficiente para que ella possa satisfazer aos muitos pedidos de algodão, que é considerado por todos, tanto n'este reino como no estrangeiro, em superioridade ao de quaesquer outros identicos estabelecimentos, tratam os seus directores de enriquecel-a com excellentes e modernos machinismos, e de estudar o meio mais conveniente da sua illuminação para poder funcçãoar de dia e de noite.</p> <p>E' um melhoramento importante para esta fabrica, que é a primeira do paiz e rivaliza com as primeiras do seu genero no ostrangeiro.</p>
--

27 de Agosto N°173

SANTO THYRSO, 26 DE AGOSTO

A industria nacional

As nações, como as famílias, estão sujeitas a certa ordem de successos, que, ora as elevam ao máximo grau de esplendor, ora as precipitam no maior dos abyssos.

Sem necessidade do exemplo estranho, cá o temos no nosso pequenino Portugal, que assombrou o mundo inteiro, quando no reinado de D. Manoel fazia tremular a bandeira das Quinas em todos os confins da terra; quando no reinado de D. João V seduzia o mundo com a abundancia do seu ouro, e quando no reinado de D. José fazia conter as nações grandes e ambiciosas em respeito, á face da palavra auctorizada e decisiva do seu ministro marquez de Pombal.

A par d'essas grandezas e prosperidades, lá lhe vem as horas de desgraça e decadencia, que também inspiraram aos outros sentimentos de commiserção.

Estas alternativas de fortuna e desgraça tem actuado de tal forma na industria nacional, que, ora a vemos prosperar e animar-se com novos elementos de vida, ora quasi rebaixar-se como para desaparecer de todo.

Os ultimos vinte annos, porem, da nossa existencia politica, é que tem dado á nação maior desenvolvimento fabril e industrial.

O districto do Porto, sem duvida o mais industrial do reino, tem augmentado o numero de fabricas,

a ponto de parecer arrojo e temeridade.

Não o é nem será, em quanto as estatisticas aduaneiras accusarem um movimento consideravel d'importação de productos que poderiamos fabricar no paiz, apesar de termos de comprar no estrangeiro o carvão e a maior parte das materias primas; e isto suppondo que a nossa impericia não dá lugar a que se exporte producto algum manufacturado no paiz.

Ha apenas em nós um defeito, que é necessario corrigir.

O territorio portuguez é sulcado por uma immensidade de rios; a sua corrente effectua-se por alveos mais ou menos accidentados, onde se effectuam quedas ou inclinações que representam uma força enorme; estão-se empregando as machinas de vapor em grande escala, onde poderiam com vantagem ser substituidas por motores hydraulicos, com a differença unica de serem applicaveis só fóra do Porto; mas não será isso uma grande vantagem a addicionar a estes? não será mais facil obter operarios mais honestos e trabalhadores nas aldeias do que no coração das cidades? Creemos facil a resposta.

No passado domingo foram arrematadas, por um dos primeiros industriais da cidade do Porto, as azenhas e açude do rio Ave fronteiras á quinta de Portos.

Oxalá que as destine a um grande estabelecimento fabril, que viria dar vida a esta terra. A fabrica da Vizella em S. Thomé de Ne-

grellos tem progredido consideravelmente, e progredirá, attenta a grande energia, aptidão e conhecimentos do seu intelligentissimo director; venha a de Santo Thyrsou ou de Portos, que ainda tem logar amplo para existir com vantagem. Alguns contos de reis poupados em carvão já é um lucro que deve animar os interessados.

Que todos se compenstrem das grandes vantagens d'un tal estabelecimento, e que lhe não ponham embaraços, para que em breve o concelho de Santo Thyrsou possa ufanar-se de possuir dentro dos seus limites mais esse foco de actividade humana, e o que ardentemente desejamos.

Programma

Para a conferencia pedagogica, que se tem de realizar em outubro do corrente anno, na sede d'este cireno escolar, em Pombal.

PRIMEIRA PARTE**1.º**

Methodologia—Principaes methodos em geral, modos e processos d'ensino.

2.º

Museus escolares—Meios praticos de os organizar em cada localidade.

3.º

Bibliotecas infantis—Sua necessidade e importancia. Quaes são os livros que de preferencia devem fazer parte d'estas bibliotecas.

Educação da mulher—Consequencias da educação feminina.

SEGUNDA PARTE

Tres lições praticas, dadas a uma classe de 6 ou 8 alumnos sobre as regulas disciplinaes:

- 1.º Lettura.
- 2.º Aritmetica.
- 3.º Grammatica.

Segundo o art.º 231.º do regulamento de 28 de julho de 1881 é absolutamente

17 de Setembro N°176

SANTO THYRSO, 16 DE SETEMBRO

A villa de Santo Thyrsou

Sen furos d'antiguidade, nem monumentos de valor antistico que a recommendem, a não ser o sumptuoso mosteiro beneditino, a villa de Santo Thyrsou atravessou muitos seculos, não como villa, mas como simples dependencia do mosteiro e dos frades.

O estabelecimento do governo constitucional fez passar esta povoação por uma transformação completa: os frades foram expulsos do mosteiro; este passou a ser propriedade particular, e o templo a ser a egreja parochial da povoação.

Foi elevada á cathedra de villa, a cabeça de concelho e de comarca, e finalmente foram-lhe concedidos todos os privilegios tendentes a desenvolver a sua prosperidade.

Nada d'isso, porém, foi bastante para promover aqui o progresso material, apesar da boa vontade d'alguns homens, que tem estado á testa da sua administração local.

A mudança de possuidor das dependencias do mosteiro, deu lugar a consideraveis melhoramentos; e a villa tem augmentado progressivamente, podendo já considerar-se talvez a mais pitoresca e aprazivel villa do Minho.

Hade, porém paralisar esse progresso, por duas razões muito simples: os povos augmentam, progredem e prosperam, auxiliados pela industria e pelo commercio; e Santo Thyrsou não tem commercio nem industria.

O commercio limita-se á compra e venda d'alguns generos de primeira necessidade, para consu-

mo local; e a industria na villa é completamente nulla.

São estas as duas causas do nosso atraso, e que hão de produzir todos os attritos possiveis, para embaraçar o desenvolvimento da riqueza local.

Não faltam individuos possuidores de fortunas regulares, que vivem do rendimento de suas propriedades e dos juros de capitales empregados em fundos publicos.

E' uma vida commoda, mas inutil para a sociedade.

Se querem o augmento da sua terra, estudem o meio de melhorar os processos agricolas; pois que só d'ahi poderiamos auferir incalculaveis riquezas, pela exportação do que tivessemos em excesso; estudem o melhor meio d'empregar a força collosal perdida no alveo do rio Ave, que atrahiria a estas paragens uma vida e um movimento desusados entre nós, no que todos lucraríamos.

E depois de tudo bem estudado, ponham em pratica as suas ideias; e assim terão dado as maiores provas de patriotismo que podem dar-se em beneficio d'un povo; os seus nomes passarão á posteridade, e serão pronunciados com respeito e veneração pelos nossos vindouros.

Litteratura**UM RAPTO**

(Ao meu prezado amigo ex.ºm de.º Adolpho de Matos, illustrado juiz de direito)

I

Um dia eu passava ao azar, distraído junto a um jardim pequenino e florido. No meio do jardim, por outro a ramagem, alvejara uma ermidão alegre como um pagão. Dali celine da ventura, (eyrotois magiques) pareciam guardal-a, imponentes e cielos. Fuz-me a contemplar esse quadro atheralmo: nas regatas do ether rolava-me a minha. De repente em snelli ferir-me a rotina

6 de Maio N°209

SANTO THYRSO, 5 DE MAIO

A agricultura

Tudo tende a caminhar, são para uma completa perfectibilidade, ao menos para o maximo da perfeição.

O commercio desenvolve-se d'un modo admiravel, e quasi se pôde dizer que já não existe um unico cantinho do globo, onde elle não esteja estabelecido.

A industria de mãos dadas com elle, caminha egualmente por toda a parte, e se um dia a produção excede o consumo, levanta-se um brado unisono, e todas as intelligencias se empregam no estado dos processos para immediatamente se remediar o mal.

A agricultura, e só a agricultura, que deveria ser a primeira das questões sociaes a resolver, fica estacionaria, sem inspirar o menor cuidado a ninguém.

O lavrador portuguez é sempre considerado como o cidadão mais inutil e desprezivel de todas as classes da sociedade, embora todos conheçam que é d'elle que depende a vida dos povos, e sem a sua existencia, o commercio, a industria, e ainda os maiores capitales seriam inuteis; pois que faltando quem arranque do solo da terra os productos que ella fornece para nosso alimento, nada seríamos dentro em pouco.

Para tudo se empregam os vastissimos recursos da sciencia, para a agricultura, que é de todas as industrias a que maior e mais vasto campo offerece, nada.

Pois o pobre lavrador ou proprietario rural, aguilhoado pela necessidade traballia dia e noite na sua senda rotineira, e chega ao fim do anno, vê desaparecer-lhe todo o fructo do seu traballho, que mal chegou para sustento da familia,

e pagamento dos seus encargos. As contribuições sempre crescentes, acabrunham-n'o, e cada hora e instante lhe trazem á edeia a sua futura desgraça; e o governo cego pelo esplendor do fastigio do poder nada vê.

Subsidia-se tanta gente para ir ao estrangeiro concluir os estudos de bellas artes, a tatica da guerra, e a sciencia da lavoura, que lá fóra tem feito progressos immensos, nunca ninguém se lembrou de a mandar estudar.

E' fado nosso; nem escolas agricolas, nem estudo nem auxilio de qualidade alguma, para a unica coisa que nos promettia grandes vantagens futuras, e grandes larguezas, cabanjamientos, desperdícios e escandalos para o que nem a menor vantagem geral offerece.

Ainda alguma esperança se poderia depositar em quem tanto se esfolou pregando economias, mas a pratica tem demonstrado o que esses campeões das publicas liberdades e das economias queriam: cem contos para festas; mais vinte para augmento d'ordenado ao príncipe; mais treze contos para sustento d'un estadista julgado inutil para o traballo; mais... etc. que seria um nunca acabar, e a agricultura gema e pague, ou por outra: pague e não bufe, porque, assim o mandam os regulos do poder.

A integridade do districto

O nosso prezado collega *Commercio de Guimarães* publicou no seu ultimo numero um artigo muito sensato sobre a integridade do districto do Braga, que em seguida transcrevemos:

A questão vizarranca, quando não produz nada, produz pelo menos a escuridão do espirito publico do paiz para a solu-

1888 1890

19 de Abril Nº311

form nomeadas não é concedido o direito d'apontamento. Não tem commentario. Querem boas empregadas? retiram-lhes as garantias.

Com que magoa não há de olhar para o futuro aquelles a quem este paragrapho estrangeiro as empregadas de vellos senhores?

Porque se castiga quem tem quarenta e cinco annos? E assim que se recompensa quem, pela ter- rinta ou mais annos de servico, mas que pela fatalidade do dia 31 de julho de 1886, temo também mais de quarenta e cinco annos de idade? Já é despropositado o ser-se velho?

Retrospectamos aos tempos em que se lucrava os vellos das estradas como latices. E os serviços prestados ao Estado?

Ali o colpe de guerra abertis, cheio de ouro e de honra?

E a honra? e a dignidade? e o bom nome?

.....

E a fumaça?

.....

A viação publicos

A segunda metade d'este século ha de ficar assignalada nos annos da historia patria pelo grande desenvolvimento que tem tido a construção das estradas, quer canchais de ferro ligando os grandes centros consumidores e de população, quer estradas de rodagem que se cruzam em todos os sentidos.

E certo que para se esplanar entre nós este inextinguivel melhoramento nas condições do viver dos povos, se tem feito um sacrificio bem superior ás nossas forças, sobrecarregando-nos com uma dívida que já mais se saldará; mas é certo também que esse sacrificio pesadissimo tem resultado em largas beneficias, que augmenta- rão progressivamente a riqueza particular.

Fita ha muitos annos que esta villa era uma lousa indigificante, escuruchado ao mosteiro benedictino, que littera e em um alto alente.

Quem quizesse ir ao Porto, a Braga ou Guimarães iria por caminhos escuruchos e de difficilissimo transito n'uma littera, sendo rico se ficasse em um macho, sendo remediado, e a pé, de trez ou de costas se era pobre, e gastaria dias, incómodos e grandes sommas se viajem.

Veio uma estrada a mondan- se que reduziu os dias de viagem a algumas horas, e as despesas de viagem a uma diminuta quantia; e veio uma canchala de ferro que abia da supplanção aquelle já mórte beneficio.

Santo Thyrsio tem progredido assombrosamente; graças á dedi- cação, elle e sua vontade d'alguns dos seus mais illustres fillos. Tem acompanhado regularmente o progresso, e não tem tido fadado o apio para lhe accellerar o movi- mento.

Está, porren, bem longe ainda, de fim a que deva minar.

O conselho de Santo Thyrsio é essencialmente direito, e quasi da lavra tira os seus elementos de vida. Respinchos são elles in- variavel, porque as terras causa- das por se ter abrigado a produ- ção constantemente e ha muitos seculos os nossos generos, estão esgotados, e só á custa de muito trabalho e despesa produzem al- guma coisa.

Lançar n'isto d'outro recurso que visase auxiliar-nos, melhora- do a sorte do trabalhador e a for- tuna do capitalista, devia ser o as- sumpto mais digno de prender a attenção publico.

Já se temos um exemplo em S. Thomé de Negrelli está um esta- belecimento fabril, que não chega a ocupar quatro hectares de ter-reno, e d'ali se sustentam pelo trabalho muito de seis centas pes- soas, e ali estão empregados gran- des capitães, que proporcionam a seus donos uma larga remunera- ção.

E o terreno alougado onde as- senta aquella esta instituição, não se estarella cunhada progressi- vamente a augmentar do produ- ção.

Por ventura o movimento, a vi- da, a alma da fabrica de S. Thomé, que são as agas do rio Vi- sella, perderiam a sua força com o esmagamento pelo movimento que empurrariam as espumas tur- bidas d'aquella fabrica?

Por certo, que não. Antes arri- gadas com a junção do rio Ave, podiam duplicar de força, e serem um manancial de riqueza para esta terra.

Não temos progredido em me- llhoramentos, como dissemos a d' sabido, alguns dos quaes podiam causar inveja ás terras da penín- sula ocidental; mas não devemos con- tinuar a olhar apenas com os olhos da poesia as agas do pacifico Ave que doia a nossa pé.

Não é necessario que nos pa- gemos o seu tributo, antes de des- cermos ao seu destino.

Mais uma fabrica no país não é mais, porque os artefactos que importamos do estrangeiro ainda são d'um grande valor, e os capi- taes que representam a sua man- pulação tornam-se-lhe mais ricos, se ficarem entre nós.

Pensar n'isto a intelligencia e o dinheiro e termos conseguido a nossa fin.

.....

O ENCHENDO no THEATRO BAQUET

xxx

Anda hoje continuo com as mi- lhas apreciações sobre a petrona catástrofe do teatro Baquet.

Como já sabem os meus caros leitores, o fogo rebentou por volta da 1 hora da madrugada do dia 21 de março,—o meu fatal—quan- do n'aquella casa de espectáculos se representava a *Gras-Fin*.

En, o imprevisto rebento das chubadas de tão perniciosa locustea

30 de Janeiro Nº404

ra, o que somos hoje, é a que que- remos reduzir-nos, se não tivermos o tino e o preciso patriotismo, pa- ra arrastar com o perigo que de- tinto perto nos ameaça.

Mas como ensinar tudo isto, no estado em que se acham as nossas escolas?

Nem uma carta geographica on- de se apontem claramente as pos- sessões que ainda nos pertencem, as que nos foram arrebatadas, e o caminho seguido pelos nossos im- mortaes navegadores; nem com- pendios laratos e claros, onde nas suas doutrinas a mocidade encon- tre tudo quanto deve saber; nada, finalmente, que possa illucidar os alumnos e curiosos, nem auxiliar os professores na sua espinhosa tarefa!

Seria bom que começássemos por ali.

O nosso patriotismo patenteou- se bem claro n'este malfadado in- cidente.

Urge acompanhar este movi- mento favoravel da nossa regene- ração, ensinando ao povo o que elle mais carece de saber, forne- cendo-lhe os meios indispensaveis, para que elle com pouco custo e sacrificio possa abraçar esses san- tos conhecimentos de que tanto necessita.

.....

O mais efficaz e o mais proveitoso dos desaggravos

A cessação de nossas relações commerciaes com a Inglaterra é a mais patriótica de todas as resolu- ções ou alvitraes até agora sugges- tidos para nos desaggravarmos da humilhante e barbara affronta que essa nação, que se dizia a nossa filia, traçoceiramente nos in- flingiu.

Dois fins importantes alcança aquella resolução: o primeiro, en- fraquecer o commercio e a nave- gação da Inglaterra, elementos es- senciaes de seu poder e riqueza; o

segundo, levantar a nossa industria e a nossa navegação, sacrificadas aos interesses britannicos. A resta- ração e o desenvolvimento da in- dustria e das navegações portugue- zas, depois de varias tentativas pouco fructuosas, pôde ser hoje e deve ser amanhã uma realidade.

E aqui temos confirmado o nos- so proverbio que diz: «Ha males que vem por bens». Assim é. Da affronta que recebemos da Ingla- terra veio a ideia de nos emanci- parmos inteiramente d'ella, cortan- do as nossas relações commerciaes. Esta emancipação era uma neces- sidade imperiosa de nossa vida eco- nomica, porque não podiamos dar largas á nossa produção agricola e manufactura, e porque não po- diamos dar trabalho ao nosso po- vo,—enquanto opprimidos com as importações britannicas.

Na *Estatistica de Portugal*, res- pectiva ao anno de 1886, vemos que os principaes artigos importa- dos da Inglaterra representam uma oppressão feita no exercicio de nos- sa actividade, de nossas aptidões e de nossas industrias maritimas, agricolas e manufactoras. As *Es- tatisticas*, anterior e posterior, as- signalam os mesmos factos, como é facil de verificar. Nós tomamos as indicações da *Estatistica* de 1886, como um *meio termo*, e ellas di- zem o seguinte dos artigos princi- paes:

	Reis
Algodão.....	2.727:753\$000
Pescarias.....	1.287:075\$000
Mineraes.....	1.735:785\$000
Metaes (excepto moeda).....	1:243:776\$000
Generos colo- niaes.....	1.040:766\$000
Manufacturas di- versas.....	786:076\$000
Lã e pellos.....	590:637\$000
Farinaceos.....	517:251\$000
Linho.....	317:119\$000

A Inglaterra não produz algo-

dão, vai buscar-o á America, ao Egypto e ás Indias orientaes. Em suas fabricas o prepara e toca, pro- duzindo diversos artefactos que ex- porta para todos os mercados on- de pôde introduzi-los. O que faz a Inglaterra já em parte fazemos: mas podemos fazel-o na totalidade com grande proveito de nossas manufacturas e de nossa navega- ção. Excusamos, pois, de dar lhe os lucros da fabricação e dos trans- portes.

Com maior razão ainda nos dis- pensaremos de dar á Inglaterra 1:300 contos de pescarias (baca- lha). Nós fomos os primeiros que estabelecemos estas pescarias na Terra Nova e marea do norte. Abandonamol-as por causa de nos- sas descobertas e conquistas, que chamavam os nossos marinheiros para outras paragens. Este movi- mento cessou e com elle declinou a navegação portugueza. Restau- remol-o agora e com isso fãremos uma grande serviço á industria da construção naval, á da pesca e á navegação, ficando-nos dentro do paiz os 1:300 contos, com os quaes se alimentam outras industrias e se dá occupação a muitos braços portuguezes.

Metaes e mineraes temos em abundancia no paiz, e não falta o carrão de pedra. Recordem-se os esquecidos de que temos minas que lavravamos antigamente, quer por conta de particulares, quer por conta do estado. Pois restaure-se a laboração d'essas minas e os 3:000 contos, que davamos á In- glaterra, ficarão no paiz a dar vi- da a muitas localidades, animação a varias industrias e trabalho a muitos braços. Em Ferreira do Ze- zere, em Figueiró dos Vinhos e em outros pontos do reino, temos excellentes ferro. Ali estão os re- latorios do fallecido engenheiro Carlos Ribeiro a affirmal-o.

Quanto aos generos coloniaes que a Inglaterra nos envia, chã

assucar e arroz,—nós temol-os em nossas colonias, ou podemos pro- duzi-los no reino, (assucar e ar- roz). Todavia sujeitamo-nos a pa- gar á Inglaterra, a nossa boa ali- aliada, os lucros do commercio e da recovagem, que bem podiam ter ficado no paiz, a beneficio do seu commercio e de sua navega- ção. O mesmo dissemos em rela- ção aos farinaceos que a Inglaterra truz da America, da India e da Australia para nos vender.

Da importação das lãs e linhos inglezes, também não precisamos. E muito ganharemos em nos ser- virmos das lãs e linhos produzidos em Portugal, remodelando as leis antigas que tinham por objecto desenvolver a cultura d'estes ge- neros e as industrias respectivas. Os 900 ou 1:000 contos que re- presentam os valores d'estes ge- neros, em vez de entrarem nas al- gibearas dos negociantes e arma- dores inglezes, ficarão nas algi- beiras dos portuguezes a augmentar a riqueza nacional.

O augmento da riqueza nacio- nal, e portanto a nossa futura gran- deza, força e prosperidade,—hão de necessariamente resultar da sus- tentação firme e perseverante da resolução tomada já por muitos negociantes e industrias de nada mais importar da Inglaterra, aco- mpanhada de seu indispensavel com- plemento, que é favorecer, impul- sar e activar a produção agricola e manufactura de Portugal, a par da marinha mercante. O tra- balho nacional, em todo onde elle poder ser utilmente empregado, deve ser substituido ao trabalho estrangeiro.

Esta é a verdadeira norma do engrandecimento das nações, apre- gada pelos homons de Manches- ter, quando, em 1883, pediam que se impozessem direitos compensa- dores a todas as mercadorias im- portadas do estrangeiro, que a In- glaterra produzia. Na celebre ca-

mara de commercio de Manches- ter, que se impõe ao governo in- glez, dizia n'esse anno um de seus membros, o sur. Nibbert, o se- guinte:

«A riqueza de uma nação resi- de no trabalho de seu povo; o tra- fico mais importante e mais lucra- tivo é o trafico interno.»

E' uma boa lição. Aproveite- mol-a em nosso beneficio e contra os proprios que nol-a offerecem.

Da «*Hygeia*».

D. JOSÉ DE ALARCÃO.

15 de Maio N°419

SANTO THYRSO, 15 DE MAIO

E o que se não diz?

Pelo que diz o nobre ministro da fazenda, no relatório que apresentou em côrtes, no anno da graça de 1890, teremos um deficit de 3:407 contos, visto as receitas, (numeros redondos) não poderem exceder a 39:676, e ser indispensavel fazer a despesa de 43:083 contos.

Nas verbas de despesa entra uma, a principal, de 18:053 contos que tem de ser applicada ao pagamento de juros da dívida publica, que vai attingindo a somma fabulosa de 360:000 contos.

Ora quem deve semelhante quantia, que lha absorve já metade de todas as receitas, e se empenha annualmente em 3:407 contos, pelo que se diz, que esperança pôde ter no futuro?

Poderá contar com o augmento das receitas? mas onde lha de ir buscar-as? A industria não, porque ainda está longe de poder competir com as similares estrangeiras; ao commercio menos, porque está na maior parte em mãos extranheiras; á agricultura peor ainda porque o lavrador, boçal, desprotegido e ameaçado por toda a sorte de vicissitudes, para onde quer que olhe, não vê mais que miséria e penuria, que quasi lha não vale a pena cultivar as terras.

Só na redução das despesas se poderia alcançar algum alivio e esperança; mas isso é que nenhum governo constitucional portuguez nunca tentou. Os nichos para os grandes e afilhados são innumeraveis, e de tal forma que só os empregados que não trabalham absorvem o melhor dos rendimentos

publicos, deixando pessimamente remuneradas as classes mais prestantes da sociedade.

Ora isto é a avaliar pelo que se diz; mas com certeza o melhor fica por dizer, e por isso o nosso estado financeiro é dos mais alarmantes, e talvez seja essa a razão porque lord Salisbury, attendendo á nossa ineptia, vai tratando de estudar o meio de nos expropriar, por utilidade politica, os nossos vastissimos territorios d'além-mar, e vai-se rindo dos nossos protestos.

Oxalá que nos enganemos, e que tenhamos de registar em breve o contrario do que se nos affigura hoje; mas o exemplo de muitos annos tem-nos provado á evidencia que pouco ou nada se pôde esperar, porque o templo da moralidade e da justiça, passou á historia entre nós.

Imposto sobre os cães

Mais uma camara, impellida por sentimentos humanitarios, acaba de lançar imposto sobre os cães, adoptando ao mesmo tempo providencias preventivas para que os cães damnados não façam estragos, e providenciando tambem para obstar que as nossas cadelas não estejam á disposição da canzoada, para cravar n'ellas os dentes como se fossem propriedade sua. A camara a que nos referimos é a da cidade de Braga, que fez uma postura, seguindo o louvavel procedimento da camara do Porto e de tantas outras que toem tributado os cães.

Para a referida postura, que em seguida transcreveremos, chamamos a attenção da ill.^{ma} camara d'este concelho, a fim de que a actual

12 de Junho N°423

SANTO THYRSO, 12 DE JUNHO

A industria

Não é este concelho dos mais pobres do país, pois entre os seus moradores ha capitalistas e proprietarios de primeira ordem; o que porém, se nota é a completa indifferença que ha pelo desenvolvimento industrial, que nunca ninguém se lembrou fomentar, podendo francamente dizer-se que é nulla entre nós toda a vida industrial, abstrahindo apenas a grande fabrica de filação do Vizella, uma das primeiras do país, ha muito estabelecida em S. Thomé do Negrellos por alguns capitalistas do Porto.

O rio Ave, onde se poderiam aproveitar alguns milhões de cavallos de força, em mãos mais baratas do que as nossas, poderia ser um manancial de riqueza. A nós, porém, de nada nos serve: o unico proveito que d'elle se tirava na moagem dos cereaes, foi-nos arrebatado pela concorrência que nos fizeram com as machinas de vapor estabelecidas no Porto, Lisboa e America do Norte.

Ora importando esses machinismos muito dinheiro, e sendo egualmente carissima a força motora produzida pelo carvão, porque os nossos capitalistas não tentam uma ou mais empresas, onde com mais segurança e mais vantagem podessem empregar os seus haveres?

Preferem os papeis de credito, d'onde recebem os juros sem trabalho.

O resultado immediato é a emigração dos braços mais robustos, e a pobreza geral. E elles, se lucram, (se lucro pôde chamar-se uma vida indolente) mais tarde, e

talvez não longo, soffrerão a decepção de verem os seus papeis depreciados, porque os recursos esgotam-se, e onde não ha... E depois emigrarão tambem, e irão trabalhar para viver.

Era tempo ainda de meditar e estudar o meio de engrandecer esta terra; surja a iniciativa, que não falta onde a actividade se possa empregar vantajosamente: poderia a freguezia d'Arcas com o manancial d'aguas sulphureas que possui tornar-se tão importante como Vizella; poderiam as freguezias limitrophas do rio Ave tornar-se um nucleo industrial de primeira ordem, e poderia esta villa tornar-se a mais importante do reino, porque seria o coração d'um corpo novo, onde não faltaria sangue para o vigorar.

Pensem bem n'isto os homens de fortuna e intelligencia, e em breve se convencerão das verdades que deixamos expostas.

Sala das perolas

O TUMULO DE CAMÕES

A sombra das ardeas magestosas sob a lagum do ignoto monumento: ou talvez (negra Idéia!) as cinzas d'elle dispersas pelo minado as traga o vento...

O Homem portuguez faz esquecido sob a lagum do ignoto monumento: ou talvez (negra Idéia!) as cinzas d'elle dispersas pelo minado as traga o vento...

Mas quando além, entre as revoltas ondas, passa o estrangeiro no balcoz errante, não exclama ao passar:—Aquellas praias são de Camões o tumulo gigante!—

GUILLERME BRAGA.

Noticiario geral

Novo dia santo

Pelos prelados portuguezes, foi

9 de Outubro N°440

União monetaria

Consta que chegarão brevemente a bom termo as negociações entabuladas entre a Hespanha e a França, para uma união monetaria. As bases da negociação assentam na acceitação reciproca das moedas de ouro de 20 francos e 20 pesetas, permutando-se como equivalentes nos dois paizes. É enorme a importancia commercial d'estas convenções monetarias.

Observa um collega que seria para desejar que Portugal entrasse em convenções d'esta natureza, sobre tudo no presente, em que nos podemos vêr assoberbados de um dia para o outro, por uma crise metallica, que poderia ser ou conjurada ou attenuada d'aquella forma.

O rude proletario, que distilla

Teria cerebro; mas, tacinho nas suas manifestações, alli só existe o instinto animal que procura unicamente satisfazer os appetites da *besta*, sem consciencia e sem dever, sem honra e sem brio, porque

mão dedicada, dispor o homem a comprehender a sua missão, qual a de ligar o seu destino ao da mulher, ennobreando e seguindo os dictames do código do affecto e do bem, é temperar e retemperar

O comprimento do barco é de 12 metros e a largura de tres. O ministro da guerra recompensou o invento com uma medalha d'ouro e deu ordem para fornecer cada esquadro de cossacos com dois d'estes barcos.

bicionamos que as crianças
provoquem voluntariamen-

Respeitado por todos os que se honravam com a sua convivência, soube até a

1920

27 de Maio Nº4

Capellão da Fabrica

Ha dias fomos surpreendi-
dos com a noticia da nome-
ação do nosso amigo, rev. Au-
gusto Gonçalo, para capellão
da fabrica de Fiação e Tecidos,
d'esta villa.

Eis um cargo, com cuja crea-
ção concordamos plenamente,
pois da acção de quem o exer-
ce póde resultar um grande
bem social, como já está com-
provado pela experiencia de
longos annos n'outros centros
fabris. Entre nós conhecemos
o exemplo da fabrica de Cam-
pello, onde um capellão illu-
trado e intelligente tem desen-
volvido uma acção altamente
benemerita e proficua, resan-
tando toda em bem do opera-
riado.

No estrangeiro, principal-
mente em França e Belgica, não
constitue isto uma novidade,
mas um facto vulgarissimo,
porque depressa se conhece-
ram os seus effeitos, relativos
quer á produção, quer á mo-
ralisação e economia dos ope-
rarios.

E, pois, d'applaudir a ini-
ciativa da direcção da fabrica
de Santo Thyrsó, tanto mais
que o novo capellão tem, como
uma das suas obrigações, o vi-
sitar a fabrica para prestar os
seus serviços, quando sejam
necessarios.

Regostamo-nos tambem pe-
la escolha da pessoa que vai
exercer o novo cargo, não só
pela boa e intima amizade que
nos liga, mas tambem porque
o nomeado tem predicados e
qualidades de sobejo para d'e-
le bem se desempenhar.

Esta nomeação é um reco-
nhecimento dos seus mercei-
mentos, pelo que o cumpri-
mentamos com viva effusão,
endereçando-lhe os nossos pa-
rabens.

A illustre direcção da fa-
brica, que tambem conhece as
necessidades moraes do pre-
sente momento, enviamos os
nossos cumprimentos pela sua
rasgada iniciativa.

Enquanto não houver ca-
pella propria, os actos do ofi-
cio serão exercidos na capella
do Senhor dos Passos, a não
ser que a necessidade obrigue
a mudança para a igreja ma-
triz.

Estes actos começarão de
exercer-se na proxima quinta-
feira, dia do Corpo de Deus.

21 de Outubro Nº25

INSTRUIR!

Começou já o novo anno
escolar, funcionam já as
aulas de instrucção prima-
ria.

Entendemos não dever
deixar passar o facto sem
lhe consagramos duas sin-
gelas palavras de attenção,
e sem encarecer, mais uma
vez, a necessidade de comba-
ter o analfabetismo — uma
das maiores vergonhas do
nosso paiz, a principal cau-
sa do nosso atraso em qua-
si todos os campos e um
dos factores que mais con-
tribuem para o desprezo que
os portuguezes e os t u n a m
votar aos seus deveres civi-
cos.

Na verdade, a falta de
cultura n'um povo consti-
tue um terrono propicio ás
influencias mais perniciosas,
e um embaraço ao cami-
nhar das innovações mais
progressivas.

E a rotina a atrofiar ini-
ciativas; é a credulida-
de saloia a abrigar quantas
phantasias do mal intencio-
nadas se lembrem de archi-
tectar; é o escólio onde
vão chocar os melhores im-
pulsos de revigoramento na-
cional.

Diffundir, pois, o ensino,
combater a outrance essa
legião negra dos 75 por cen-
to de analfabetos que o
nosso paiz contém — eis uma
obra urgente a realizar; eis
uma cruzada de luz que é
necessario emprender quan-
to antes!

Instruamos, por conse-
guinte, sem nos esquecer-
mos de moralisar ao mesmo
tempo; e praticaremos um
acto de patriotismo, de hu-
manidade e de civilisação,
porque concorreremos para
o engrandecimento e presti-
gio de Portugal, para o bem-
estar de todos os cidadãos,
para o aperfeiçoamento, en-
fim, da sociedade.

«Destruí a cavidade Igno-
rancia, e tereis destruido a
toupeira crime!» — exclama-
va Victor Hugo. — A Igno-
rancia, misturada na massa
humana, ennegrece-a. Esta
incuravel negra apode-

ra-se do infinito do homem
e transforma-se alli em Mal-
dade. Eis porque gritamos:
Ensino! sciencia! Ensinar a
lêr é accender lume; tola a
syllaba solettrada lança fais-
cas.»

Não se esqueçam d'estas
palavras auctorizadas aquel-
les que tem filhos, mandan-
do-os á escola, conceden-
do-lhes o pão do espirito —
tão preciso como o alimen-
to do corpo — enriquecen-
do-os com o maior bem que
os tempos modernos conhe-
cem.

Não se esqueçam tambem
d'essas palavras os profes-
sores, lembrando-se de que
ás suas mãos escrupulosas
são confiadas almas tenras,
malleaveis como a cera, de-
licadas como os lyrios. Faz-
er d'essas mentes obscu-
ras firmamentos constella-
dos; cultivar essas conscien-
cias ingenuas, como o humus
rico e fértil dos alegreiros;
transformar essas crianças
rosadas e frescas em cida-
dãos dignos, respeitadores
dos seus deveres, prestaveis
á Patria e á sociedade — tal
deve ser a sua missão bem-
dita!

Por seu lado, os Gover-
nos que tratam de pôr de
parte, um pouco mais, o pa-
rtidarismo sectario e os es-
banjamentos de compadrio,
para applicarem antes o di-
nheiro do thesouro publico
no desenvolvimento da In-
strução e na protecção ás
classes pobres.

Porque, com effeito, veri-
fica-se que, devido á mise-
ria que por toda a parte
existe, os paes não podem
comprar livros para os fi-
lhos, não os podem trazer
sufficientemente limpos pa-
ra os mandar á escola, não
podem, mesmo, dispensar
os seus pequeninos servi-
ços domesticos.

D'aqui se conclue que o
problema precisa de ser re-
sollido com o concurso de
todos.

Alliemo-nos, portanto, em
redor, sequer, d'esta divisa
luminosa: — Instruir!

4 de Novembro Nº27

Fabrica de Negrellos

Na ultima quinta-feira de ma-
nhã, os operarios da importan-
te fabrica de Fiação e Tecidos
Rio Vizella esboçaram um mo-
vimento grevista como exigen-
cia de augmento de salario.

Chegaram a abandonar as
officinas; mas, devido á intel-
ligente intervenção de quem
superintende na referida Fa-
brica, retomaram o trabalho,
pouco depois.

Todavia, os operarios da
«Nova Tecelagem» manteve-
ram-se de braços cruzados du-
rante todo o dia, junto dos
teares.

Participado o caso ás aucto-
ridades d'este concelho, seguiu
imediatamente para Negrel-
los uma força da Guarda Re-
publicana aquartelada n'esta
villa, a fim de manter a ordem,
retirando, porém, na sexta-fei-
ra, em virtude da normalidade
ter sido restabelecida.

Os operarios aguardam a
chegada do sr. Conde de Vi-
zella, que se encontra no es-
trangeiro e que é o socio prin-
cipal da fabrica citada, para,
então, renovarem as suas re-
clamações.

Bom será que se encontre
um entendimento que ás duas
partes contente, dentro do que
fôr razoavel e justo, no intuito
de evitar conflictos que a to-
dos prejudicarão e que virão
contribuir, sem duvida, para
o aggravamento da vida, já tão
exacerbada.

1926

28 de Janeiro Nº39

INFORMAÇÃO AGRÍCOLA do mês de Dezembro de 1925

Divisão de Estatística Agrícola

O tempo, favoravel á execu-
ção dos diferentes serviços agri-
colas e ás culturas, no mês de
Novembro, tornou-se prejudicial
em Dezembro já pelas chuvas in-
tensas e prolongadas, já pela ven-
tania que muito prejudicou, so-
bretudo os olivais. Os serviços
proprijs da epoca foram tam-
bem influenciados pela intempe-
rie, pois muitos tiveram de ser
interrompidos e adiados. Nas ter-
ras baixas, onde as aguas prove-
nientes das cheias e das enxur-
radas se demoraram, as sementei-
ras foram mais damnificadas,
obrigando os lavradores, em al-
guns concelhos do Alentejo e
Ribatejo, a proceder a novas se-
menteiras.

A quantidade de chuva caída
oscilou dentro de limites muito
ampos: 446^{mm},9, na Guarda;
130^{mm}, em Faro; e 133^{mm},1 em
Beja, etc.

Os salarios continuam aproxi-
madamente equivalentes aos do
mês de Novembro, notando-se
uma pequena tendencia para bai-
zar devido á inconstancia do
tempo.

	Homens	Mulheres
Aveiro	8341	4532
Beja	7370	3650
Braga	7350	4530
Bragança	8303	3883
Castelo Branco	6327	2895
Coimbra	8524	4515
Evora	7358	3665
Faro	7328	3602
Guarda	7311	3643
Leiria	8303	4300
Lisboa	9550	4562
Portalegre	6390	3617
Porto	8335	4544
Santarem	7372	4510
Viana do Castelo	9320	6310
Vila Real	8314	4519
Vizcu	7373	3631

31 de Dezembro Nº31

8 de Fevereiro Nº37

12 de Fevereiro Nº42

PELO CONCELHO

Aves, 29 - 12 - 1931.

Um punhado de notícias

A «Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela» mais uma vez mostrou — e agora com eloquência insofismável — o carinho e interesse que tem para com todo o seu pessoal.

A «consoada» deste ano aos seus 3.000 operários é um dos actos mais nobres e significativo da sua já longa vida.

Os ex.^{mos} ares. Conde de Vizela e Horta e Costa souberam paten-tear que tem uma grande alma. Provaram bem que não os preocupa menos o bem estar dos seus assalariados que a prosperidade da sua indústria.

Com gestos assim a questão social resolve-se sem conflitos e o braço não pode deixar de ser grato ao capital.

A todos os operários da importantíssima empresa, incluindo pedreiros, carpinteiros e troilhas, foi dado um bom cobertor. Aos afiadores e mestres uma notinha de 100 escudos e aos empregados de mensalidade certa um mez de ordenado. Tal foi a «consoada» com que a direcção da grande fabrica quiz comemorar o nascimento do Homem Deus e mostrar que o coração não lhe serve somente para as funções fisiológicas.

Muito bem! Se mais nenhum outro beneficio tivesse feito ao seu pessoal — mas muitos outros lhe tem prestado — isto só bastava para ganhar direito ao seu reconhecimento e para o afastar de aventuras perigosas e injustificáveis.

A coisa mais variavel que ha, nas creaturas de Deus, é a orolha. E' raro um homem te-la iguala. A mulher, quando as tem iguala, indica, segundo a mitologia, mau caracter e genio diabolico. Orelhas iguala, são raras como as almas gêmeas, o que deixa parecer, claramente, que é raro ver-se uma mulher de má índole e de sangue mercurial que as tornam depois de rogas, verdadeiramente pavorosas.

Na raça latina, o que tem precedido até hoje, como bom ou mau indicio, nunca foi a forma ou feição bismantino das orelhas, mas sim o seu tamanho. A orelha do latino, pode ser retorcida, pode ter serralha como os selos, pode ser caprichosa como uma gaita de foles, mas não deve ser pequena. No pseudo alemão puro, a orelha deve ser obliqua. As nossas, davam ser grandes. Todos os grandes latinos, como Adão, Eva, Caim, etc., tinham orelhas de tamanho apreciavel. Contudo, não devem ser grandes em desproporção. Um pouquinho menores que as dos asnos, para se evitar protestos desses nossos correligionarios.

Rio - 1933.

Adhemar Costa.

Uma Fábrica modelo

E', e foi sempre, de boa usança não deixar no olvido as acções nobres e elevadas, porque o seu conhecimento desperta o mais vivo interesse e porque tambem não raras vezes o seu exemplo fructifica.

Se não fôra a minha doença que me fôrça a ferir a pena eu seria mais pronto a pôr-vos em contacto com o que ha tempos se deu na Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela.

A alguns (talvez a maior parte) já chegasse a noticia da abertura duma cozinha, que de económica não pode ter o nome, pois é gra-

tuita para os operarios e só demanda grossas despesas ao Patrão.

A Fábrica do Rio Vizela nunca necessitou que os operarios fizessem reclamações.

Eles proprios vão de encontro ás necessidades dos seus operarios.

A eles não é applicavel aquella apostrophe clamorosa de Santo Ambrósio: «este pão que tu re-tens pertence aos que têm fome; esses vestidos que tu guardas pertencem aos que estão nus; o dinheiro que tu escondes debaixo da terra é o resgate e a liberdade dos miseráveis.»

Se todos assim fizessem, a questão social não tinha direito a existir.

Se o Capitalismo assim compreendesse a sua missão de angariar para ao depois lançar na mão do pobre — segundo o pensamento elevado do Doutor Agélico (potestas procurandi et dispensandi) — nós não assistiríamos a essa guerra sem tréguas entre o Patrão e o Operário.

Como tivessem muitos de deixar grande parte da fêria nas tabernas onde tem (quem sabe!) ficar mal comidos com um naco de brôa, um tudo-nada de vinho (nem sempre) e uma tigela de caldo mal adubado, sua ex.^a o Patrão da Fábrica, talvez porque isso lhe fôsse sugerido pela alma bondosa do Gerente da mesma, mandou construir uma cozinha com dependência anexa de sala de jantar, ampla e espaçosa, para conter os operarios todos.

Na confecção daquela meia-sopa que lhes é servida, são empregados os melhores materiais, incluindo algumas vezes carne de galinha e vaca, o que em suas casas só em dias de festa teriam.

Como andam joviais e alegres! Que de louvores não chegem sobre o sr. Conde e o sr. Miguel Horta e Costa.

Os operarios da Fábrica têm tudo o que necessitam: pão, quasi de graça, para sustentar a familia; pano para os cobrir, medico, farmacia, e até operações cirurgicas.

A sua caridade porém não se confina nos limites da Fábrica: subsidiam as Conferencias de S. Vicente de Paulo, as obras piás, mandando cobertores e roupas para cobrir os membros nus de Jesus-Cristo — na expressão feliz da Águia de Meaux.

Estes comentarios leves e despretenciosos foram escritos por alguém, que na hora presente só pensa em injeções de «Insulina», e que não pertence á Fábrica; apenas quiz que houvesse alguma voz de louvor entre tantas criticas mesquinhas e alvares de aqueles que se vêem feridos nos seus interesses ou que apregõem por aí, em fúrias de epilepticos e ao som do batique, a justiça social, quando eles queriam que o povo fizesse uma só cabeça para degolar a como Caligula e depois dominar como despotas, como bem afirmou o Conde de Montalembert.

E há-os destes! prohi pudor!...

Roriz, 5 de Fevereiro de 1934.

Serralves.

Ensino médio agrícola

Sob esta epigrafe, tem publicado o importante diario lisboeta «O Seculo» uma série de elucidativos e bem deduzidos artigos em que se foca a necessidade de descongestionar a frequência dos nossos liceus, encaminhando os moços para a lavoura, que tanta importancia tem em todos os paizes, nomeadamente no nosso.

Efectivamente, é tão elevada o numero de diplomados nas nossas profissões intellectuais que talvez não venha longe o dia em que o desemprego se faça sentir como um enorme pesadelo, nesses sectores, como succedeu na Alemanha.

Seria interessante levar a cultura agricola aos nossos

Preferir produtos portugueses

A industria portugueza merece ser acarinhada e protegida por todos os verdadeiros patriotas. Proteger a nossa industria, dentro do possível, não constitui, de maneira alguma, uma manifestação de xenofobia. A solidiedade nacional é um fenomeno justo e humano. Os concidadãos devem auxiliar-se mutuamente, preferindo productos portugueses, sempre que estes satisficam, em qualidade e em preço, as necessidades do consumo. Isto não quer dizer que se entre num proteccionismo exagerado e contrário aos proprios interesses nacionais.

O povo deve favorecer todas as industrias que possuam condições de vida normal, porque — lembando — protege, implicitamente, o trabalho nacional. Comprar productos estrangeiros, quando os há equivalentes em Portugal, corresponde a negar aos trabalhadores portugueses e a injuriar a industria nacional.

O comerciante que rejeita, de preferência, as mercadorias das outras nações — só porque ellas postvelmente lhe dão maior lucro — e o comprador que, por tolimia ou mania de cliquesmo, só compra coisas estrangeiras, deservem ambos a censura nacional: favorecem os operários e os leucos de nações as vezes linguísticas, que nem sequer se agradecem semelhante auxilio.

2. Não será mais razoavel proteger os nossos contrahentes, contribuindo tanto quanto possível para a solução do desemprego? Se todos fizessem um esforço no sentido de dar preferéncia aos productos nacionais, a industria portugueza aborrecerá inelutavelmente a maior numero de trabalhadores, que representará entre tantos milhares no abrigo da miséria.

Aquele que alega a inferioridade dos productos portugueses não aqueles que, muitas vezes, os acham dignos quando lhes apparecem no mercado differenciados com rotulas e etiquetas estrangeiras!

De resto, uma industria que se inicia não pode ser perfeitamente estimulada e amparada nos seus primeiros passos, para que ella vingua e prospere. Se, ao verficar-se qualquer tentativa industrial, ninguém quizer favorecer a todos cooperarem a desprazá-la — ella fracassará inevitavelmente, sem ter tempo nem possibilidades de se aperfeiçoar e melhorar. Isso equivale a matar a nascença numa iniciativa, talvez digna de amparo, com manifesto prejuizo para a economia nacional, que assim verá perdidos capitais possivelmente importantes e des-

coraçoadas boy-vontades que não são para desprezar.

No entanto, para que a industria nacional se torne digna de amparo e protecção, é necessario que os industrialistas — grandes ou pequenos — saibam cumprir o seu dever em todas as energias.

Os productos portugueses nem sempre, infelizmente, podem vencer a feroz concurrencia. Não é que, em muitas categorias, a industria portugueza não possa rivalizar, vitoriosamente, com a industria estrangeira. O que prejudica, em dadas circumstancias, os productos portugueses, é a sua falta de uniformidade. Há certos productos industriais que apresentam excelentes resultados, quando pretendem creditar-se no mercado.

Uma vez, porém, adquirida a clientela, começam a produzir cada vez pior. Aquilo que a principio era excelente, passa depois apenas a bom e por fim a mau! Esta inferiorização progressiva da produção, descredita os productos portugueses e afugenta a clientela que, inicialmente, os adquiriu. Certos industrialistas, tanto querem ganhar, que, ao fim de contas, acabam por perder! Não sabem manter a fôrça de um tipo. Em vez de aperfeiçoarem a produção, correspondendo assim ao bom acolhimento do publico, deixam-se seduzir pelo espirito d'ganancia, recorrendo a todos os meios da expertise adulter, para ludibriarem, em quantidade ou qualidade, o desprevidido consumidor. Estes maus produtores não compreendem que perdem rapidamente a clientela que haviam ganho, prejudicando a propria industria portugueza, pois o povo — muito devido a generalização — conclue, por um ou outro caso, mais ou menos isolado, que não se pode ter confiança na industria nacional.

Neste ponto — como em tantos outros — é preciso reeducar, dentro das normas da mais rígida honestidade e patriotismo — os produtores e os consumidores, afim de que todos saibam cumprir integralmente o seu dever.

Mário Gonçalves Viana.

Licença Municipal de D. Dimiz.

SANTO TIPO
No próximo domingo, 17 do corrente, está em expozição, na sala de Liçes, os objectos destinados a serem distribuidos pelo Natal aos pobres protegidos dos alunos. Espere-se que pela parte das famílias o mesmo carinho dos seus membros, para esta iniciativa.

1954

1 de Janeiro Nº35

O custo da energia eléctrica em Santo Tirso

É verdadeiramente notável a obra do Governo de Salazar no sentido de aumentar cada vez mais as fontes de energia hidráulica, para a sua transformação em força eléctrica.

Deste empreendimento magnífico resulta uma substancial economia, traduzida na reduzida emigração do nosso dinheiro, em troco de carvão para outra fonte de energia de transformação, com aumento de produção e a consequente baixa do preço da electricidade a fornecer ao consumidor.

Pelo que acabamos de expor e que não é segredo para ninguém, não se compreende, por inexplicável, o boato que anda por aí, de boca em boca, — o que é sempre de mau agoiro, porque «a voz do povo é a voz de Deus» — cujo boato

reza, nem mais nem menos, que vai ser elevado o custo da energia eléctrica em Santo Tirso, por imposição da respectiva empresa fornecedora.

Não pode ser.

É absolutamente necessário que os Serviços Municipalizados locais venham desmentir esse rumor ou que, se alguma coisa houver a tal respeito, procedam activamente, e por todas as formas, para que tal facto se não confirme.

Segundo nos consta, a Câmara Municipal do Porto, preocupadíssima com tão desagradável e inoportuna perspectiva, imposta, demais a mais, por empresas florescentes, sem justificação alguma, portanto, apelou já para Sua Excelência o Senhor Ministro da Economia, a despeito da cidade do Porto fornecer electricidade por metade do preço da nossa!

Santo Tirso, por isso, não pode ficar impassível perante esse recelo e tem de ir ao en-

contro das realidades, desvanecendo dúvidas e cortar o mal pela raiz.

Em caso de tanta magnitude, não se pode tergiversar, pois estão em jogo os interesses económicos dos munícipes e até da própria Câmara, que é a maior consumidora de energia eléctrica.

15 de Janeiro Nº37

Inauguração de Cursos

Mais 21 Cursos de Adultos inaugurados na Fábrica de Rio Vizela

Prosegue, com o melhor êxito, a Campanha Nacional de Educação de Adultos.

Na passada quinta-feira, coube a vez à grande e sobejamente conhecida Fábrica de Rio Vizela. Para esse fim, deslocou-se propositadamente, do Porto, o Sr. Paulo de Abreu Prouça de Figueiredo, Dig.^{mo} Adjunto da Direcção do Distrito Escolar do Porto e o Sr. Aprígio Rocha, da Comissão de Serviços da Campanha, também do Porto.

Uma vez ali chegados, organizou-se numa sala daquela importante Empresa, uma Sessão Solene, presidida pelo Sr. Eng.^o Osvaldo de Araújo Guimarães, que foi ladeado pelo Sr. Dr. Joaquim Andrade, Vice-Presidente da U. Nacional Concelhia, Bernardino Correia de Sousa, que representava o Sr. Presidente da Câmara, Paulo Prouça de Figueiredo, Adjunto da Direcção Escolar, Eng.^o Fernando Cameira, Aprígio Rocha e Delegado Escolar do nosso concelho.

A esta sessão, assistiram professores e regentes daqueles Cursos e respectivos operários e ainda o professor desta vila Sr. Tercato Portela.

Aberta a sessão, foi dada a palavra ao Sr. Paulo Prouça de Figueiredo, Adjunto da Direcção Escolar, que saudou em primeiro lugar a nação do Sr. Eng.^o Osvaldo Guimarães, toda a Gerência daquela importante Empresa, agradecendo-lhe todas as facilidades dadas ao bom andamento daqueles Cursos. Saudou, de igual modo, o Sr. Presidente da Câmara, que sempre se tem mostrado à al-

tura de bem compreender as intenções do nosso Governo, colaborando, assim, na grande obra do Ministério da Educação Nacional.

Dissertou depois sobre o muito que já se tem feito, dentro do curto prazo dum ano, a favor de tão importante empreendimento, que se deve à tenacidade e grande dinamismo de Sua Ex.^{ma} os Srs. Ministro e Sub-Secretário da Educação Nacional e à boa compreensão e muita dedicação do professorado, provando ainda, com números, o quantitativo de adultos que já fizeram o seu exame, em todo o País, mórmente no nosso Distrito.

Seguidamente, falou o Sr. Aprígio Rocha, que disse da necessidade de operários, patrões e professores, trabalhadores de mãos dadas, de forma a tirarem destes cursos o maior rendimento possível, salientando ainda o grande alcance desta obra, que tão sábiamente vem sendo conduzida pelo Ministério da Educação Nacional, a favor do operariado português.

Depois disto, foi a sessão encerrada pelo Sr. Osvaldo Guimarães, sendo os operários mandados retirar para os seus lugares, enquanto as autoridades e professores ficaram a trocar impressões sobre a melhor maneira de orientar e instalar os respectivos serviços.

22 de Janeiro Nº38

CURSOS DE ADULTOS

Campanha Nacional da Educação de Adultos, no nosso conchelo

A firma Abel Alves de Figueiredo, num gesto magnifico que a honra sobremaneira, vem dedicando o maior carinho e interesse à causa da instrução, mandando construir, propostivamente, para o fim de educar os seus operários, edificios esplêndidos e confortáveis dentro das suas importantes Fábricas, dotando-os com todo o material didactico necessário e estabelecendo cursos regulares, com o melhor aproveitamento dos seus educandos.

É digna de relevo esta nobre attitude dos grandes industrialistas, que mereceram os maiores elogios de Sua Ex.^a o Sr. Sub-Secretário da Educação Nacional, quando de uma reunião de industrialistas do Norte.

Dos cursos, que funcionam diariamente, sob todas as condições exigidas pela commodidade e métodos didacticos, beneficiam cerca de 350 operários, tendo já obtido aprovação nos exames de ensino primário elemental, 102 leccionados, preparados por:

D. Irene Correia Dias, 6; João Lemos Sampaio Carvalho, 14; e pelos empregados da firma: Amadeu Adães, 41; Ivo Martins, 14; Domingos de Sousa Rocha, 12; Joaquim Nunes, 14 e João Oliveira, 1.

Os cursos principiam a funcionar em 11 de Março do ano findo.

Para o sr. Abel Alves de Figueiredo e seu sócio sr. Raúl Nogueira Maia — espiritos dinâmicos e cheios de arrojada iniciativa — vão as nossas calorosas felicitações, pelo seu exemplo de generosidade e humanitarismo, colaborando, sinceramente, com o Ministério da Educação Nacional, a quem o País tanto deve, pelos innumeráveis benefícios prestados à Nação.

28 de Maio Nº4

SANTO TIRSO — E A — Escola Comercial e Industrial

Santo Tirso, não só segundo a apreciação dos visitantes que consideram Santo Tirso uma vila excepcional, temos de concordar que estas apreciações só podem ter valor relativo e que há a levar em conta o peso incalculável do amor bairrista que é também outro motivo de orgulho da nossa gente.

Mas se nos restringimos ao aspecto industrial, a apreciação pode ser mais objectiva e, sem recar desmentidos, podemos afirmar que Santo Tirso ocupa um dos primeiros lugares entre os principais centros industriais do país.

Não vamos ser, aqui, juiz de causa própria. Consultem-se as estatísticas e a certeza e a imparcialidade serena dos números mostrarão o peso da nossa população operária; a grandeza da área ocupada pela industrialização do meio; a variedade da indústria, embora com números impressionantes na comparticipação têxtil; o aperfeiçoamento desta indústria e o que ela representa para o país sob o ponto de vista económico e social.

Do aspecto airoso dos seus arruamentos, dos seus jardins e das suas praças; da pureza excepcional da sua água benedicta — sobre a qual, quicá, já caíram algumas lágrimas de saudade que o rumor da força de certas congeminções alquímicas fizeram brotar prematuramente; do encanto primaveril dos seus campos fecundos; da sua importância turística, comercial e industrial; dos seus artistas, dos seus intelectuais, das qualidades dos seus operários e das virtudes do seu Povo; enfim, de tudo que representa valor material ou espiritual desta forma e próspera terra, orgulham-se exuberantemente todos os tirseneses.

Todavia mesmo com a convicção, aliás bem fundamentada, de que não são só os filhos desta terra, mas tantos indógenos visitantes que consideram Santo Tirso uma vila excepcional, temos de concordar que estas apreciações só podem ter valor relativo e que há a levar em conta o peso incalculável do amor bairrista que é também outro motivo de orgulho da nossa gente.

Mas se nos restringimos ao aspecto industrial, a apreciação pode ser mais objectiva e, sem recar desmentidos, podemos afirmar que Santo Tirso ocupa um dos primeiros lugares entre os principais centros industriais do país.

dos seus mais veementes e justas aspirações, a certeza de que a indústria nacional vai, pela valorização dos seus técnicos, satisfazer os mais exigentes mercados.

Estes homens não devem continuar limitados às suas qualidades naturais desenvolvidas por uma certa prática. Precisam, sem dúvida, dos indispensáveis conhecimentos teóricos sem os quais as melhores virtudes e as mais valiosas experiências não podem acompanhar a velocidade da técnica.

Santo Tirso industrial não pode ser uma obra incompleta. Precisa de uma modelar Escola Comercial e Industrial para ter a garantia do futuro que merece.

Precisamos de ver muito breve erguerem-se as paredes desse desejado estabelecimento de ensino. Parece que já o estamos a admirar; ocupando uma grande superfície, com toda a elegância das suas linhas bem traçadas, com as suas salas de aulas amplas e bonitas e as suas oficinas higiénicas e apetrechadas com todo o material indispensável para um ensino eficiente.

Há-de ser uma realidade e há-de ser obra de um grande Ministro, de um dos mais ilustres Filhos da nossa terra.

Há-de ser obra de S. Ex.^a o Senhor Ministro da Educação Nacional, senhor Fernando Andrade Pires de Lima.

Não duvidamos um só momento desta realização porque conhecemos o alto espírito de justiça de S. Ex.^a que tão bem sabe quanto representa para Portugal a valorização de um dos mais importantes centros industriais do País.

4 de Junho de Nº5

Escola Comercial e Industrial

Quanto ao Trabalho, cujo rendimento é diminuído em todas as categorias ou grau terá de receber da escola a base e da vida o ensinamento.

SALAZAR — 1948.

Está prestes Santo Tirso a ver satisfeita uma velha aspiração. Mercê de circunstâncias várias esta Terra deixou de ser, já há vello multos anos, uma povoação de agricultores à volta do velho Cenóbio Beneditino para caminhar abertamente para a industrialização.

Cedo se fez sentir a necessidade de uma instrução que preparasse tecnicamente os homens que trabalham na indústria.

É oportuno lembrar a importância que tiveram na educação dos operários alguns estrangeiros que vieram até nós da categoria de um flegreiros, fletich, Vavasser e outros, a quem o conchelo muito deve.

C A necessidade de educação técnica foi posta em relevo já no século passado nas columnas deste jornal, por Fernando Pires de Lima (que tinha o curso do ensino técnico) e manteve-se pela sua acção, suportando as dificuldades sem conta, a Escola Complementar de Santo Tirso e o director do Anjo Agrícola Conde de S. Bento.

Mas é seu filho Dr. António Augusto Pires de Lima quem, em artigos publicados na Revista «O Ave» no alvorecer deste século, magistralmente argumenta e demonstra a necessidade de uma Escola Técnica em Santo Tirso.

As circunstâncias políticas e económicas não permitiram, até há pouco, a realização efectiva do alto pensamento dos homens cultos e previdentes do passado.

Só em 1947 com a Lei 2.025 foi prevista a criação de uma Escola Comercial e Industrial em Santo Tirso. E o destino que lhe foi dado ilustra bem o sentido da justiça de S. Ex.^a que tão bem sabe quanto representa para Portugal a valorização de um dos mais importantes centros industriais do País.

As circunstâncias políticas e económicas não permitiram, até há pouco, a realização efectiva do alto pensamento dos homens cultos e previdentes do passado.

Só em 1947 com a Lei 2.025 foi prevista a criação de uma Escola Comercial e Industrial em Santo Tirso. E o destino que lhe foi dado ilustra bem o sentido da justiça de S. Ex.^a que tão bem sabe quanto representa para Portugal a valorização de um dos mais importantes centros industriais do País.

Ainda o nosso aniversário

Vários colegas se têm referido, em palavras amáveis, ao recente aniversário do «Jornal de Santo Tirso».

É-nos grato mencionar hoje o nosso distinto confrade «Noticias do Duoro».

Os nossos agradecimentos.

balho: Riqueza a haver para o conchelo.

O diploma que as reformas e o Estatuto do Ensino Técnico Profissional, abastamente concebidos, dão às Escolas a materialidade necessária para se adaptarem às necessidades locais.

Interessa agora elucidar os nossos leitores, ainda que muito resumidamente, sobre o que são estas escolas e como funcionam, para que melhor se apreciem do grande benefício com que Santo Tirso vai, em breve, ser dotado.

1) O ensino profissional industrial e comercial abrange dois graus. O primeiro grau é constituído por um ciclo preparatório elemental, de educação e pre-aprendizagem geral. O segundo grau compreende:

a) Os cursos industriais e comerciais de formação profissional

b) Os cursos industriais e comerciais de formação profissional

c) Os cursos industriais de formação profissional

d) Os cursos especiais de habilitação para ingresso nos institutos industriais ou comerciais e nos cursos de pintura e esculptura das escolas de belas-artes.

2) Com a designação de ensino de aperfeiçoamento será organizado normalmente no período noturno, para candidatos já com ocupação profissional e a quem não seja applicável o regime dos cursos complementares nos cursos do 1.^o e 2.^o grau, ou de outros que interessem à sua educação geral ou preparação técnica. (Art.^o 1.^o n.^o 1 e 2 do Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial).

Ciclo Preparatório

1.^o Podem matricular-se no 1.^o ano do ciclo preparatório, quer no ensino diurno quer no particular, os candidatos que

Continua no próximo seguinte

1960

9 de Dezembro 32

O Corporativismo em marcha

Uma das características mais salientes do Corporativismo português é a solidariedade social que inspira e realiza por toda a parte. Evidencia-se essa solidariedade principalmente quando os dirigentes corporativos de organismos de trabalhadores e de patrões se reúnem para ajustarem as relações mútuas dos respectivos associados por via convencional. Sem lutas de classe, sem interrupções de trabalho e produção, sem violências e sem ódios e sem palavras ou gestos desagradáveis, defendem-se assim interesses do mais alto valor, fixam-se normas de conduta, regulam-se direitos e deveres, marca-se um exemplo de paz e de concordância muito raro nos dias de hoje e neste mundo perturbado em que vivemos.

O último exemplo deu-no-lo a assinatura de mais um contrato colectivo de trabalho assinado no Porto, sob a presidência do Ministro das Corporações e Previdência Social, no passado dia 26 do corrente mês de Novembro. Interessando vasto sector ligado à indústria automóvel do Norte do País, intervieram na sua elaboração dirigentes do Grémio dos Importadores, Agentes e Vendedores de Automóveis e Acessórios do Norte, e dirigentes de Sindicatos Nacionais de Empregados de Escritório, Caixaeiros, Empregados, Viajantes e de Praça dos distritos de Coimbra, Aveiro, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda. Salientou um dos intervenientes nas negociações corporativas que procederam a elaboração e assinatura de diploma que este broto do melhor desejo de cola-

borar no ritmo progressivo e benéfico de dele resultar para a colectividade. Textualmente.

«As actividades que todos nós não são exclusivas do Norte do País, ou confinadas à área de acção dos Organismos que represento, e porque o meu contrato é mais actualizado e mais amplo, porquanto abraça maior número de profissionais dentro do âmbito dos nossos ramos de negócio, bem sei que V. Ex.ª — dirige-se ao Ministro — promove-se no sentido de que o contrato existente na área do Grémio nosso congénero do Sul se identificasse com o que agora assinamos, para assim se evitarem situações de desigualdade, que são rejeitadas de concorrência deletéria, repores e dificuldades para as próprias empresas, muitas das quais desenvolvem a sua acção nos dois sectores — Norte e Sul. Queremos referir-nos aos profissionais que o contrato do Sul abraça, e que inequivocamente continuam em situação dispar dos próprios colegas dentro da mesma empresa. Com a entrada em vigor deste contrato vão para os profissionais do comércio resultar vantagens e uma maior igualdade das suas condições sociais. Esperamos, por isso, que saibam compreender que o nosso esforço só não traduz sacrifício na proporção em que por eles não foi correspondido o compreendido».

Por sua vez, o Titular das Corporações, no uso da palavra, acrescentou:

«A nova convenção colectiva de trabalho é mais um exemplo de valor prático dos princípios

de solidariedade social que inspiram a nossa Organização Corporativa. Apraz-me registar uma vez mais este facto na certeza de que a política de protecção ao trabalho continuará, de futuro, a registar mais êxito na solução pacífica e fecunda das questões sociais».

Noutra passagem disse o Ministro:

«Torna-se, no entanto, necessário resolver em relação a outros sectores da mesma actividade problemas identicos aos que acabam de ser solucionados. Para tanto, a melhor via será a das negociações entre os organismos patronais e os sindicatos que conduzam à celebração de convenções colectivas de trabalho. Mas, sempre que não seja possível chegar a acordo e os ditames da justiça o impelirem, terá que se encetar a intervenção normativa do Estado em ordem a evitar-se situações anómalas do mundo das relações de trabalho».

A intervenção do estado continua, pois, meramente supletiva, porque o nosso Corporativismo assenta, antes de mais nada, no acordo dos próprios interessados. E' esse o bom caminho e assim é que é justo.

9 de Dezembro 32

Crónica Corporativa

O nosso povo rural é estranhamente alheio à disciplina, à organização e à solidariedade social de cima como determinado e estranha ao seu consumo espontâneo. Pesam sobre ele os desenganos longevos de muitas promessas falsas e as fadigas de muitas esperanças perdidas. O predomínio de castas, os abusos do soltas e o jagu arribante dos caciques abatem, até ao mais recôndito da alma, um povo forte e unido que fez a reconquista, embarcou para Ceuta e para a Índia, foi ao Brasil onde construiu uma sã e poderosa e fez, ainda mais tarde, as Campanhas Africanas, mas traxa na sole e almejava em Lisboa o viras dissolvente e corruptor que, de cariz político, lutava de amoleço e enfiava o futuro que é já a Nação entre as viras, a Nação viva, acinzentada, dissimulada e conflante. De polo do marismo, novas antrax.

Por isso, cada um, cheio de desconfiança, meteu-se em casa, rejeitou-se de muros e encluiu-se de si, mesmo que, para comprar, fosse à boca da urna do dólar e seu papel pelo senhor ocupado pelo senhor doutor que tratava a família em caso de doença e de sifilide. Pólo, nêlo, muitas vezes, o espírito de outras eras referir à fona social das nossas aldeias, e das nossas vilas, acorrendo nos arcosos íntimos de vilas e novas, os ecos doutros tempos, quando público era o consumo e os soltos e os pichos, os milionários e os poltrões, se iam para os seus sacrifícios de fadiga e vilas para serem virem as gestas lendárias que, embora pequenas e poucas, nos ficaram lírios, independentes e dilatados pelo mundo.

Pólo e assim encadeo, porque nos nossos campos e nas nossas terras todos vivem e todos vivem e ninguém morreu ao desamparo. Isto paracôr, de facto, solidariedade humana e tendência íntima para o orgânico. E o contrato não passa de um conjunto de virtudes espontâneas e de hábitos enraizados até ao mais íntimo do nosso ser rural.

Mas impõe uma organização, fôrta ao lado da serra ao lado da planície os quatro horizontes interiores a sua respiração, é difícil, encontra obstáculos, fôrta resistência, ainda que passivas. O Estado, eis

1961

27 de abril N°51

Comunidade Económica Europeia

Segundo declaração do Ministro Corrêa d' Oliveira, em entrevista concedida ao «Herald Tribune», Portugal vai pedir, em breve, a sua admissão na Comunidade Económica Europeia. O Ministro português rejeitou a hipótese de uma associação permanente de Portugal com todas as suas províncias à Comunidade Económica Europeia: o objectivo português é a integração e não a mera associação — sublinhou. O Dr. Corrêa de Oliveira salientou que Portugal deseja leal e recíproco entendimento com o Mercado Comum. «Estamos dispostos — disse — a fazer tudo que esteja ao nosso alcance para entrar numa Europa unificada. Hão-de encontrar-se os meios que permitam a Portugal aceitar os seus direitos e responsabilidades dentro da Comunidade Económica Europeia. A pior situação possível para a Europa é a permanência da sua actual divisão».

4 de Agosto N°14

CRÓNICA CORPORATIVA

Para muitos, numa interpretação viciosa da função, o comércio é uma actividade parasitária, meramente lucrativa, arrancando o máximo que puder tanto ao produtor como ao consumidor. Os factos muitas vezes se encarregam de justificar esta desconfiança. O açambarcamento, a especulação e a miséria só podem encontrar terreno propício assim e foi em consequência perspectiva que se processou a ganância criminosa durante a última guerra e nos anos difíceis que se se seguiram.

Os organismos corporativos foram então chamados a desempenhar uma tarefa que lhes era estranha. O Ministério da Economia funcionou, em dada altura, apenas como Ministério dos Abastecimentos. E de tudo isso fixaram-se interesses e excrecências que se conjunturas seguintes deixaram de justificar, mas que nada era ou parecia bastantemente poderoso para desencadear. Os particulares azebraram-se e o comércio atenuou-se. Era certo, no entanto, que alguma vez se deveria arripir caminho.

Na sua exposição de 8 de Junho passado, o ilustre Secretário de Estado do Comércio, Dr. João Dias Rosa, traçou em termos de rigorosa exactidão aquilo que se deve entender por actividade comercial no puro plano interno. Foi mais longe e fixou deveres morais e valorativos aos próprios comerciantes.

Para se criar em Portugal um clima novo, é preciso que o comerciante se coloque inteiramente no ponto focal da sua missão, dentro do circuito económico originado na produção e com a terminal no consumidor.

Adulterá-la, embora com a terminal no consumidor.

(Continua na 3.ª página)

25 de Agosto Nº17

COORDENAÇÃO
ECONÓMICA

O Mercado Português, como elemento solidamente estruturado no conjunto dos mercados europeus e mundiais, principia agora a tomar forma. Para além de um dirigismo estritamente centralizado que fez época e, em dada altura, foi indispensável, são agora as próprias forças produtoras que se aglutinam e auto-comandam no meio, precisamente, onde se situam e laboram.

No âmbito metropolitano, já o Dr. João Dias Rosas tinha anotado a orientação a seguir ao fazer a sua relevante exposição de 8 de junho. Mas Portugal não é apenas a Metrópole e a Constituição Política definindo-nos como «uma República unitária e corporativa», expressamente prescreve que «as províncias ultramarinas, como parte integrante do Estado Português, são solidárias entre si e com a Metrópole».

Uma tal solidariedade abrange, entre outras, a obrigação de contribuir por uma parte adequada para assegurar «os fins da política nacional definidos no interesse comum pelos órgãos da soberania».

No plano económico, foram os fins da política nacional, neste momento e para o futuro, definidos no presente dia 10 do corrente mês de Agosto pelo Ministro do Ultramar e Professor ilustre que é o Dr. Adriano Moreira. As novas medidas foram tomadas por este Ministério em colaboração com o da Economia através do Secretariado de Estado do Comércio e revelam uma unidade perfeita na governação pública, visando as Províncias ultramarinas, em especial as de Angola. Trata-se de ins-

Coordenação
Económica

Continuação da 1ª página

mo nos constitucionais e politicamente unitários e oferecemo-nos, ao mercantilismo estranho, como parcelas desenhadas ou forçadamente dirigidas a distância.

Para tanto, extinguem-se as Juntas de Exportação de Cereais, de Exportação do Café e de Exportação do Algodão, que funcionavam em Lisboa. Em seu lugar, surgem o Instituto do Café de Angola, o Instituto dos Cereais de Angola, e o Instituto de Algodão de Angola, em Moçambique, é criado o Instituto de Algodão de Moçambique, ficando autorizados os órgãos legislativos desta Província a criar também um Instituto dos Cereais ou a reformar, nos moldes dos Institutos, o Grémio dos Produtores de Cereais da Beira.

A intervenção e coordenação entre os órgãos centrais de administração na direcção unitária da economia visa especialmente o comércio externo, ficando juridicamente estabelecida a coordenação entre o Ministério do Ultramar e a Secretaria de Estado do Comércio, habilitada esta com os poderes necessários para proceder ao ajustamento de processos administrativos.

Quando se chegar a esse desiderato, ter-se-á dado um passo decisivo para se passar de Estado unitário a Nação uma. E' que os interesses económicos auxiliam o ajustamento de processos administrativos.

Se atingiu ainda um ponto terminal no flutir evolutivo da nossa integração económica ao rumar-se neste sentido.

O Prof. Adriano Moreira salientou que se dá assim e apenas o primeiro passo para a efectivação da unidade política de mercado único português, em relação com as nossas obrigações decorrentes do movimento de integração dos mercados europeus». E, que não estava certo economicamente nem era lógico apresentar-

(Continua na 3.ª página)

29 de Junho Nº9

Festa do Trabalho
na fábrica do Rio Vizela

25.º aniversário de Sindicato Têxtil local

A Secção do Sindicato Têxtil do concelho de Santo Tirso comemora este ano as bodas de prata da sua fundação.

E nesta orientação, vai abrir o programa das comemorações com uma interessante festa de confraternização, seguida de um brilhante espectáculo, na Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela e realizado pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, no próximo dia 1.º de noite.

Preside à sessão solene e de abertura o sr. Delegado do I. N. T. P., e assistirão as autoridades locais e vários funcionários superiores do Ministério das Corporações.

O primeiro acto destas celebrações, que podemos classificar de festa de confraternização do trabalho, havia de começar necessariamente pela Fábrica do Rio-Vizela, por ser a mais antiga do concelho (116 anos de laboração útil e proveitosa) e, ainda, por ser a unidade fabril que emprega maior número de trabalhadores.

E é curioso referir que o Sindicato universalizante teve a sua primeira sede nas velhas e históricas terras de Negrelos, que tanto se orgulham dos seus pergaminhos de Juizado Municipal e das tradições que lhe andam ligadas.

Outrossim, é para salientar o facto de terem saído da mesma fábrica os primeiros fundadores e dirigentes do Sindicato em causa.

A propósito, convém informar que esta importante empresa, que marcou posição relevante na economia industrial do país, ainda hoje é uma das maiores unidades da indústria têxtil na Península.

E para o tempo (1845), foi um arrojado empreendimento de um punhado de homens de vontade firme e visão clara. E, já agora, vamos gustosamente re-

cordá-los numa evocação do passado, à maneira da chamada simbólica para homenagem póstuma:

António José Cabral (pai do 1.º Conde de Vizela), E. Conchoir, Silvino da Silva Castro, José Joaquim de Araújo Guimarães, José António da Silva e Sousa, Manuel Joaquim Machado, António Martins dos Santos, João António da Silva Guimarães, Paulo José Soares Duarte e Joaquim Pereira Vilar.

Nesta hora alta de entusiasmos e de convívio fraterno, será igualmente justo recordar todos os técnicos e operários, já desaparecidos, que ao engrandecimento e ao progresso desta maravilhosa obra deram o melhor do seu esforço e da sua inteligência.

Esta modelar unidade fabril do nosso concelho tem, presentemente, na sua gerência e direcção, os srs. Conde de Vizela, Miguel Horta e Costa e engenheiro Irineu Pais, homens de aguç, de tolerância equilibrada, iniciativa e clarividência, que, dentro da empresa, têm realizado uma obra social digna de nota, desde as refeições económicas e subsídios em géneros e dinheiro, às pensões complementares e vitalícias por invalidez e velhos dos seus trabalhadores.

Mas na montagem destes serviços, bem como de outros de natureza administrativa e comercial, e de relações com a Administração e a Organização Corporativa e do Trabalho, que consideramos perfeitos, há a destacar a colaboração dedicada e inteligente dos funcionários superiores da empresa, à frente dos quais está a chefia galega e equilibrada dos srs. Luís Pinheiro da Costa.

E a finalizar, salientamos o facto desta conceituada unidade fabril, numa compreensão justa e humana dos seus deveres sociais, nunca utilizar a mão-de-obra de empreitada, que tanto degrada física e moralmente os trabalhadores da indústria.

Mas, pelo contrário, esta empresa foi uma das primeiras a reagir contra o desumano sistema, a que alguém chamou «escravatura branca».

Por tudo isto, honra e louvor ao Sindicato e à Fábrica em festa.

29 de Março Nº48

O GRAVE PROBLEMA
HABITACIONAL

Como questão social que é, em vias de solução

A publicação da Lei n.º 2.092, em Abril de 1960, interessando ao fomento da habitação das instituições de previdência social que informa o nosso Estado Corporativo, foi obra de

portuguesa atingiu o máximo da sua expressividade.

Esta lei, inspirada pela orientação da política económica-social que informa o nosso Estado Corporativo, foi obra de



Dr. Jorge da Fonseca Jorge
Delegado do I. N. T. P.

nar um problema que, desde há muito, preocupara os meios locais e aliça o Governo da Nação, sempre atento à resolução das questões sociais da política social.

Esta questão social interessava de maneira notável a higiene e a moral, a cultura, a unidade, o arranjo e o progresso de um povo, que após a jornada de trabalho precisa reempregar as forças num ambiente agradável e repousante.

O trabalhador de concreto, da indústria e da agricultura, que intelectual quer manual, fita-se à terra e carna-se ao lar, como seu verdadeiro nido de digna e amor.

A esta necessidade da matéria e do espírito, correspondendo a lei em referência, que aqui impregnada de humanismo e da mais elevada compreensão das realidades sociais, onde a protecção e o amparo ao trabalha-

do Homem de pensamento e acção, que temporária e aparentemente se afasta de nós e que no chama — Henrique Varga de Macedo.

Para anelar os trabalhos da propaganda e fomento da construção destas unidades, veio até nós, na segunda-feira última, a Missão do Estado Novo, sob a chefia do Sr. Dr. Lima Carneiro, antigo presidente da Câmara Municipal, realizou uma

Dr. Lima Carneiro

No passado dia 16, na sede da Sociedade de Hidráulica, em Lisboa, realizou-se um encontro a alguns membros hidrológicos ultimamente falecidos. Dentre estes, foi recordado o nome do Sr. Dr. Lima Carneiro, antigo presidente da Câmara Municipal, cuja obra, como médico hidrólogo, foi posta em evidência através da

O grave problema
habitacional

Continuação da 2.ª página

sessão pública para estudar junto das empresas, dos trabalhadores e das autoridades administrativas, a possibilidade de incrementar o recurso ao capital das instituições de Previdência no sentido dos seus benefícios serem contrariados, e das Casas de Reforma de Previdência, bem como das Associações de Socorros Mútuos e das Casas de Povo.

Mas a possibilidade de investimento em moral não pode resultar as possibilidades de construção de Casas Económicas em que, em regime de propriedade horizontal, construção de aquisição de prédios de renda livre, confortáveis e obras de conservação das próprias habitações, alcançamos ainda a concessão também de empréstimos às entidades patronais para construção de habitações para os seus empregados.

E nesta matéria não se interessamos apenas a propagação de terrenos por utilidade pública, nos termos gerais do direito vigente.

E também é nesta orientação que o Senhor Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência do Distrito está empenhado na solução de tão grave como importante problema no concelho de Santo Tirso, onde o movimento demográfico cresce de uma maneira notável em face da intensificação industrial cada vez maior da região.

Para anelar os trabalhos da propaganda e fomento da construção destas unidades, veio até nós, na segunda-feira última, a Missão do Estado Novo, sob a chefia do Sr. Dr. Lima Carneiro, antigo presidente da Câmara Municipal, realizou uma

Dr. Lima Carneiro

No passado dia 16, na sede da Sociedade de Hidráulica, em Lisboa, realizou-se um encontro a alguns membros hidrológicos ultimamente falecidos. Dentre estes, foi recordado o nome do Sr. Dr. Lima Carneiro, antigo presidente da Câmara Municipal, cuja obra, como médico hidrólogo, foi posta em evidência através da

O chefe da Missão, sr. Dr. Patrão, é acompanhado pelo Assistente sr. Dr. Francisco Smith Dias e pelo subsecretário-geral sr. António

Nesta sessão dos trabalhos, foi promovida toda a colaboração por parte das Juntas de frequência, no sentido de serem tomadas as medidas e projectos necessários para as referidas cons-

Vende-se

Mapa, lotes e terrenos para venda.

DURVAL F.
ADVOGADO

R. Adriano Pinto Basto,
VILA NOVA DE

ções e, se possível, até a cedência gratuita de terrenos municipais que, depois de observadas certas condições, serão dados, para o efeito, nos terrenos.

O sr. Jorge da Fonseca Jorge, na qualidade de patrono oficial dos trabalhadores no distrito, não deixou, como sempre, de ao assunto prestar toda a atenção e carinho, porque entende que a justiça social é fundamental. Foi, sem formalismos, mas com justiça, que há violação e arbitrariedade.

Conhecemos a clara intenção, no campo social e económico, que acompanha o sr. Dr. Jorge da Fonseca, já dos distritos da Vila do Castelo e de Aveiro, onde incrementa da sua maneira inteligente e enérgica a Organização Corporativa e do Trabalho.

E entendemos que o êxito da sua acção não deve ser um dilema persistente e à sua realidade do processo.

Sua acção tem a força de desenvolver e da responsabilidade, em grande medida, e, por isso, a sua personalidade forte, de homem inconfundível, fica vivida pelos vários distritos e terras por onde tem passado no exercício das suas actividades e dedicadas funções.

Homem de attitudes equilibradas e firmes tem o seu livro escrito de afirmar, a tolerância da verdade e a humildade da verdade e a simplicidade da verdade e a grandeza.

O Jornal de Santo Tirso, tem o gosto de publicar hoje a sua fotografia, por muito deficiente da União de Grêmios dos Comerciantes do distrito.

S. e S.

Passagem

Estabelecimento de farmácia, drogaria e mercearia e grande clientela em Santo Tirso, de Santo Tirso. Motivo de Saúde. Informa este Redacção.

EXCURSÕES

AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO

Rua do Santo António, 11 — Telef. 963 e 1

Tem a honra de convidar os senhores para as férias de verão em geral, que serão de adaptação de férias para os hotéis de 12 e 15 para fazer excursões em Portugal e no estrangeiro.

1965 1967

5 de Março Nº44

Ensino Têxtil

da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Pelo Diário do Governo do dia 24 de Fevereiro, foi nomeado professor encarregado da cadeira de Tecnologia Têxtil (Fiação), agora criada na referida Faculdade, o sr. Eng.º José de Sousa Machado Ferreira Neves.

E' com muito prazer que registamos este facto, que é simultaneamente prestigiante para o novo professor e para a terra a que se ligou; trata-se realmente de um grande passo dado para expansão de ensino têxtil em Portugal, pois a sua não existência ao nível universitário impossibilitava a generalização do ensino têxtil em todos os outros graus médio e elementar, mal que tanto agravava a nossa primeira indústria.

O nosso estimado amigo Eng.º Ferreira Neves já no passado dia 1 tomou posse do seu cargo na Rectoria da Universidade, começando as aulas a funcionar na semana em curso.

A referida cadeira fica incluída no 5.º ano do curso de Engenharia Mecânica da mencionada faculdade.

Preve-se que em breve também o nosso amigo e tirsenso sr. Eng.º Eurico Teixeira de Melo tomará a seu cargo a cadeira de Química Têxtil, que passará a fazer parte do curso de Engenharia Química da mesma faculdade.

Felicitemos os dois novos professores, a quem desejamos as maiores felicidades.

17 de Fevereiro Nº40

Os americanos

e a agricultura portuguesa

O órgão semanal da secretaria do Comércio Norte-Americano, inseriu as apreciações do membro da missão que recentemente visitou Portugal, Edward Fogg, sobre a possibilidade da fixação, no nosso país, de algumas instalações europeias de serviços agrícolas dos Estados Unidos.

«A mão-de-obra portuguesa é uma das mais baratas da Europa Ocidental...», que deve interessar os comerciantes norte-americanos, cujos produtos tem desafiado as vantagens da automatização.

Portugal está integrado na Associação Europeia da Comércio Livre, que, depois do Euzeremado, é a segunda comunidade económica abrangendo quase cem milhões de pessoas. Portugal tem acesso, livre de direitos aduaneiros, a todos os países da E. F. T. A., ao mesmo tempo que goza da protecção tarifária até 1980, sobre certos tipos de produtos.

Fogg enuncia as seguintes oportunidades, que tem ocasião de observar, para o comércio norte-americano:

Exportação de farinha de soja, feijão de soja, farinha de semente de algodão, massa de amendoim, trigo e sorgo; desenvolvimento de grande variedade de soja, que se dará em Portugal. Parece que nenhuma das actuais variedades é ali cultivada, por enquanto.

Criação de um serviço de inspecção artificial em todo o País, tanto no que diz respeito à análise para abate, como para a produção de instituições, utilizando «semen» congelado importado dos Estados Unidos. Prevê-se que este serviço seja em acolhido pelo Governo Português, e que talvez venha mesmo a obter carácter oficial.

Produção de ovos, incluindo o aumento do número de galinhas poedeiras e de aves para alimentação, ovos para criação, manipulação de ovos e sua colocação no mercado.

Produção de frangos, incluindo o seu aumento, preparação e colocação no mercado.

Exportação de carne, tanto a carcaça como a assada, manida fresca ou congelada.

Criação de qualquer indústria utilizando a polpa de madeira. A indústria portuguesa de produ-

ções florestais é abastecida, principalmente, por eucaliptos e pinheiros, ambos disponíveis a baixo preço.

Extração de mármore. Portugal tem abundância de mármore de excelente qualidade e de numerosos tipos e cores, que podem ser colocados a bordo de navios por preços fora de concorrência de qualquer outro mármore europeu.

Importação de vinhos finos portugueses. Portugal é conhecido, desde há muito pelo seu vinho do Porto, de qualidade rigidamente protegida. Mas o País também produz vinhos finos de mesa, branco, tinto e «rose», cujos preços são muito inferiores aos vinhos europeus equivalentes.

Homenagem a Sua Excelência das Obras

CON

A Câmara Municipal de Oeiras, de uma maneira especial, a sua Excelência, no presente, comparecendo à Parada D. Maria II, a solene nos Paços do Concelho da Medalha de Honra do Conselho de Cidadão Honorário da Sua Excelência foi distinguido

Ditio

Grémio do de Sant

CON

A Direcção deste Orgão, associada a assistente, lhe vai prestar a Sua Excelência, no prazo de 15 horas, no Paço

7 de Abril Nº47

A exportação de Têxteis

Portugueses para a América

Portugal figura entre os cinco principais exportadores de têxteis de algodão para os Estados Unidos, apesar da queda que em Fevereiro se registou no mercado norte-americano — anuncia a Secretaria do Comércio.

A importação, no quinto ano de vigência do acordo a longo prazo de Genebra, atingiu 116 milhões de metros quadrados — menos doze por cento do que em Fevereiro de 1966 e menos 27 por cento do que em Janeiro.

Portugal, Hong Kong, o Japão, o México e a Índia fornecem 61 por cento das importações totais norte-americanas.

A Secretaria acrescenta, no comunicado distribuído em nome da comissão administrativa de têxteis, que o valor dos têxteis de algodão importados em doze meses até Fevereiro deste ano, totalizam 466 milhões

A exportação de Têxteis Portugueses para a América

Continuação da 1.ª página de dólares e as exportações 236 milhões.

Todos os grupos de têxteis de algodão, à excepção de vestuário, aumentaram as importações nos primeiros cinco meses do acordo, em relação ao mesmo período do quarto ano.

A importação de fio subiu de cerca de 194 para 135 milhões de metros quadrados no período em têxteis de 341 para 301 e os produtos acabados e de mescla de 75 para 97 milhões de metros quadrados.

Além dos cinco principais fornecedores, exportam também para o mercado norte-americano: Bélgica, Brasil, Formosa, Colômbia, Coreia, Malásia, Paquistão, Filipinas, Espanha e República Federal Alemã.

25 de Agosto Nº16

Produtos portugueses

mais desejados nos mercados estrangeiros

O «Jornal do Comércio» publicou, há dias, uma curiosa lista dos produtos portugueses mais desejados nos mercados estrangeiros. Segundo a oportuna lista elaborada pelo «Jornal do Comércio», são os seguintes os produtos e os vários mercados:

Alémontes — Papel de cortiça para forrar paredes.
Austria — Carpetes, vestuário para bebês e crianças; nylon (plástico) para confecção de vestuário de sport; bordados da Madeira e bordados a crivo; têxteis diversos; artigos de vidro para fins domésticos; especialidades de géneros alimentícios; fitas de la e de seda natural e artificiais.

Canadá — Todos os produtos portugueses de exportação.

Dinamarquia — Objetos decorativos para jardim; feltro de todas as qualidades; artigos de confecção para homem e mulher.

E. U. A. — Pasta de tomate, puré de tomate e anchovas; rigas de porco; mobiliário e materiais para pavimentos; candeeiros eléctricos de cor; têxteis diversos; antiguidades e tecidos de todos os estilos e qualidades.

Finlândia — Luvax para senhora, peúgas para homem, lençóis para cama.

Franga — Frutas secas (amêndoas e pinhões); sardinhas, anchovas, enguias e todas as conservas alimentares em geral; artigos para fumadores e brindes; bolachas e sacos bordados; «petit-point», caixas registadas de cartão revestidas de tecido bordado; «pulovers», de la para homem, senhora e criança; e calças de algodão ou de fibra sintética para homem.

Gineira — Todos os produtos portugueses de exportação.

Irlanda — Biscoitos e batata frita.

Reino Unido — Camisas para homem e rapas e meias curtas para homem; fio «spray» para orelheira, próprio para fazer coletes; tecidos acabados próprios para camisas e pijamas de homem; carros miniatura; artigos de vestuário, de la; bombachinas e veludos; meias

para homem; pernas; todos os artigos de artesanato; pano cru atalhado; cobertores de algodão; cerâmicas e candeeiros antigos; sandálias para senhora e crianças; acessórios para carros; tubos de polietileno; camisas de malha para homem e vestuário impermeável; fios de la e fios sintéticos; fatos de banho para senhora; veludos para decorações e tecidos para estofos, carpetes e cobertores de algodão; tubos e canalizações de plástico; calças, equipamento para aquecimento; manómetros, correntes de transmissão; ventiladores e equipamento para ar condicionado; peles e resinas para moldes termoplásticos; produtos farmacêuticos, produtos de tonação e produtos químicos, conservas de legumes, especialmente cenouras em lata.

República da África do Sul — Têxteis têxteis para confecção de calças para homem; artigos domésticos de vidro; têxteis para decoração de casas, roupa branca, linho, toalhas de mesa; vestuário para bebê e criança.

Suécia — Flanela 100%, algodão não branqueado, cardado de ambos os lados; material didático; artigos de desporto e material cinematográfico; pano para lençol e pano tufo.

Suíça — Mobiliário, especialmente na produção de cadeiras de estufa, em estado bruto, podendo ser parcialmente desmontadas para ocupar o mínimo de espaço.

Tailândia — Tubos de ferro galvanizado e acessórios; bolachas de diversas qualidades.

Brasil — Relógios de parede, cimento, azulejo, frutas secas.

Cultura Greco-Romana

Temos presente um curioso episódio sobre Cultura Greco-Romana, com referências ao nascimento da poesia, do teatro, da filosofia e outros assuntos de aspecto cultural, relativos às várias civilizações.

1975

31 de Janeiro Nº35

A verdade

Operárias da Empresa de Confecções «Cortel» — Fontiscos — Santo Tirso — podem-nos para através do «Jornal do Santo Thyrs» darmos conhecimento público do seguinte:

No dia 13 de Janeiro, às 8,30 horas, as operárias da «Cortel» impediram a entrada na empresa a um membro da Comissão de Administração sob a acusação de que esse novo gerente, por ocasião de um incidente ocorrido em 21-10-74 — publicado por mim em dois jornais de Lisboa, «Actualidades», 6 de Dezembro; «Juventude Operária», número de Novembro — prometer, na presença de S. Ex.^a o sr. Delegado do Instituto Nacional do Trabalho, por primariamente o seu interesse no pagamento do salário às operárias, sempre que a receita relativa à venda de artigos ali confeccionados o permitisse. Aquelas operárias chegaram a esperar duas quinzenas pelo vencimento relativo a esse tempo.

No dia 8-1-75 ainda não tinha sido paga a quinzena terminada em 31-12-74. Foi paga no dia 9, por pressão das costureiras, e por estas terem conhecimento de que a gerência faltando aos seus prometimentos, pagou a todos os mensais, a terminar o mês de Dezembro, a mensalidade acrescida do 13.^o mês! Mostrou, assim, absoluta

falta de respeito pelos interesses justos e necessidades das trabalhadoras da Empresa.

As menores, a trabalhar profissionalmente, tinham assinado receber salário inferior, até normalização da empresa. Mas em virtude da deslealdade verificada por parte do novo administrador reclamam, agora, o salário correspondente ao trabalho que executam.

Foi dado conhecimento ao Sindicato competente, pelas operárias, do receio de que o vencimento exagerado dos administradores e dos aumentos a algumas escriturárias possam contribuir para a falência da empresa.

E' de lamentar que essas escriturárias, que no incidente de Outubro apoiavam as trabalhadoras, tentem agora despojá-las da razão que as assiste!...

Os heróis do 25 de Abril não tem a colaboração de muitos arvorados em paladinos da democracia para expurgar a Pátria do Fascismo!...

Serafim Moreira
(Sobre-Giã)

VAI A L

A Pensão S

na Praça D. Pedro IV
TELEFONES, 30

Espera-o com ap

1976

9 de Abril Nº43
(Relatório de contas da fabrica de Santo Thyrso de 1975)

Relatórios de Contas

Pág. 4

Tribunal Judicial de Co-
marca de Santo Tirso

Anúncio

2ª PUBLICAÇÃO

Pela 1.ª Secção do Processo do Juiz de Direito de comarca de Santo Tirso, correm editos de 8028 REDES, contidas da seguinte e última publicação desta autarquia, datado ANTONIO DA SILVA VIEIRA, com última residência conhecida no lugar do Outeiro, freguesia de Água Longa, desta Comarca, e agora ausente em parte incerta da terra, para o prazo de VINTE DIAS, depois de findos os dez dias, comparecer na sede da justificação da autarquia requerida por José da Silva Neves, e mulher Clotilde Neves, de comarca e da cidade de, residentes na Rua Brita Teixeira, nº 51 - Casa 2 - em Santo Cristo, Estado da Guayana, Estados Unidos do Brasil, a sua alçada autuada em parte incerta.

No mesmo processo são citados por editos de 8688 DIAS, igualmente contidas da segunda publicação desta autarquia, as intervenções requeridas para o prazo de VINTE DIAS, depois de findos os dez dias, comparecerem a referida sede da justificação da autarquia movida contra Antônio da Silva Neves.

Santo Tirso, 26 de Março de 1976.

O Juiz de Direito,

a) Carlos Alberto de Fries
Clotilde Matias

O Escrivão de Direito,

a) Manuel Joaquim Soares
Gomes

Lede e propaga o «Jornal de Santo Thyrso».

**Joaquim de Sousa
Carvalho & Cia**

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 17 de Março corrente, lavrada de fls. 45 verso a fls. 47, do livro de «Escrituras Diversas B-Nº 71, do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Vila Nova do Famalicao, a cargo da Notaria Lda, Maria Guilmar Ferreira da Silva e Lima, foi alterado o corpo do art.º 6 do posto outo da sociedade em epígrafe, que tem a sua sede no lugar de Vergalho, da freguesia de Baboim, do concelho de Santo Tirso, a qual possui a ter a seguinte redacção:

a) A gerência da sociedade compete ao sócio Joaquim de Sousa Carvalho, do qual já foi nomeado gerente e está nomeado em não, conforme foi deliberado em assembleia geral.

Está confirmada a conferência original na parte transcrita.

Secretaria Notarial de Vila Nova do Famalicao, 26 de Março de 1976.

O 2.º Ajudante da Secretaria,
Julio Pereira Leite Mendes

Jornal de Santo Thyrso

Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, Limitada

SEDE EM SANTO TIRSO

SOCIEDADE POR QUOTAS

EXERCÍCIO DE 1975

Relatório da Gerência

EX.MOS SENHORES:

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a honra de submeter à apreciação de V. Ex.as o Relatório e Contas relativos ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 1975.

01 — Escarcilhamento

ACÇÃO NOS TRIBUNAIS — Tendo sido realizada uma R. Geral Extraordinária em 3 de Fevereiro de 1976, para discussão de uma proposta apresentada a esta Sociedade com o fim de a indemnizar do dano produzido, foi a mesma aceite.

Realizou-se assembleia geral, pelas vias legais e acordo feito, bem como decidiu, em Assembleia Geral, a melhor maneira de utilizar a indemnização acordada.

02 — Considerações Gerais

Desnecessário se torna nos alongarmos em considerações, sobre a forma como se desenvolveram os acontecimentos no País, e em especial os que influíram na conjuntura da indústria têxtil, em que nos encontramos, pois supomos que todos estarão suficientemente informados. Infelizmente, as nossas perspectivas pessimistas feitas no relatório referente ao ano económico de 1974, foram para além de confirmadas, ultrapassadas.

A economia, passando a ser dominada pela política, arrastada, em sua queda, os políticos brasileiros, que não a poderiam dominar.

Os custos sociais e humanos já são elevados, e encontrando-se a conjuntura entorpecida e o mesmo, sendo ainda maiores e imprevisíveis, vivendo o País no momento à custa das reservas que havia. O futuro que nos espera, violando-se as condições sociais, sem alternativas positivas.

Para além de não se terem criado novas fontes de trabalho, procedeu-se ao desmantelamento da maior parte daquelas que existiam.

Todos os que pretendem o desenvolvimento do acontecimento, face aos factos que se tem a ver desmantelando, sentem um sentimento profundo de frustração, face à destruição já realizada, na impossibilidade de poder agir sobre os seus acontecimentos, para que isso não se concretize. Responsabilizar e pôr à margem os responsáveis pela situação criada, recorrendo o País, não basta, que aqueles que ainda estão à altura do Povo Português.

03 — Pessoal

Muito embora o dolo armado por todos os meios, nas relações sociais, trouxe origem a problemas graves sociais, a indústria têxtil, registando com satisfação, que a nossa situação, não se alterou.

Os encargos gerais com o nosso pessoal afixaram um agravamento de 20% com uma redução considerável no horário de trabalho que se cifrou em 12%. A evolução do total pago, hora/ano trabalho (3 turnos) e pessoal ao serviço nos últimos 4 anos foi a seguinte:

Anos	1972	1973	1974	1975
Total pago (contos)	28 973	31 031	36 839	37 883
Hora/ano/3 turnos	6 890	6 990	6 799	6 622
Pessoal ao serviço	988	935	920	960

A quantidade de pessoal ao serviço aumentou, em virtude do desmantelamento de militares, agravando a situação.

04 — Matérias

Alguns os fins do exercício com os nossos stocks de matérias-primas praticamente em zero.

Dificuldades de transporte, agravou na concessão de financiamentos a elevação de custos de transporte, provocaram redução da produção e atrasos de entregas a clientes.

Na alternativa de vender as existências por qualquer preço, ou não vender e financiar stocks, optamos por esta solução, o que se traduziu por um aumento de 45% de produtos em curso de fabrico e stocks.

05 — Produtos

O leque de produção dos nossos artigos manteve-se em grandes alterações, não se podendo, face à situação do mercado, reorientar, reduzindo a variedade de tipos produzidos.

A qualidade baixou, e a percentagem de defeitos em fios e tecidos aumentou para níveis muito significativos, originando-nos prejuízos e reclamações de clientes.

06 — Produção

Reduziu a quantidade de fios e tecidos produzidos fosse anual.

valentes a mesmo do ano anterior, três factores foram determinantes na composição do prejuízo do exercício:

O primeiro, a baixa de preços dos produtos. O segundo, a não utilização da capacidade produtiva instalada no primeiro semestre, por falta de encomendas, e no segundo, por falta de matérias-primas. O terceiro, a demora verificada por atrasos e dificuldades de financiamento, na instalação de maquinário, que teria permitido valorizar e aumentar a produção, com o mesmo pessoal ao serviço.

07 — Distribuição

A venda de fio diminuiu 81% e de tecido 2% com uma baixa geral de 15%. A redução, a nível mundial, é, em parte, o motivo desta queda, muito embora os condicionamentos que determinam a situação socio-económica portuguesa, sejam a sua razão principal.

Com um aumento da procura de artigos têxteis, que começou a ser sentido a partir do segundo semestre, a nossa produção para o próximo ano, será, de que, se todos os maquinários estiverem instalados, não haverá falta de matérias-primas e acabamentos, nem perturbações sociais e mantidos os mesmos níveis de financiamento, poderemos valorizar toda a produção, bem como os stocks, com aumento substancial de vendas, com melhores preços. A evolução das vendas de fio e tecido, total/ano e exportação nos últimos 4 anos foi a seguinte:

Anos	1972	1973	1974	1975
Vendas fio (contos)	19 238	22 890	48 131	27 344
Vendas tecido (contos)	47 549	37 522	88 565	37 628
Vendas total (contos)	66 787	110 412	136 696	112 980
Exportação (contos)	1 685	12 809	17 075	13 098

08 — Finanças

O impacto do resultado negativo do exercício, abalou profundamente a situação financeira da Sociedade. As dificuldades previstas no nosso relatório anterior, aumentaram.

Algumas empresas novas clientes suspenderam pagamentos. Dependendo dos financiamentos da Banca, que face às condições das, tem permitido a sobrevivência da empresa e continuidade dos postos de trabalho, na esperança que a conjuntura evolua favoravelmente.

09 — Investimentos

Por falta de condições como é óbvio, não nos é possível sequer pensar em qualquer tipo de evolução, no momento, no nosso plano de investimento. Diversos, pelo menos, tentamos financiar, o que se refere ao equipamento já encomendado e pronto há bastante tempo. Os pagamentos de maquinários citam-se em 38/72 contos neste exercício.

10 — Resultado do Exercício

Mantendo os mesmos critérios de valorização de existências amortizadas e provisões dos exercícios anteriores, o prejuízo cifrou-se em Esc. 51 900 728/11, o que se propõe seja levado à conta de LUCROS E PERDAS.

Os factores que mais influenciaram este resultado, foram:

1.º — Despesas com o pessoal (+ 50 424 contos);

2.º — redução de 18% das horas de trabalho;

3.º — aumento de gastos financeiros (+ 8 114 contos);

4.º — redução de preços de venda (40% no fio, 10% nos tecidos);

5.º — falta de matérias-primas e acabamentos;

6.º — aumento de custos gerais (energia-fuel-serviços);

7.º — atraso na instalação de máquinas.

A nossa capacidade de gestão é ultrapassada pela actualidade factores, que a transcendem e são comuns a toda a economia, com menor ou maior incidência de empresas, conforme a quantidade de pessoal, tipo de equipamento, artigos, mercados.

11 — Nota final

Agradecemos a franca colaboração que o Conselho Fiscal nos prestou e o interesse com que acompanharam a vida da empresa.

Ao nosso pessoal, clientes, fornecedores, auditores, ao sector bancário, a todos os colaboradores, o nosso obrigado.

Enviemos os nossos cumprimentos aos membros da Mesa de Assembleia Geral e a todos os sócios.

Santo Tirso, 8 de Março de 1976.

A Gerência,
Eduardo Alberto Fernandes Valente Luis
Ireneu Moreira Pais

CORREIA DA 2.ª PÁGINA

1980

4 de Abril de N°45 (Relatório de contas da Fábrica de Santo Thyrso de 1979)

Pág. 4

Jornal de Santo Thyrso

Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, Limitada

SEDE EM SANTO TIRSO

EXERCÍCIO DE 1979

Relatório da Gerência

EXMOS. SENHORES:

01 - Considerações Gerais

Muito embora não tenha chegado o momento de dizer que estamos a viver no presente o futuro que desejamos, uma análise séria dos graves problemas que nos atingiram nos últimos cinco anos e da nossa situação actual, nos permite ter a certeza que conseguimos sobreviver e levar de novo a Empresa para a via de recuperação e desenvolvimento.

Se a evolução da situação socio-económica nacional continuar a ser positiva, poderemos acalar o desafio da nossa integração na Europa através de condições que permitam o aumento da nossa tecnologia e novos investimentos.

02 - Contrato de Viabilização

Foi finalmente assinado em Maio o Contrato de Viabilização. Para além da influência negativa no resultado do exercício, do abaco verificado, o valor dos juros bonificados não atingiu nem sequer a metade da que foi solicitada pela Empresa. Assim, os encargos financeiros totais atingem um montante tão elevado que desequilibraram a vida normal da sociedade, desestabilizando-a, alterando os resultados e confundindo as possibilidades de investimento com capitais próprios, em especial no que se refere a reposição de maquinaria.

A Empresa cumpriu as suas obrigações e as metas de produção/ventas foram bastante ultrapassadas.

03 - Sector Administrativo

Continuamos a melhorar o nosso quadro técnico. Os resultados do controlo de transferência de tecnologia com uma empresa de consultoria têm sido positivos. Adquirimos um moderno sistema de processamento de dados, que possibilita a mecanização dos serviços de saldos, contabilidade, faturação, stock, controlo de encomendas, estatísticas e que operando numa forma integrada, se tornam um poderoso auxiliar de gestão, gerando informações rápidas, eficientes e actualizadas, necessárias a uma administração eficaz.

04 - Sector de Pessoal

Com a normalização de pagamentos de retroactivos e actualização do salário, motivada pela saída de PRT em Junho, as relações laborais melhoraram sensivelmente. A taxa de absentismo diminuiu e foi de 10%.

Para as mesmas horas de trabalho o aumento salarial foi de 30%.

A produtividade melhorou, tendo o rendimento por hora de fiação sido de 80% e o de tecelagem de 80%, bem ainda devido a mudanças de máquinas e 3.º turno incompleto. Esperamos atingir os objectivos de rendimento previsto no próximo exercício. Com melhor distribuição e saldos justificados de pessoal, a percentagem de excedentes é de cerca de 10%.

A relação salários/ventas de 35%, representa um dos melhores sintomas de recuperação da Empresa.

O mapa seguinte permite analisar os valores referentes aos 7 últimos exercícios, relacionando o total pago, hora/ano 3 turnos e pessoal efectivo médio/ano.

Anos	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Total pago (contos)	51 261	58 938	67 285	69 907	112 521	111 588	140 943
Horas/ano/3 turnos	6 890	6 798	6 022	5 712	9 847	9 825	9 857
Pessoal ao serviço	850	920	960	946	946	855	822

05 - Sector de Compras

As necessidades de maior consumo de matérias-primas e subprodutos, conjugadas com aumentos de preços, determinaram saldos importantes dos valores totais de compra.

O volume de stock atingiu níveis normais, permitindo eliminar quebras de produção.

06 - Sector de Produção

A racionalização das linhas de fabrico, o corte de produtos de baixa lucratividade, o maior rendimento do sector industrial e os preços mais elevados, permitiram atingir um valor de produção de 72% superior ao exercício anterior.

O valor dos stock de produtos em curso de fabrico subiu 119%, embora afectado devido a paragem forçada da secção de acabamentos, para transferência de maquinaria, no fim do ano, e acabados baixou 5%.

O aumento de produção, originado pelos investimentos em curso só será notado a partir do 2.º trimestre do próximo exercício.

O valor dos investimentos efectuados, cifrou-se em 150.000 contos.

Já em estudo um novo plano de equipamento, com o objectivo de melhorar o sector industrial, aumentar o consumo de luz, substituir máquinas desactualizadas e aumentar a produtividade, permitindo que os nossos produtos possam competir com a concorrência, no mercado Europeu.

07 - Sector de Vendas

A conjugação das várias medidas tomadas nos diversos sectores da Empresa, em especial no sector de vendas, resultou no maior coeficiente de aumento de valor facturado, registado nos últimos 10 anos: 54,4%, sendo em fins 68,2 e tecidos 65%.

Registámos com prazer esse valor, agradecendo a todos que conosco trabalham para o atingir, aproveitando a conjuntura favorável.

A exportação de fio diminuiu significativamente, devido à grande procura no mercado interno.

Com o conhecimento dos vários factores que estão no momento a influenciar o mercado, inherentemente a realização do acordo e aumento do salário e outros custos, evidentemente problemas de quotas e menor procura, entre outros, e a nossa previsão para o próximo exercício é de que será mais difícil colocar os produtos a partir do 2.º trimestre, e não será possível fazer reparcular nos preços de venda, com facilidade, os aumentos de custos suportados. Os valores das vendas de fio, tecidos e totalizados, exportação directa e produções totais nos últimos 7 exercícios, foram os seguintes:

Anos	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Vendas de fio (contos)	22 890	46 131	27 514	40 529	59 339	72 053	134 207
Vendas de tecidos (contos)	67 522	69 592	67 050	129 994	135 523	154 874	263 874
Vendas totais (contos)	110 412	115 723	115 564	170 523	194 862	226 927	438 081
Exp. directa (contos)	12 890	17 075	12 899	28 484	34 084	55 637	6 520
Produção (contos)	98 745	148 599	132 094	170 826	224 890	212 500	434 763

08 - Sector Económico/Financeiro

Muito embora beneficiando da redução motivada pelos juros bonificados, as despesas financeiras continuam a ser o factor mais importante a influir nos resultados do exercício, agravadas pelos encargos referentes aos prejuízos acumulados em exercícios anteriores e contas de cobrança devidas, dos últimos 5 anos.

As despesas financeiras atingem 54,7% dos Salários e 15,2% das Vendas.

Como resultado de melhor funcionamento do sector de cobranças, o coeficiente de responsabilidades em conta corrente e aceites de clientes em função das vendas, foi muito melhorado.

Vamos continuar a insistir para que, numa revisão do Contrato de Viabilização, os prazos sejam mais favoráveis que as entidades oficiais nos facilitem, nos sejam concedidas as bonificações inicialmente pedidas.

O valor das provisões e amortizações no exercício foi de esc. 51.184.050\$42.

Reavaliámos o activo de acordo com o Decreto-Lei n.º 158/77, o que permitiu dar uma visão mais real dos valores da Empresa e apresentar uma situação líquida positiva.

Os valores referentes a juros bonificados, despesas financeiras, resultados, amortizações e provisões nos últimos 7 anos, são os seguintes:

Anos	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Juros bonif.	-	-	-	-	-	-	19 590
Desp. Financeiras	6 203	11 775	17 888	25 409	38 644	63 807	77 151
Resultados	6 468	- 4 485	- 51 091	- 47 280	- 59 305	- 67 921	- 15 163
Amortizações	9 810	9 281	8 067	10 764	10 448	10 781	20 112
Provisões	1 000	3 457	287	758	2 563	2 003	11 071

09 - Resultado do Exercício

Sem alterar os critérios seguidos em exercícios anteriores na valorização de subprodutos, amortizações e provisões, o prejuízo é de esc. 13.163.736\$22, que propomos seja levado à conta de Lucros e Perdas.

Este valor é de 5,8% do total das vendas.

Os factores principais que contribuíram e justificam este resultado, foram os seguintes:

- 1.º - Encargos financeiros dos prejuízos acumulados. (cerca de 31.000 contos, líquidos de bonificação)
- 2.º - Pessoal em excesso. (cerca de 30.000 contos)
- 3.º - Encargos financeiros com contas de clientes de cobrança devidas. (cerca de 8.000 contos)
- 4.º - Resultado negativo transferido de exercícios anteriores. (cerca de 4.800 contos)

10 - Nota Final

A assiduidade e atenção do Conselho Fiscal, foi motivo de estímulo que agradecemos.

Aos clientes, fornecedores, auditores, sector bancário, colaboradores e pessoal o nosso reconhecimento.

Nos membros da Assembleia Geral e a todos os sócios, os nossos cumprimentos.

Santo Tirso, 15 de Março de 1980.

A gerência,

Eduardo Alberto Pucheco, Valente Leal
Joaquim Moreira Pass